
Introdução

O ser humano e o conflito estabeleceram uma ligação, desde os primórdios da Humanidade, que dificilmente será eliminada. O facto de haver duas pessoas apenas, diferentes nos seus hábitos e perspectivas de vida, já é por si só, em determinadas situações, factor de discórdia. Quando estas questões são levantadas no colectivo, um colectivo composto por grupos ou nações, geram-se conflitos, mais ou menos violentos, mais ou menos longos, que acabam por afectar irremediavelmente, em maior ou menor escala, a vida quotidiana de numerosos indivíduos e populações.

Dentro de um contexto de conflito persistente, esse que muda costumes e mentalidades, surgem os jornalistas de órgãos de comunicação locais, prontos a noticiar cada contenda, evento, rixa entre as facções opostas. Num conflito longo, que é aquele que abordaremos neste trabalho, esses profissionais locais crescem e formam-se dentro desse clima de tensão, socializando-se dentro do conflito, bem antes de ser “jornalista”. A sua formação identitária revela-se então na forma como pensa, reage, comunica o que vê e se expressa sobre os que lhe estão próximos. Um jornalista, apesar de se guiar pela regra de objectividade, nunca será um robot frio que reporta mecanicamente o que vê. Nem pode. Os constrangimentos da imprensa actuais condicionam-no. Assim, e tendo em conta o poder da linguagem das relações inter-pessoais, deparámo-nos com uma questão principal desta tese: Será a imprensa local isenta de estereótipos dentro de um conflito enraizado? Sendo as palavras o seu principal instrumento de trabalho, serão os jornalistas locais capazes de escrever uma notícia, fazer uma cobertura jornalística do conflito de uma forma neutra e imparcial?

Em busca de resposta, expomos os conceitos que informam a análise textual que nos propomos no último capítulo. Assim, esta tese será composta por três capítulos-chave, divididos por subtemas que fundamentam a abordagem que pretendemos realizar.

O primeiro capítulo terá como tema principal “o ser humano e o conflito”. Iniciaremos com a conceptualização do conflito violento no geral, a guerra como a conhecemos, usando, para isso, dois dos maiores estrategas militares, o japonês Sun Tzu e o alemão Clausewitz. Estes autores são importantes para entendermos o que está na

base do conflito e como eles o entendem como uma continuação da política. Identificando no Mundo este flagelo que é constante ao longo do tempo, focaremos um tipo de conflito que é, de certa forma, comum nos nossos dias e presente nos órgãos de comunicação actuais: os conflitos enraizados. Dentro da tipologia de conflitos, estes são aqueles que se prolongam através de anos, tocando a vida de mais do que uma geração, que se formam dentro do conflito. Usando autores como Heidi e Guy Burgess, Peter Coleman ou Bar-Tal, observaremos as especificidades deste tipo de conflito, de resolução mais complexa, por envolver, normalmente, diferenças identitárias e morais, das quais os grupos não querem abdicar. Usando o exemplo mais conhecido e mediatizado, por diversas razões, que é o conflito israelo-árabe, entendemos assim que este tipo de tensão é aquele que mais afecta as populações dado que se infiltra no quotidiano, moldando as mentes, as acções e as reacções, levando à formação de identidades de e para o conflito. Veremos quais as razões que subjazem ao enraizamento de um conflito, tentando perceber como uma contenda pode evoluir para algo longo e até institucionalizado. Focaremos então o papel da identidade neste contexto, procurando entender o seu processo de formação, especialmente dentro daquela que mais nos interessa, a identidade colectiva. Entendendo a formação do indivíduo dentro de um grupo, ser-nos-á então mais fácil compreender a importância da dicotomia “Eu” vs “Outro” neste processo, especialmente quando o “Eu” e o “Outro” são entidades em conflito. Após discorrermos sobre estes conceitos, atentaremos na importância da linguagem enquanto instrumento de distinção de grupos, sendo que esta é, sem dúvida, o meio de comunicação privilegiado e a ferramenta essencial do jornalista.

Passamos desta forma para o segundo capítulo, “o jornalista e o conflito”. Começaremos então por um breve resumo, apoiado em Knightley, da história do repórter de guerra, focando os marcos mais importantes desta profissão. Veremos assim como o jornalista passou de alguém dentro do próprio contexto militar, como um oficial destacado para tratar da informação de guerra, para um “intruso” que é visto pelos militares como o responsável por se perder a guerra, como aconteceu no Vietname. A primeira Guerra Mundial viu o renascer da censura e, a Alemanha nazi trouxe uma nova forma, sistematizada, regulada e institucionalizada de fazer uma propaganda de guerra eficaz. No final do século XX, com o reconhecimento da importância dos media nos conflitos, surge o conceito da equipa do jornalista dentro das trincheiras militares, reportando de dentro a guerra, embora com a visão de apenas um lado. Chegamos assim

ao tempo do “Efeito CNN”, onde o jornalista se defronta com o tempo, com a concorrência, com as audiências ou tiragens, usando o conflito como uma “mercadoria” que atrai lucros, num momento em que a competitividade entre jornais se tornou acirrada.

Tal questão remete-nos para a abordagem dos valores jornalísticos, que fundamentam a ética e a deontologia da profissão do “jornalista”, a “verdade” e a “objectividade”. Observaremos como estas questões decorrem de alterações no mercado, do surgimento das grandes agências noticiosas e dos órgãos de comunicação geridos por empresas de capital, viradas essencialmente para o lucro. É neste contexto que indagaremos em que estado se encontra a “liberdade de expressão”, uma conquista das democracias ocidentais, e que é actualmente condicionada por vários factores como, por exemplo, económicos. Se, por um lado, há uma certa auto-censura ou até coacção por parte dos directores das empresas que detêm o capital para se escrever sobre isto em detrimento daquilo e desta forma e não de outra, por outro, pode-se, em nome da liberdade de expressão, incorrer na permissão de discursos de ódio, o *Hate Speech*, agravando estereótipos, reacções, tensões, de uma forma desnecessária.

Chegamos assim ao terceiro capítulo, onde após discorrermos sobre a relação entre linguagem, discurso e discurso, fazemos uma análise empírica das questões levantadas anteriormente. Recorrendo ao caso da Irlanda do Norte, conflito enraizado que nos é próximo — por envolver europeus católicos (com os quais poderá haver identificação) e protestantes — procuraremos perceber qual é efectivamente a importância da linha do jornal no discurso do jornalista, isto é, de que modo esse discurso jornalístico reflecte, não só o contexto de socialização do jornalista como as orientações do meio de comunicação onde trabalha e a facção do conflito com que se identifica.

Entraremos na parte empírica com uma breve abordagem da análise crítica de discurso, aquela que utilizaremos nas notícias recolhidas e que consideramos a mais indicada para observar o papel do contexto na redacção de qualquer texto. Elucidaremos, de seguida, o leitor sobre o conflito da Irlanda do Norte, contexto no qual são produzidas as notícias que aqui analisaremos, de dois jornais relevantes no quotidiano da região, o *Belfast Telegraph* e o *Irish News*. Procurámos para tal os artigos publicados no dia de um evento protestante, em 1996 e 2009, sobre as marchas

comemorativas organizadas por essa facção, controversas ao longo do tempo de conflito. No final, e tendo desde já em mente as informações obtidas ao longo da análise, procuraremos verificar as duas hipóteses centrais deste trabalho de grande importância nesta tese; se dois diários diferentes, dentro do mesmo contexto, têm discursos diferentes sobre o mesmo assunto e se diferentes fases do conflito equivalem também a um tom diferente nos textos jornalísticos.

Será na conclusão que confrontaremos os conceitos mobilizados com os resultados da análise crítica do discurso, nas notícias usadas na parte empírica do projecto.

O Ser Humano e o Conflito

Tão inato como a certeza de morte, o conflito está para o ser humano como algo que faz parte da sua própria natureza. Ao longo da vida, várias são as razões, que nos remetem a situações conflituosas com alguém que nos está próximo e com quem convivemos diariamente. A diferença na abordagem perante a vida, na forma de agir, ou na percepção de determinada atitude ou conceito, entre muitos outros factores que abordaremos mais tarde, torna-nos receptivos a determinada mensagem, opondo-nos a outras com as quais não concordamos. Esta relação pode ser pacífica ou gerar tensões ou agressividades de diferentes níveis.

Se pensarmos nos Estados, nos países, nos governos e movimentos sociais como compostos por seres humanos, cuja dinâmica não se afasta da das relações individuais, conseguiremos entender o porquê do conflito social, seja qual for a sua origem — étnica, religiosa, política, etc.— e os seus contornos. Por auto-defesa, ou necessidade de sobrevivência, o ser humano tem tendência a aproximar-se daqueles que considera como seus semelhantes, nutrindo por eles uma empatia, enquanto se fecha àqueles que não “reconhece” como pertencentes ao seu grupo, por lhes atribuir “diferenças”.

Desde que há registos históricos, vemos surgir o conflito como meio de subjugar outras culturas, de conquistar novos territórios para engrandecimento de um determinado povo, de sobrevivência ou auto-determinação, mas sempre entre facções bastante definidas. Os conflitos podem ser mais ou menos sangrentos, e violentos, mas têm constituído marcos determinantes na história da sociedade, na medida em que constroem e destroem sociedades e desenham os panoramas nacionais e internacionais. Nesta perspectiva, o conflito forma países, determina o poder e a relevância de um Estado, de uma potência, sendo uma presença constante da história da Humanidade.

Pensar num mundo sem conflito será utopia, mas, assim sendo, como lidar com este fenómeno tão natural? O papel político-social dos media como *watch-dog* já está bastante disseminado, sendo os órgãos de comunicação social, especialmente a imprensa escrita, os detentores da legitimação das grandes “verdades” para muitas sociedades. Assim, especialmente em sociedades com contextos sociais frágeis, os jornalistas devem ter bastante cuidado ao tratar situações de conflito, reconhecendo que,

se não se puderem eliminar totalmente as diferenças entre as facções, devem pelo menos minorar os estereótipos.

Foquemos para já, o conflito violento, a guerra, enquanto conceito, reconhecendo como é um fenómeno transversal à História humana. Para tal, usaremos dois estratégias militares, Sun Tzu e Clausewitz, que se debruçaram sobre a conceitualização e a construção do conceito de guerra, tentando entender o que é um conflito violento.

I. Conceito de Conflito Violento/Guerra

Como já referimos acima, o conflito faz parte do quotidiano do ser humano e da Humanidade, manifestando-se nas interações individuais do quotidiano, nos confrontos entre interesses nacionais e internacionais, sempre envolvendo valores e aspectos morais. Individualmente, estas diferenças podem levar a crises relacionais, que afectam a comunicação entre pessoas, singulares, mas que pouco ou nada influenciam o decurso da História de um povo. Contudo, quando o conflito nasce entre grupos, comunidades ou até nações distintas, normalmente, geram-se condições — por vários factores que abordaremos mais abaixo — para acções mais violentas, como a “guerra”. Cada caso é diferente e depende das circunstâncias em que são geradas incompatibilidades. Estas podem degenerar em situações graves de violações de direitos humanos e chegar a extremos, como o genocídio.

Para já atentamos no conceito de conflito violento, mais precisamente na guerra, assunto que nos acompanhará por todo este trabalho, dado que focamos o papel dos media nestes conflitos agressivos, longos e, muitas vezes, sem fim à vista. Recuperando os primeiros teóricos da “guerra”, que definiram a natureza deste flagelo, focar-nos-emos especificamente em Sun Tzu e Clausewitz, observando como este fenómeno trágico se mantém, passados séculos de “evolução” e “civilização”.

Estes autores escrevem em épocas em que os assuntos militares se resolviam em batalhas definidas no tempo e espaço. Diferem por isso do que é hoje a *estratégia de guerra* em muitos conflitos prolongados, onde surgem milícias, ou se instalam conflitos entre comunidades sem exército próprio, caracterizando-se apenas por unirem Homens pela hostilidade ao “*Outro*”. Contudo, em termos conceptuais, no que concerne o conflito em si, estas estratégias militares são bastante assertivos e, ousamos dizer, intemporais. Deste modo, vemos em ambos a noção de guerra como um combate entre dois seres, neste caso colectivos, vivos e hostis. Em “A Natureza da Guerra”, esta é vista como um mero “*duelo em vasta escala*”¹, fazendo a analogia aos dois combatentes, com interesses antagónicos que, por qualquer razão, não conseguem resolver as suas diferenças pela via da conversação. Entre Estados, ou dentro de um Estado, a guerra é,

¹ Carl von Clausewitz, *Da Natureza da Guerra*, Coisas de Ler, Almargem do Bispo, 2006, p.10

então, a continuação da política por outros meios², quando as negociações à mesa, ou conversações, mesmo no foro informal, são vistas como inúteis, e sempre desfavoráveis a uma ou outra parte. Torna-se portanto melhor recorrer à guerra, ao “*conflito de grandes interesses estabelecido mediante o derramamento de sangue e apenas nisso é diferente dos outros*”³, como sublinha Clausewitz, reconhecendo a vertente destrutiva que está sempre implícita numa guerra aberta, ou conflito violento.

Para Sun Tzu, o papel da Guerra é “vital” para um Estado, “*é do domínio da vida ou morte: a conservação ou perda do império em dependência*”⁴, o que, adaptado à actualidade, revela quão importante é encarado o conflito, para a garantia da sobrevivência de um povo, de uma etnia, de um grupo minoritário, etc. Na maioria dos casos, um conflito violento dá-se quando um grupo ou um conjunto de grupos, se sente ameaçado na sua existência, nos seus interesses, padrões culturais e estilos de vida. Se a ameaça é considerada vital, de “vida ou morte” ou sobrevivência, o conflito torna-se inevitável. Este advém por isso da incompatibilidade entre duas facções, sendo normalmente a expressão mais violenta de uma “*visão hostil*”⁵, ou seja, de uma percepção que fazemos do “*Outro*”, por contradição ao “*Eu*”. Como afirma Clausewitz, “*não existe num indivíduo um sentimento hostil inato para com outro indivíduo*”⁶, este é inculcado na sociabilização, sendo a estimulação essencial para que rebente um conflito violento. A animosidade latente num conflito revela como, para além da intenção, há igualmente sentimentos humanos, paixões, no recurso à violência, seja os que levam a agir, como a reagir, a um acto violento contra o nosso grupo. O estratega alemão sublinha que, “*se [o conflito] não tem origem nos sentimentos [ele] reage, em menor ou maior escala, sobre eles, e a extensão dessa reacção não depende do grau de civilização, mas da importância e da duração desses interesses envolvidos.*”⁷ O facto de as diferenças ou as incompatibilidades seguirem caminhos mais ou menos violentos

² *Idem*, p.34

³ *Idem*, p.85

⁴ Sun Tzu, *L'Art de la Guerre, Mille et une Nuits*, 2000, p. 7

⁵ Carl von Clausewitz, *op cit*, 2006, p. 62

⁶ *Ibidem*

⁷ *Idem*, p.12

decorre apenas das circunstâncias políticas, históricas e sociais em que se encontram os grupos. Concluimos então, que, nas suas origens, o conflito desenvolve-se a partir da adição da intenção ao sentimento hostil, sendo que, na ausência de um dos dois, será improvável um grupo entrar num conflito violento.

Enunciado o conceito de conflito, vemos então que a Guerra é um meio para se atingir um fim, almejando sempre a vitória, tenha ela os contornos que tiver, passando sempre pela subjugação de uma vontade à outra. Desde Sun Tzu⁸ até hoje, de uma forma mais ou menos óbvia, a guerra tem sido a única forma efectiva de submeter o “Outro” à nossa vontade⁹ ou garantir que a voz de um grupo, bem como os seus direitos e identidade, sejam livres e valorizados. É normalmente político o objectivo que define o carácter violento da guerra, no entanto há graduações diferentes de conflitos, dos menos agressivos aos que prevêm limpezas étnicas. Nos conflitos os meios de resolução serão, geralmente, proporcionais ao grau de importância atribuído pelos intervenientes aos motivos que levaram a entrar na luta. “*Quanto mais fortes e poderosos forem os motivos da guerra, mais ela afectará toda a existência de um povo*”¹⁰, logo o seu objectivo será menos flexível e os meios usados mais violentos. Como explica ainda Clausewitz, o objectivo vai igualmente interferir na forma como decorre a guerra; “*se a finalidade da acção militar for equivalente ao objectivo político, essa acção irá, em geral, diminuir, à medida que o objectivo político diminui e num grau ainda maior quanto mais forte for o domínio do objectivo político.*”¹¹ Assim, é importante ter em conta o fim de determinado conflito, objectivando-o, de modo a evitar acções mais destrutivas através da percepção negativa do “Outro”, abrindo o caminho ao diálogo.

Muito importante no estudo do conflito é o cálculo da sua duração. A razão pela qual surge o clima de tensão entre duas partes que despoleta o conflito, visando um determinado objectivo, normalmente, não é algo que aparece de um momento para o

⁸ Sun Tzu, *op cit*, p. 7

⁹ Carl von Clausewitz, *op cit*, 2006, p.9

¹⁰ *Idem*, p.34

¹¹ *Idem*, p.22

outro, não atinge o seu auge num instante¹². Antes, está sempre inserido num contexto, numa evolução das relações entre eles, que se foi deteriorando, ao ponto da percepção do *Outro* já estar tão negativa que qualquer diálogo se torna impossível. Hobbes, no *Leviatã*, faz a analogia com a própria natureza, afirmando que, tal como na meteorologia, “*a natureza do mau tempo não reside numa ou duas adversidades, mas de uma tendência que vai neste sentido, durante um grande número de dias consecutivos*”¹³, assim se passa com o conflito que “*não consiste num combate efectivo, mas de uma disposição latente, neste sentido e igualmente por algum tempo, de que não há segurança no contrário*”¹⁴, isto é, na paz. O contexto pode, inclusivamente, favorecer a perpetuação do conflito, estimulando ódios que passam de gerações em gerações, nos conflitos que mais adiante abordaremos, enraizando-os no hábito de um grupo ou de um povo, apoiado pela opinião pública, dificultando, deste modo, a sua resolução. Com o tempo, a escalada do conflito pode atingir proporções devastadoras. Além de, por si só, a guerra ser “*um acto de violência levado ao extremo*”¹⁵ (primeiro extremo de Clausewitz), esta pode ser sublimada através da noção de que, “*enquanto o inimigo não estiver derrotado, pode derrotar-me*”¹⁶ (segundo extremo). Esta ideia conduz a uma reciprocidade contínua, norteadada por uma dinâmica de acção: reacção entre dois corpos vivos, hostis, aumentando as baixas e os sentimentos de retaliação e vingança. O terceiro extremo envolve um medo interno e o constante incentivo ao ódio, para que o “*Outro*” não descubra a estratégia e fraquezas, e não “*nos*” submeta¹⁷. Nesta perspectiva, e como afirma Clausewitz, a opinião pública é importante na medida em que constitui um dos três fins principais da condução da guerra: “*vencer e esmagar o exército poderoso do inimigo*” e “*tomar como seus as forças militares e outros recursos do exército inimigo*”¹⁸. Embora estes dois últimos tenham ganho contornos distintos

¹² *Idem*, p. 33

¹³ Thomas Hobbes, apud “*Une Morale d’Inadvertence*” in Sun Tzu, *L’Art de la Guerre*, Mille et une Nuits, 2000, p.109

¹⁴ *ibidem*

¹⁵ Carl von Clausewitz, op cit, 2006, p. 12

¹⁶ *idem*, p. 13

¹⁷ *idem*, p.14

¹⁸ Carl von Clausewitz, *Principes Fondamenteaux de Stratégie Militaire*, Mille et une Nuits, 2006, p. 45

com novas formas de acção num conflito, é de facto a confiança e apoio do eleitorado, ou do povo (opinião pública), num determinado conflito, que se tornaram cada vez mais reconhecidos ao longo do tempo, valorizando cada vez mais o papel dos media nessas situações.

Daqui advém a necessidade dos líderes moldarem a informação divulgada quotidianamente, mesmo de uma forma subtil, usando um ou outro verbo, uma ou outra expressão que, dentro do grupo, não são percebidas como ameaças, mas enquanto um “*Outro*”, serão percebidas como um ataque. Indo mais além, e extrapolando a concepção de “forças indirectas” para o papel dos Media, Sun Tsu afirmava que “*os recursos daqueles que são hábeis no uso das forças indirectas são tão infinitos quanto o Céu e a Terra, e intocáveis como o curso dos grandes rios.*”¹⁹ Embora não estivesse a falar dos media mas sim dos serviços de espionagem e tudo o que envolvia os bastidores de uma guerra de época, o estratega militar reconhecia a necessidade de um bom líder, ou general, ou numa perspectiva política actual, de um ministro, utilizar estas “forças” a seu favor, tirando partido delas para atingir a vitória. Sublinhando ainda o papel da linguagem, já numa outra vertente, Sun Tsu confere importância à “*maneira de dar ordens*” de um general, a quem cabia “*instruir as tropas*” e avaliar “*os sinais que pode utilizar*”²⁰. Os conflitos estão repletos de metáforas e incentivos apenas inteligíveis dentro de um determinado contexto (o povo “instruído” pelos sinais emitidos). Estes sinais assentes no contexto são usados pelas facções em conflito com intuítos violentos umas vezes claros, outras, muito de forma mais dissimulada. Talvez o caso mais óbvio deste fenómeno, seja a famosa frase “*Matem as Baratas*” (metáfora histórica para *tutsis*), emitida várias vezes na Rádio Milles Collines, juntamente com as histórias do jornal Kangura, moldadas por uma elite anti-tutsi, que levaram a uma percepção do “*Outro*” como seres abaixo de humano, tornando “fácil” a eliminação dessa etnia, rival, por grupos hutus.

Analisando os ensinamentos anteriores e transpondo-os para a actualidade, pressupõe-se que o jornalista que se encontra no meio da guerra, ou a falar dela, tem de ter em conta o poder da linguagem. É através da linguagem, ou do discurso da notícia,

¹⁹ Sun Tzu, op cit, p. 30

²⁰ *Idem*, p.46

que se pode perpetuar, ou não, a visão do “*Outro*” como o “*mau de serviço*”, tal como refere Anne Morelli na obra “Propaganda de Guerra”²¹. Voltaremos a abordar mais à frente e de forma pormenorizada a questão da importância da linguagem.

Em síntese e recapitulando este ponto, o conflito é então uma trindade, composta pela vontade (“*ódio e animosidade, que podem ser denominados de instinto natural*”²²), que é usada em termos políticos (pela racionalidade de líderes, milícias, exércitos, ou qualquer interveniente no conflito), para atingir um objectivo mais ou menos “vital” para o povo. Utiliza para isso os meios que consideram mais eficazes e prováveis para se atingir a meta almejada, mesmo que estes sejam os mais violentos e duradouros.

²¹ Anne Morelli, *Princípios Elementares da Propaganda de Guerra: Utilizáveis em Caso de Guerra Fria, Quente ou Morna*, Editorial Avante!: Coleção Problemas do Mundo Contemporâneo, 2008, p32

²² Carl von Clausewitz, *Da Natureza da Guerra*, Coisas de Ler, Almargem do Bispo, 2006, p. 37

II. Conflito enraizado/intratável

Embora muitos investigadores nesta matéria, como Bar-Tal, Coleman ou Burgess, definam este tipo de conflito, prolongado, de “intratável”, preferimos neste trabalho utilizar o conceito de “enraizado”, *deep-rooted* segundo John Burton. Aliás, pensar num conflito como “intratável” influencia a percepção das partes envolvidas, acabando por determinar negativamente o seu curso, dificultando o diálogo que se passará a vislumbrar como infrutífero e inútil. A complexidade deste fenómeno, sem soluções detectáveis à primeira vista, leva-nos a substituir o conceito “intratável” por “prolongado”, menos pesado.

Posto isto, e tendo já abordado a noção de conflito no geral, segundo a visão de dois dos maiores estrategas militares, deter-nos-emos agora, especificamente, nos conflitos prolongados, comuns no século vinte. Estes conflitos são, normalmente, aqueles cujos media mundiais acompanham mais de perto, embora nem todos tenham a mesma intensidade ou interesse para a sociedade ocidental. Provavelmente, o conflito enraizado mais mediatizado será, sem dúvida, o israelo-palestiniano, que se tem arrastado sem fim à vista por gerações, exacerbando todas as características da dita “intratabilidade”. Neste trabalho específico, contudo, olharemos, para o conflito do Norte da Irlanda, igualmente longo, mas cujos contornos são mais claros e observáveis para a análise que nos propomos.

Deste modo, entende-se como conflitos enraizados, “*aqueles que são persistentes e destrutivos, mesmo após várias tentativas de resolução*”²³. As quatro características principais identificadas, comuns a várias analistas, serão: a sua longa duração, violência continuada, sensação de insolubilidade e o investimento elevado. A primeira característica determina que este conflito pertence àqueles que se estendem por longos anos, com consequências destrutivas para ambas as partes, ou para uma apenas, sendo este caso menos frequente. John Burton e Herbert Kelman, acrescentam que estes conflitos são causados “*pela ausência de necessidades fundamentais de segurança,*

²³ Barbara Gray, Peter T. Coleman and Linda L. Putnam, “Introduction: Intractable Conflict: New Perspectives on the Causes and Conditions for Change”, in *American Behavioral Scientist* 2007; 50; 1415 disponível online em <http://abs.sagepub.com/cgi/content/abstract/50/11/1415>

*identidade, respeito e controlo*²⁴, factores que não são negociáveis. Distinguem-se de meras disputas, pela sua maior duração e envolvimento de questões mais sensíveis e mais complexas²⁵. Este flagelo é comum, tendo 40% dos conflitos actuais persistido por mais de 10 anos, ou mesmo durante séculos, como aquele que abordaremos neste trabalho. Contudo, este fenómeno não é estável, não regista a mesma intensidade em todas as suas fases, existe num contínuo dinâmico, que vai alterando ao longo do tempo, como referem Heidi e Guy Burgess²⁶. Estes conflitos tendem a se auto-perpetuar²⁷, contribuindo para a sua “intratabilidade”. Consoante a sua evolução, “há conflitos que se podem tornar intratáveis (...), e outros, intratáveis, que poderão encontrar solução”²⁸.

A complexidade deste fenómeno é imensa, pelo que desconstruí-lo será sempre uma tarefa sem fim, já que muitas outras características, específicas a um ou outro conflito, surgirão como novas, impedindo a sua resolução. Contudo, podemos afirmar que, normalmente na sua base estão questões morais, diferentes percepções entre o bem e o mal, o justo ou injusto, sobre as quais é difícil negociar, dado que tocam no mais profundo do ser humano, moldando a sua identidade. Estas diferenças, de cultura, religião ou perspectivas/visões do mundo distintas, são vistas como “irreconciliáveis” acirrando moralidades incompatíveis que contribuem para a manutenção do ódio. Por outro lado, outras exigências poderão estar em jogo, sendo normalmente o lado visível da animosidade, como a distribuição de recursos — quando é impossível viver sem algo, como água, terra, emprego, condições de saúde²⁹ — ou de poder e status que constituem características subjectivas de valor social de um grupo ou indivíduo³⁰.

²⁴ Heidi Burgess e Guy Burgess, “What are intractable conflicts?”, in Guy Burgess and Heidi Burgess (eds), *Beyond Intractability.. Conflict Research Consortium*, University of Colorado, Boulder, disponível online em http://www.beyondintractability.org/essay/meaning_intractability/

²⁵ Brad Spangler e Heidi Burgess, “Conflicts and disputes”, in *BeyondIntractability.org*, disponível online em www.beyondintractability.com/essay/conflicts_disputes/?nid=1006

²⁶ Heidi e Guy Burgess, *op cit*

²⁷ *Ibidem*

²⁸ *Ibidem*

²⁹ *Ibidem*

³⁰ *Ibidem*

Quando as questões são materiais — dizem respeito a recursos, território ou detenção de poder — o diálogo entre as partes é mais frequentemente bem sucedido. É no primeiro ponto, das questões identitárias e morais, que assenta normalmente a maior destrutibilidade e prolongamento deste flagelo, na medida em que envolve questões de emoções, paixões, sentimentos humanos.

Foquemos para já as **razões** que podem levar aos conflitos enraizados, as quais podem ser numerosas. Peter Coleman define mais de 50 variáveis, distinguindo-as entre contexto, a questão em si, as relações entre as partes, o processo e as consequências³¹. O autor estabelece o carácter multidimensional de factores que terão de surgir simultaneamente para despoletar uma crise deste género. Para um conflito se enraizar, é necessário então que mais do que um destes factores confluam no mesmo momento. A existência de cada um isoladamente facilitaria a resolução do conflito. Remete para a instabilidade política, ou de poder, que poderá levar à sensação de falência das instituições de Estado, aumentando o sentimento de ameaça e necessidade de sobrevivência das partes; para a evolução histórica das interações entre ambas, e para as consequências, os traumas que atravessam gerações, que não permitem a visualização de uma solução positiva para todos os grupos em conflito³².

Vamos, para um melhor entendimento, separar alguns elementos que constituem as bases destes conflitos e conduzir as partes a relações inter-grupos de animosidade dificilmente contornáveis, tais como os sentimentos, a história/contexto, e as percepções de diferença entre o “*Eu*” e o “*Outro*”.

A **parte humana, sentimental**, geradora de ódios ou empatias, é focada por Bar-Tal como determinante para o enraizamento de um conflito longo. O autor acredita que, para fazer face às ameaças e ao medo e stress constantes, as populações envolvidas nos conflitos enraizados criam uma infra-estrutura sócio-psicológica que dá sentido e ajuda a compreender a violência que os rodeia. Bar-Tal dá bastante ênfase a este factor, o sociopsicológico, na análise dos conflitos intratáveis, já que este será, provavelmente, o factor determinante para a persistência, por anos e gerações, deste flagelo. Remete então para uma infra-estrutura, composta por três componentes fundamentais: a

³¹ Peter Coleman *apud* Barbara Gray, Peter T. Coleman and Linda L. Putnam, *op cit*

³² Heidi Burgess e Guy Burgess, *op cit*

memória colectiva, o ethos de conflito e a orientação colectiva emocional. A primeira englobará as “crenças sociais de memória colectiva”³³, que elaboram a narrativa do conflito. Estas “não pretendem dar uma história objectiva do passado”³⁴, mas sim algo que é construído pela sociedade, através da sua experiência e das emoções comuns aos membros de um determinado grupo social. Assim, como afirma Bar-Tal, é frequente que grupos opostos tenham “memórias colectivas opostas do mesmo evento”³⁵. Esta memória colectiva serve para justificar o rebentar do conflito; apresentar uma imagem positiva do grupo ao qual se pertence; deslegitimar o opositor e apresentar a própria sociedade como vítima do opositor³⁶. A sociedade constrói assim um passado, uma história, filtrada pela sua própria visão do conflito que acaba por tornar mais aceitável para as partes a situação violenta na qual vivem. O presente, por sua vez, mais activo, será o que Bar-Tal designa o *ethos* de conflito, a “configuração de crenças sociais partilhadas que dão uma orientação dominante à sociedade no presente e no futuro”³⁷. Este baseia-se na memória colectiva, do passado socialmente construído e torna claros os objectivos e as imagens dos grupos em confronto nesse preciso momento. Elabora noções de justiça dos objectivos de um grupo, em oposição à injustiça do *Outro*; de necessidade de segurança e sobrevivência do grupo; de auto-imagem positiva e a própria vitimização perante um opositor que não tem legitimidade para os actos que comete; de união, patriotismo e paz, só possível com a vitória dos intentos de cada grupo. Quer as memórias colectivas, quer o ethos, têm de ser accionados através de uma orientação emocional, a parte sentimental do grupo em confronto, seja esta o medo, o sentimento de ameaça ou o ódio, o grande responsável por actos de uma violência extrema como o genocídio.

Com este três vectores, estão criadas as condições para a institucionalização da infra-estrutura sociopsicológica, presente em todos os conflitos deste cariz, a qual é

³³ Daniel Bar-Tal, “Sociopsychological Foundations of Intractable Conflicts”, in *American Behavioral Scientist*, Vol. 50, No. 11, 2007 pp.1430-1453

³⁴ *Ibidem*

³⁵ *Ibidem*

³⁶ *Ibidem*

³⁷ Daniel Bar-Tal, “Ethos of Conflict”, in *Beyondintractability.org*, disponível online em http://www.beyondintractability.org/essay/ethos_of_conflict/?nid=1079

muito difícil de mudar, para chegar a um entendimento pacífico entre os grupos. A institucionalização dá um sentido ao conflito, tornando-o claro aos olhos dos membros dos grupos opostos, tendo inclusivamente uma função moral, de criar um “*Outro*” injusto e um “*Eu*” colectivo como a vítima, que é assim preparado para as acções negativas do “*Outro*”. O problema maior surge quando esta infra-estrutura se institucionaliza na sociedade, contaminando a vida quotidiana, a cultura e até os materiais escolares, educacionais, formando as crianças desde cedo no e para o conflito. Neste contexto, a informação filtrada é disseminada por diversos meios e canais no dia a dia, mesmo que de uma forma passiva, fechada, sem ter essa intenção explícita, impedindo a percepção do “*Outro*” como “melhor do que parece” e a perspectivação da paz como possível. Além de permitir uma adaptabilidade maior ao conflito, a parte sentimental é essencial para o seu prolongamento, gerando ciclos de violência dos quais é muito complicado sair.

É esta estrutura psicológica, de sentimento humano, que os líderes ou as elites de uma determinada sociedade usam para exacerbar o conflito, dar-lhe início ou prolongá-lo. A orientação colectiva emocional é assim usada pelos que, no poder, podem conduzir o rumo de um grupo, definir os seus objectivos ou tomar as decisões, conducentes à guerra ou à paz. Moaz e Eidelson referem a importância da postura e atitudes dos líderes, enquanto indivíduos, nestes conflitos, dado que estes influenciam a evolução da crise, através dos seus interesses pessoais, e preferências políticas³⁸. Sendo um país governado por seres humanos, sujeitos igualmente a sentimentos de orgulho, inveja, ou paixão, não será portanto de espantar que os líderes ou as elites decisórias (de um Estado ou mesmo de um grupo apenas) tenham tendência para perpetuar o confronto se “*a sua credibilidade individual está em risco, preferindo manter o conflito do que admitir o erro*”³⁹, ou conduzir à paz, se essa também lhe for de certa forma benéfica. Kriesberg foca igualmente a importância dos líderes neste processo sublinhando que, quanto mais extremistas os decisores, mais provável será atingirem o estado de intratabilidade, na medida em que estes ajudam a definir quem e de que lado se está num conflito, recorrendo ao sentimento para atingir metas através de acções por eles

³⁸ Moaz e Eidelson *apud* Barbara Gray, Peter T. Coleman and Linda L. Putnam, *op cit*

³⁹ Heidi Burgess e Guy Burgess, *op cit*

definidas e incentivadas⁴⁰. Exacerbando ódios e estimulando actos violentos, o líder/as elites acabam por ter um papel fundamental não só na escalada do conflito como na sua resolução. São eles que contribuem para aumentar ou diminuir a animosidade e, conseqüentemente, determinam o prolongamento do conflito ou um melhor entendimento entre as partes.

Vemos então que, mesmo nestes conflitos de longa duração, o sentimento de aversão que um grupo tem pelo outro não é inato, ele vai sendo construído por uma história comum, com graus diferentes de conflitualidade, que depende de um contexto, e por vezes de uma elite, ou de um líder para acender o rasilho de um confronto directo. O conflito é então criado dentro de um enquadramento específico, e, como tal, passível de evoluir — mesmo que a longo prazo e com diferentes graus de dificuldade — para uma relação de coexistência pacífica.

O **contexto** (interno e externo) constitui uma outra variável incontornável para a “intratabilidade”. Este tem a ver com desigualdades e diferenças intrínsecas, com muitos anos, enraizados em relações de colonialismo, sexismo, racismo, etnocentrismo, ou de abuso permanente dos direitos humanos de um determinado grupo⁴¹. Depende, internamente, das relações entre grupos nomeadamente das diferenças populacionais, dos recursos económicos, capacidades coactivas ou padrões culturais de conduta⁴². Se formos analisar os primórdios da maioria dos conflitos deste género, vemos que, inicialmente, a luta pelo território — seja por motivos demográficos, económicos, distribuição desigual de algum recurso — foi o rasilho do confronto e animosidade. A distribuição do poder regional, com as suas diversas vertentes, teve um papel preponderante no fomentar das antipatias geradoras de ódios profundos. Por exemplo, antes da colonização belga, no Ruanda, não havia problemas étnicos entre Tutsis, Hutus e Twas, no Ruanda. O ódio surgiu no momento em que os recursos começavam a escassear, num dos países com uma das maiores densidades populacionais, levando as etnias Hutu e Tutsi a retomarem distinções criadas pelos colonizadores. Estes últimos

⁴⁰ Louis Kriesberg, “Factors Shaping the Course of Intractable Conflict”, in *BeyondIntractability.org*, disponível online em www.beyondintractability.com/essay/factors_shaping_intractable_conflict/?nid

⁴¹ Peter Coleman, *apud* Heidi Burgess e Guy Burgess, *op cit*

⁴² Louis Kriesberg, *op cit*

tinham inculcado entre as etnias a ideia de “distinção” criando percepções ferozes de inimizade. A recuperação destes ódios deu início a uma escalada violenta e destrutiva, que se enraizou ao longo de vários anos, culminando no genocídio de 1994. Este confronto exemplifica bem a importância do contexto externo que determinou a escalada de ódio e a pacificação. No caso das regiões circundantes serem igualmente violentas, ou apoiantes de uma ou outra parte, como era o Uganda, é frequente haver uma evolução negativa, perpetuando o conflito.

No contexto interno, factores como o regime político vigente numa determinada sociedade — com elites detentoras de uma visão agressiva perante o “*Outro*” ou face ao conflito em si — a desproporcional capacidade militar dos grupos e a frágil formação para a paz, poderão igualmente contribuir para este fenómeno. Outra influência poderá advir da sociedade civil e de organizações e movimentos sociais preocupados com a paz, de cuja existência, ou inexistência, dependerá o deflagrar e o prolongamento do conflito.

Externamente, as normas de direito internacional, o panorama mundial — direccionado, ou não, para a resolução de um determinado conflito numa região — pode afectar o curso das acções violentas, caso o desinteresse ou ignorância permita às partes agirem sem travão. Ao contrário, num mundo globalizado, quando os olhares da sociedade internacional se direccionam para determinado acto de violência, esta atenção poderá contribuir, se não para a sua resolução, pelo menos para a desintensificação do conflito, impedindo a escalada destrutiva.

Contudo, muitas vezes as incompatibilidades estão tão inculcadas na história e nas relações entre as partes em conflito, que estas não vislumbram, mesmo com o apoio de terceiros, factores passíveis de negociação, pelo que se torna difícil estabelecer uma solução. Num conflito enraizado, o compromisso é visto como de natureza “soma-zero”, sendo os ganhos de um visto como a perda de outro, sem qualquer possibilidade de ambos saírem a ganhar com a paz⁴³. Quando os grupos sentem que qualquer negociação terá mais custos do que benefícios, sem equacionar uma situação de *win-win*, normalmente dão azo a acções desesperadas, destrutivas e chocantes, como os

⁴³ Daniel Bar-Tal, *op cit*, 2007

bombistas-suicidas da Palestina⁴⁴. Acções desesperadas geram mais violência, mais traumas, tornando “necessária” a vingança do “*Eu*” vítima e, por essa razão, perpetrando o confronto. A animosidade transmitida de geração em geração, pelos membros da sociedade que viram os seus familiares, vizinhos, amigos a serem massacrados, parece então inevitável, provocando assim traumas difíceis de ultrapassar, bem como impossibilitando a chegada a um patamar de negociação e consenso.

Este enraizamento leva a uma espécie de **institucionalização** do próprio conflito, que o vai disseminando na vida quotidiana da população e aprende a viver com a sua presença. Quando a existência do conflito, e até a forma como o “*Outro*” age no conflito, é reconhecida e “aceite”, o conflito institucionaliza-se. São então definidos os limites e leis da contenda e estes, de certo modo, disseminam-se na sociedade, tornando-se particularmente difícil a desconstrução do conflito e a sua solução. “*O comportamento torna-se institucionalizado quando o processo cognitivo consciente se torna garantido e recíproco pelos opositores*”⁴⁵, ou seja, quando o conflito entra no quotidiano através de três pilares: regulativo, normativo e cognitivo⁴⁶. O primeiro define regras de acção dentro do conflito, como a conduta a ter na violência; o segundo define as expectativas a ter em conflito, conferindo uma certa normalidade à violência e, finalmente, o cognitivo acaba por ir ao encontro da parte sentimental, a infra-estrutura de Bar-Tal, que torna rotineiro e de certa forma compreensível o confronto. Quando um conflito atinge este grau de enraizamento é necessário, para a sua solução, uma “*ruptura nos mecanismos pelos quais as estruturas de significado são socialmente reproduzidas*”⁴⁷ e esta é extremamente complicada, já que envolve alterar a vida e os hábitos da população.

Importante também para o nosso estudo é verificarmos, depois de entendidas as noções principais e gerais de um conflito enraizado, como se forma a concepção do “*Eu*” diferente do “*Outro*”, visto como sendo o “*mau de serviço*”. Temos sempre como base uma relação conflituosa, deixando de lado as análises sociais da formação de

⁴⁴ Heidi Burgess e Guy Burgess, *op cit*

⁴⁵ Barbara Gray, Peter T. Coleman e Linda L. Putnam, *op cit*

⁴⁶ *ibidem*

⁴⁷ *ibidem*

identidade individual. Olhemos assim, apenas para o “*Eu*” e “*Outro*” colectivos, neste caso grupos em confronto, para entendermos posteriormente a importância da linguagem, símbolos e metáforas. Faremos de seguida a ligação com os media, e a sua acção, como disseminadores da informação, num conflito enraizado.

Identidade e Conflito

Identidade como conceito foi abordado por vários cientistas sociais que tentaram encontrar um padrão para a sua definição. Contudo, apesar de terem sido traçadas algumas linhas gerais, entende-se identidade como um processo mutável, que acompanha a própria sociedade de quem depende. Muitos são os mecanismos de construção identitária actuais, mas nem sempre foram os mesmos, sendo por isso difícil encontrar uma definição estável e rígida. O conceito de identidade foi sendo olhado de várias formas consoante a evolução da sociedade e a visão do Homem enquanto tal, tendo portanto uma dinâmica flexível, tão mutável quanto a história da Humanidade.

Identidade pode assumir uma vertente de individualismo, o *Eu* em si mesmo, ou uma identidade colectiva ou de grupo. Ambas fazem parte da formação identitária do indivíduo, sendo a primeira “como me vejo num espelho” e na segunda “quem sou *Eu* dentro de um grupo específico”, sempre por oposição a outro.

A identidade distancia-se de papel social, ou papéis sociais que cada um pode assumir durante as várias fases da sua vida. Uma mulher pode ser esposa, mãe, profissional de sucesso, mas não é apenas isso que determina a sua identidade, ou quem é efectivamente, já que pode largar um ou outro papel social ou alterá-lo. O papel social está vinculado a acções efectivas, enquanto a identidade constitui “fontes de significado para os próprios actores, por eles originadas, e construídas através de um processo de individualização”⁴⁸.

“Desenvolver o sentido do *Eu* é uma parte essencial de qualquer indivíduo”⁴⁹ para se tornar em alguém maduro, adulto, consciente de si. Como tal, a partir do momento em que nascemos e somos integrados num determinado contexto social, numa cultura e sociedade específicas, vamos desenvolvendo, ou “construindo”, como afirmam vários sociólogos, a nossa identidade dentro de uma colectividade, que nos acompanhará de uma forma dinâmica ao longo de toda a vida, ajudando-nos nesse objectivo maior, de nos formarmos.

⁴⁸ Manuel Castells, A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura: O Poder da Identidade, Vol II, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2007, p. 3

⁴⁹ Louis Kriesberg, *op cit*

Embora alguns traços que nos identifiquem sejam praticamente improváveis de serem alterados, como a fisionomia, a cor da pele, ou qualquer outro traço físico que nos rotula, a identidade colectiva e social, pode ser modificada. Embora seja algo que nasça com o ser humano, visto todos nascermos num local e numa cultura, este fenómeno só vem sendo estudado recentemente; quando a identidade colectiva deixou de estar associada ao Estado e se verificaram lacunas na integração de determinadas comunidades em nações maioritárias e diferentes. Para Bauman⁵⁰, o olhar atento às questões identitárias surgiu “*da crise da pertença*” nos grupos colectivos existentes, definidos através de entidades territoriais demarcadas. Com o fim de melhor entender a identidade, começaremos então por defini-la, expondo o seu percurso, e as suas diversas acepções na sociedade actual, esperando, no final, entender a razão da manutenção de identidades em conflito, enraizadas num clima de confronto e tensão permanente, incapacitando a pacificação.

Assim, recorrendo principalmente a Castells e Bauman, percebemos que a identidade é a “*fonte de significado e experiência de um povo*”⁵¹, que é construída com a ajuda da história, geografia, cultura, instituições políticas, líderes e elites, cujo papel na sua definição é muito relevante na medida em que firmam tendências ou exacerbam determinados traços sociais. Não é algo estagnado ou irreversível, como constatamos na frase de Bauman, ao sublinhar que “*pertença e identidade não têm a solidez de uma rocha, não são garantidos para toda a vida, são bastante negociáveis e revogáveis*”⁵². Actualmente, um indivíduo pode — dentro de uma panóplia de escolhas cada vez mais alargada — construir a sua identidade, por exemplo, mudando a nacionalidade, incorporando outra cultura ou inserindo-se numa outra sociedade. Esta mobilidade dinâmica de pessoas, produtos, capital, tornou o mundo mais pequeno, mais igual, mas também mais claustrofóbico para muitos grupos que se viram dentro de maiorias nas quais não estão 100% integrados. A globalização e uma homogeneização cada vez maior fizeram surgir movimentos e reivindicações identitárias que, noutros tempos, não eram consideradas relevantes. As longas vagas de migrações e a mobilidade entre territórios viram surgir, no século XX, o reflexo da incapacidade de integração total de

⁵⁰ Zygmunt Bauman, *Identidade: Entrevista a Benedetto Vecchi*, Zahar, Rio de Janeiro, 2005, p.17

⁵¹ Manuel Castells, *op cit*, p.2

⁵² Zygmunt Bauman, *op cit* p.17

minorias nas majorias de acolhimento, surgindo gerações novas a envergar a bandeira de um país de origem que está no seu imaginário, mas vivendo como cidadãos em sociedades distintas. Identidade e Pertença mostram-se assim como distintos, surgindo a necessidade de ser um fenómeno a estudar, sentido recentemente.

Regressando ao conceito, de salientar no processo de formação de uma identidade é então a importância da memória que “*estabiliza os sujeitos e constitui o presente. É o nome que damos à faculdade que sustem a continuidade na experiência colectiva e individual.*”⁵³ Entramos aqui na ideia que alguns vectores da nossa identidade serão dados, e que “*nós pensamos o passado*”⁵⁴, usando uma visão crítica para concebermos o presente, e as escolhas que queremos fazer para o futuro. Aqui, encontramos também o contexto familiar, o passado que não escolhemos e que influencia a formação do “*Eu*” até à vida adulta, e que não é escolhido. A sociedade onde nos inserimos, com perspectivas de vida e mentalidades próprias, também faz parte deste contexto que não escolhemos. Dela poder-nos-emos, ao longo da nossa existência, afastar, mas raramente, nos destrinchamos completamente. É nele que somos primariamente educados, sociabilizados, formados.

Contudo, mesmo reconhecendo a existência destes elementos que dificilmente poderão ser alterados, como a cor da pele, ou a família, outros estão cada vez mais ao dispor do indivíduo que, “*com as decisões que toma, os caminhos que percorre, a maneira como age*”⁵⁵, vai construindo as peças que sente em falta no conjunto do “*Eu*” que quer criar ou face às identidades com as quais pode e quer interagir. Este leque de opções, num mundo cada vez mais complexo, torna-se, por sua vez, cada vez maior, gerando inclusivamente crises identitárias pela falta de integração numa identidade específica. Saliente-se que a vontade de uma melhoria na qualidade de vida tem sido a grande força motriz da mobilidade de indivíduos insatisfeitos, que criam comunidades e nações dentro de outras nações, denunciando as falhas na integração e as diferenças nas relações identitárias.

⁵³ Allan Megill, “History, memory, identity”, in *History of the Human Sciences* 1998; 11; 37, disponível online em <http://hhs.sagepub.com/cgi/content/abstract/11/3/37>

⁵⁴ *ibidem*

⁵⁵ Zygmunt Bauman, *op cit*, p.17

Nestas situações são comuns as manifestações de grupos minoritários onde se revelam os apoios a uma pátria, que as segundas e terceiras gerações filhos de imigrantes, não conhecem realmente. É o que se passa, por exemplo, com grande parte da juventude de origem portuguesa pela Europa, que tem, no seu imaginário um Portugal que não conhece mas onde se imaginam enraizados. Não se sentem totalmente pertencentes ao país onde nasceram, por isso, procuram os laços que os unem a um grupo, distinguindo-se assim da sociedade dominante onde vivem e onde, por vezes se sentem pouco integrados. Muitas vezes, num mundo homogeneizado, mesmo quando o contexto onde se nasceu e cresceu e identidade são os mesmos, o indivíduo tenta encontrar outros subterfúgios para manter o “*Eu*” único. Assim, o individualismo pode ser visto como marca identitária, por aqueles que querem fugir à massificação de ideais, produtos, percursos, cultura, e tudo o que envolve uma sociedade internacional de consumo. As empresas e meios de comunicação multinacionais também contribuem para este fenómeno, ao difundirem os mesmos conceitos por vários países, independentemente das especificidades de cada um.

Contudo, embora pese a importância do indivíduo como construtor do “*Eu*” interior, o que nos ocupará neste trabalho é a formação de uma identidade colectiva, a união de determinado grupo a características que entende como comuns e o diferencia dos outros. Este é o fenómeno que, impulsionado por determinados líderes ou elites, levará à massificação da distinção e conduzirá comunidades vizinhas à luta, exacerbando querelas antigas, favorecendo o conflito e enraizando-o.

I. Identidade Colectiva

Desde muito cedo, os indivíduos reconheceram que sozinhos a sua existência estaria mais ameaçada, pois juntando-se aos seus semelhantes poderiam defender-se colectivamente dos perigos comuns. Abram de Swaan fala primeiramente em grupos de sobrevivência, tribos que se foram aglomerando para, em conjunto, garantirem a integridade física, segurança e comida. A partir do momento em que se sedentarizaram os grupos uniam-se para defender a integridade do solo onde habitavam, considerando-o como seu espaço vital e base da sua subsistência. As necessidades eram básicas e sem os contornos complexos que envolvem as questões identitárias actuais. O autor segue esta linha ao afirmar que “...ambos, sangue e solo, são os [elementos] que permaneceram durante séculos como as razões principais de identificação, tendo dado origem a várias metáforas que invocam sentimentos de união como irmão de armas, pátria ou língua materna.”⁵⁶ Os laços familiares e os de terra foram assim protegidos, gerando mais tarde nações, com identidades colectivas já bem delineadas e por vezes bem distintas das outras. Ainda hoje em dia, “muitos estudiosos tradicionais tratam a identidade como atributos do Estado-nação, descurando que muitos países não são homogêneos, tendo normalmente mais do que um grupo étnico”⁵⁷. Associam, por isso, a identidade à maioria da população de um determinado lugar, esquecendo as comunidades minoritárias que tentam distinguir-se, cada vez mais, num mundo, também ele, cada vez mais internacional.

Como afirma Castells, para observarmos concretamente os contornos e simbolismo de determinada identidade colectiva, teremos de entender “quem e para quê” esta é construída e qual o seu significado para “aqueles que com ela se identificam ou dela se excluem”⁵⁸. Bauman acrescenta ainda o “desejo de segurança” como estando

⁵⁶ Abram de Swaan, “Widening Circles of Disidentification: On the Psycho and Sociogenesis of the hatred of Distant Strangers”, in *Theory, Cultural and Society*, Vol 4, SagePublications, 1997

⁵⁷ Erik Gartzke and Kristian Skrede Gleditsch, Identity and Conflict: Ties that Bind and Differences that Divide, in *European Journal of International Relations* 2006; 12; 53, disponível online em <http://ejt.sagepub.com/cgi/content/abstract/12/1/53>

⁵⁸ Manuel Castells, *op cit*, p. 4

igualmente na base do “*anseio por identidade*”⁵⁹, reconhecendo o papel do famoso slogan popular: “a união faz a força”. Um indivíduo, num grupo, sente-se protegido do “*Outro*”, do diferente, como se a colectividade fosse a sua armadura, lhe conferisse um poder que, sozinho, não alcançaria. O indivíduo passa então a ser um átomo, subordinado a uma unidade maior⁶⁰, que o protegerá em caso de conflito. A ligação a determinada causa, a determinado movimento é, normalmente, incentivada por “*aqueles que têm poder para inspirar e orientar a acção, [tal como agentes] escolares, profetas, líderes carismáticos, etc*”⁶¹. Estes, por razões particulares, dão início a um processo de união em torno de um objectivo que muitas vezes não é claro, fazendo com que deflagrem acções, mais ou menos pacíficas, mais ou menos flexíveis ou integrantes. A identificação é ainda, para Abram de Swan, “o complemento emocional da formação de grupo”, sendo, por isso dada a acções embargadas por sentimentos de paixão, medo ou até de pânico, deturpando a visão do “*Eu*” e, conseqüentemente, do “*Outro*”. Nos conflitos enraizados as identidades em confronto vêm a sua coesão interna como inflexível, intocável, sob perigo de desaparecimento da colectividade por parte do “*Outro*”, a raiz do mal, minando o caminho para um diálogo ou resolução pela via da cedência mútua.

Neste sentido, e reconhecendo que a formação de identidades colectivas assenta sempre “*num contexto determinado por relações de poder*”, Castells estabelece três formas de construção das mesmas. A primeira é a relação legitimadora, que dá origem à sociedade civil; a segunda é a de resistência, que cresce nos grupos minoritários que se sentem estigmatizados pela maioria, formando comunidades bem delineadas e diferenciadas do todo global; a terceira relação é a de projecto que visa a construção de uma nova identidade e fazer surgir, a médio prazo, uma nova sociedade⁶². Numa sociedade global, onde a mobilidade humana é comum e não há mais necessidade de coincidência entre origem e nacionalidade — contrariamente ao que se passava em séculos passados, onde se nascia, vivia e morria na mesma localidade ou país — os

⁵⁹ Zygmunt Bauman, *op cit*, p.35

⁶⁰ Wieviorka, *The Arena of Racism*, p.105

⁶¹ *Ibidem*

⁶² Manuel Castells, *op cit*, p. 5

grupos têm tendência a formar comunidades, pequenos guetos dentro de uma sociedade maioritária. Como explica Bauman, “*para pessoas inseguras, desorientadas, confusas e assustadas pela instabilidade e transitoriedade do mundo em que habitam, a comunidade parece ser uma alternativa tentadora*”⁶³, tornando-se um oásis de aconchego no meio de um deserto identitário. Esta relação pode ser calma, uma coexistência pacífica entre o grupo minoritário e o de acolhimento, ou, por razões que se prendem com a história comum e contexto social de ambos, dar início a uma violência latente que, em função de determinadas situações, pode converter-se num conflito enraizado. O deflagrar desta relação conflituosa tende a estar associada ao facto de se poder encarar a identidade como “*uma luta simultânea contra a dissolução e a fragmentação, uma intenção de devorar e, ao mesmo tempo, recusa a ser devorado*”⁶⁴, ou seja, ferir, para não ser ferido.

O contexto actual da cultura globalizada viu igualmente surgir os fundamentalismos como grandes formas de acção contra a dissolução dos grupos nessa cultura homogeneizada. Estes são, de certa forma, a resposta mais veemente perante um fenómeno tipo Coca-Cola, mostrando que “*a dinâmica da globalização promoveu a dinâmica do fundamentalismo de forma dialéctica*”⁶⁵. A nova vaga de fenómenos identitários surgiu igualmente como resposta à sensação de que “*o Estado não tem mais o poder ou o desejo de manter uma união sólida e inabalável com a nação*”⁶⁶, deixando o indivíduo à sua própria mercê, desamparado. Se, antigamente, “*a identidade nacional objectivava o direito monopolista de traçar a fronteira entre “Nós” e “Eles”*”⁶⁷, garantindo protecção e apoio ao cidadão, hoje em dia, com a abertura ao mundo, estas fronteiras estão cada vez mais ténues, o que nem sempre é bem entendido ou sentido pelo indivíduo. Este procura então novas formas de identificação, novos grupos nos quais se sinta integrado, protegido, formando colectividades que se vão multiplicando,

⁶³ Zygmunt Bauman, *op cit*, p.68

⁶⁴ *Idem*, p.84

⁶⁵ Manuel Castells, *op cit*, p.30

⁶⁶ Zygmunt Bauman, *op cit*, p.34

⁶⁷ *Idem*, p.28

seguindo um líder carismático, um grupo de poder na sociedade, ou alguém/algo que considerem merecedor de confiança e que suprima as falhas do Estado.

Actualmente, com a globalização, “*as pessoas resistem ao processo de individualização e atomização, tendendo a agrupar-se em organizações comunitárias que, ao longo do tempo, geram um sentimento de pertença e, em muitos casos, em última análise, uma identidade cultural, comunitária*”⁶⁸. É este sentimento de fusão de um grupo, que tende a transformá-lo numa massa única e distinta das restantes, que permitirá a utilização dessas características no sentido de desenvolver um sentimento de diferença cultural, de uma história e existência particular face a outros grupos, permitindo o eclodir de conflitos enraizados e complexificando a sua resolução.

Vemos assim como os movimentos sociais são definidos por identidade (a sensação de pertença e união com características comuns), objectivo (seja com fins de segurança, união para a formação futura de um grupo político com poder, ou outro) e adversariedade (aquele com o qual o grupo se distingue).⁶⁹ É na ideia de “*Outro*” que nos deteremos em seguida, procurando compreender a forma como, muitas vezes, a oposição é criada por imagens nem sempre totalmente coincidentes com a realidade.

⁶⁸ Manuel Castells, *op cit*, p. 75

⁶⁹ *Idem*, p. 87

II. Identidade – *Eu vs o Outro*

Como abordámos anteriormente, a identidade define-se pela identificação com os semelhantes e reconhecidos como dentro do mesmo grupo, pelas várias questões que a caracterizam, mas também por oposição àqueles que são “diferentes”, aos quais não se reconhecem os traços que unem o “*Nós*”, sendo que é um fenómeno que depende de “*processos múltiplos de pertença e distinção*”⁷⁰. Esta diferença de identidades pode ser usada por grupos de interesses ou de poder para originar os conflitos entre classes, grupos ou etnias, quando ela nos faz olhar o outro como o rival ou o inimigo, incrementada por outros factores que nada têm a ver com identidade em si.

Michel Wieviorka, no seu livro *A Diferença*, faz uma análise exaustiva sobre as distinções identitárias culturais e suas origens. Antes de mais, temos de reconhecer que existe uma multiplicidade de identidades, étnicas, culturais, religiosas, de género, que são “*permanentemente susceptíveis a fraccionamento e recomposição*”⁷¹. Wieviorka aborda principalmente a vertente cultural, sendo a grande impulsionadora e dinâmica da identidade do sujeito e da comunidade, que servirá de estudo para diferenças identitárias.

Assim, reconhecendo a importância da semelhança, da segurança, e da união para a formação de uma identidade colectiva, vemos igualmente o papel da oposição como definidora da mesma, a diferença relativamente ao outro como formadora de quem se é enquanto grupo, enquanto comunidade. Joseph sublinha que “*todo o ser humano tem acumulado conhecimento que se põe em acção em qualquer encontro social. É tão único como a nossa própria experiência de vida, e, quando o põe a trabalhar na construção do Outro, estamos a construir algo que envolve quem somos, tanto quanto, e por vezes mais, do que quem o Outro é.*”⁷² Wieviorka explica a diferenciação *Eu/Outro*; “*por um lado é uma questão de rejeitar valores, modelos e uma história com a qual o actor se recusa a identificar, por outro, de reforçar os seus*

⁷⁰ Maria João Silveirinha, *Identidades, Media e Política: O espaço comunicacional nas democracias liberais*, Livros Horizonte, Lisboa, 2004

⁷¹ Michel Wieviorka, *A Diferença* (trad.), FENDA, Lisboa, 2002

⁷² John E. Joseph, *Language and Identity: national, ethnic, religious*, Palgrave Macmillan, Nova Iorque 2004

*próprios valores, modelos e história e, em alguns casos, de inventá-los*⁷³. A identidade parte assim daquilo com o qual o indivíduo se quer aproximar e, ao mesmo tempo, daquilo de que se prefere distanciar. “A oposição pode, de facto, levar ao reconhecimento de um inimigo a ser combatido ou com o qual se poderá negociar, mas alguém que é, com certeza, para ser confrontado e, em qualquer ocasião, referido como inimigo.”⁷⁴ O grupo distinto, especialmente inimigos ou oponentes passam, a ser vistos de uma forma negativa, como se tudo o que os rodeia partisse da dicotomia do bom/mau, sendo o semelhante considerado sempre como o lado positivo. Como já referimos, esta relação pode ser pacífica, isto é sem acções violentas entre os grupos, ou pelo contrário conflituosa, sendo que, neste último caso, o “oponente, ou o inimigo – ou, meramente, o Outro – é primeiramente e acima de tudo o que ameaça, ou destrói, ou o que impede o actor de criar-se ou concretizar a sua existência e história”⁷⁵. Esta relação não é estagnada ou contínua. Os mesmos grupos podem ter acções distintas perante o outro consoante o próprio contexto no qual estão inseridos, uma vez que “as noções de Eu e Outro têm de ser constantemente afirmadas e negociadas como são susceptíveis de mudar consoante os novos cenários materiais e simbólicos se apresentam”⁷⁶. Contudo, apesar deste carácter mutável, certos factores de oposição são praticamente incompatíveis especialmente porque, como afirma Castells, as nações são produzidas pelos esforços de uma história compartilhada e reflectida nas linguagens comunais através de uma primeira palavra: nós, duma segunda: a nós e infelizmente duma terceira que é: eles.⁷⁷ É portanto um projecto egoísta, voltado para a própria existência, e a sua segurança, independentemente das acções a tomar contra os que se sentem como ameaças.

O contexto social toma então um contorno importante para os processos de identificação na medida em que, “todas as divisões que têm um efeito na sociedade, até aquelas que correspondem a distinções somáticas observáveis, que podem ser baseadas

⁷³ Michel Wieviorka, *op cit*, p.110

⁷⁴ Michel Wieviorka, *op cit*, p.106

⁷⁵ *Idem*, p. 107

⁷⁶ Lucia Rabello de Castro, Otherness in me, Otherness in Others: Children’s and youth’s constructions, in *Childhood* 2004; 11; 469 disponível online em <http://chd.sagepub.com/cgi/content/abstract/11/4/469>

⁷⁷ Manuel Castells, *op cit*, p.64

em diferenças genéticas, são essencialmente sociais”⁷⁸. O Ruanda é um claro exemplo de como as opções que se tomam em termos de poder podem despoletar concepções de identidades antagónicas, igualmente baseadas em factores físicos, que, por si só, nunca seriam usados como impulsionadores do conflito. Durante anos, as diferenças genéticas entre hutus e tutsis nunca foram assumidas como motivo de exclusão, havendo uma coexistência pacífica onde foram frequentes os casamentos interétnicos. Com a presença belga e o favorecimento claro na atribuição de poder aos tutsis — geneticamente mais parecidos com os europeus centrais, mais altos e com um nariz mais estreito— estas diferenças foram acentuadas, e a diferenciação começou a criar cisões profundas. Ambos os grupos viam o “*Outro*” como a raiz das desgraças mútuas, a razão de todos os seus males, alguém impossível de ser tratado como igual. Este sentimento foi exacerbado ao nível mais malévolo de coesão, legitimando a violência extrema em nome da comunidade.

O sentido de grupo, firme, cuja identidade é inquestionável, é deste modo necessário para o “*Nós*” e para o “*Eles*”, para acreditarem na luta que empunham. Ambos têm de se reconhecer como comunidades, com as suas distinções vincadas. Embora, primeiramente, possa parecer que a proximidade geográfica ou mesmo social favoreça a integração e a paz, podemos verificar que os conflitos enraizados são perpetrados entre grupos que têm relações de vizinhança no quotidiano. Comparando com as relações familiares, Gartzke e Gleditsch sublinham que, as tensões são mais comuns entre estas, uma vez que “*um contacto mais frequente gera assuntos sobre os quais nasce o conflito*”⁷⁹. O “*Outro*” tem então de ser alguém que a comunidade conhece bem, mesmo que haja um conhecimento filtrado por uma lente de ódio, mas alguém próximo o suficiente para ameaçar a sua existência. Como refere Wiewiorka, “*o Outro tem de estar minimamente presente social e economicamente, tendo de haver alguma ligação*”⁸⁰ para que a comunidade sinta alguma injustiça, discriminação, ou inferiorização, levando a uma cisão profunda entre ambos. Quando acontece, “*a inferiorização leva à exclusão e vice-versa*”⁸¹, entrando as comunidades num ciclo

⁷⁸ Abram de Swaan, *op cit*,

⁷⁹ Erik Gartzke and Kristian Skrede Gleditsch, *op cit*

⁸⁰ Michel Wiewiorka, *op cit*, p.120

⁸¹ *Ibidem*

vicioso de animosidade e desconfiança do qual a saída é complicada. Muitas vezes, é a proximidade que leva à desconfiança e à desconsideração do “*Outro*” como menor e ameaçador. Como escreve Bauman, “*as vítimas em potencial não são temidas e odiadas por serem diferentes – mas porque não o são suficientemente, misturando-se facilmente com a multidão. A violência é necessária para torná-las espetacularmente, inequivocamente, gritantemente diferentes*”⁸². Olhando para as relações interpessoais que nos rodeiam, conseguimos compreender esta visão. É mais fácil rejeitarmos como diferente alguém que faz parte do nosso quotidiano, do que alguém que, de tão diferente, nem sequer chega a cruzar na nossa vida social. A inimizade surge então também pelo conhecimento de proximidade do “diferente” que está presente ao ponto de nos tocar e de nos ameaçar. Aquele que está demasiado longe não nos afecta, não incomoda.

Voltando à dicotomia “*Eu/Outro*”, Kriesberg identifica alguns factores que determinam a evolução desta relação entre grupos distintos, especificando a forma como encaram as suas identidades. Antes de mais, foca que as diferenças estão normalmente relacionadas com questões associadas às necessidades humanas básicas de reconhecimento do grupo, tais como de segurança ou existência, que normalmente não são negociáveis. O autor refere que quanto maior for a divergência de visão perante estas questões, mais propícias ao conflito estarão as comunidades, sendo por isso importantes as experiências passadas em que “*os grupos podem transmitir a herança de sofrimento e inimizade, que advém de experiências históricas traumáticas*”⁸³. Os estereótipos entre grupos distintos tendem a perpetuar-se na história e na cultura popular, não só nos mitos, mas também nos ditados, provérbios e crenças da população. Ainda hoje, é comum ouvir sobre os *nuestros hermanos* que, “de Espanha, nem bom vento, nem bom casamento”, o que não é mais do que o reflexo de uma relação antagónica que existia entre as nações, embora hoje não exista qualquer conflitualidade entre ambos. Contudo, noutros casos, assumir que o outro lado não é de confiar e é agressivo, pode levar a respostas igualmente desonestas ou violentas, agravando a visão do “*Outro*” sobre o “*Nós*”. Este contexto passado pode então desenvolver atitudes de inimizade que, ao longo de gerações, pode dificultar a sua atenuação, especialmente se

⁸² Zygmunt Bauman, *op cit*, p.64

⁸³ Louis Kriesberg, *op cit*

forem geridas por líderes com algum interesse num conflito, o mais comum, já que estes “usam identidades que põem algumas pessoas à frente enquanto excluem outras”⁸⁴.

Em caso de conflito, a perspectivização comum do “*Outro*” como o “mau da fita” é essencial para a perpetração de determinados crimes, sobretudo quando envolvem violações graves de direitos humanos. Os que estão fora do grupo são então vistos como muito maus, ou “*estúpidos, egoístas, desonestos, agressivos, hostis, mesmo não tendo feito nada pior do que os membros do próprio grupo.*”⁸⁵ As imagens estereotipadas são então “usadas como bode-expiatório, a razão de todos os males” pelos quais o grupo vai passando ao longo da história, sendo, por isso, imperdoável qualquer acção do *Outro*, ou mesmo impensável a aproximação a alguém tão malévolo. Esta animosidade surge muitas vezes como reflexo dos medos colectivos, sendo mais fácil culpabilizar o “*Outro*” pela situação penosa na qual se vive, do que entender o que falhou na relação, assumindo parte de culpa.

Estas imagens negativas que marcam na sua maioria as relações entre grupos antagónicos são aumentadas, por vezes, pela habilidade dos líderes em manipular a memória e as histórias comuns, partindo da realidade para caminhos que mais lhes convenham. Por outras palavras, “*uma vez estando as dialéticas de identificação e desidentificação em acção, as fantasias normalmente exacerbam-nas*”⁸⁶, levando a maioria a acreditar no filtro que lhes é apresentado, mesmo que distorça a verdadeira evolução dos factos entre grupos. Assim, a identificação do “*Outro*” como diferente e inferior, sub-humanizando-o, passa a ser essencial na escalada para situações de violação de direitos humanos graves, uma vez que “*se as pessoas na colectividade inimiga são vistas como sub-humanas, denegridas por vezes até como vermes, estão mais facilmente sujeitas (...) a tentativas de extermínio*”⁸⁷.

Para a oposição entre grupos ser estimulada ao ponto de gerar situações de conflito complexas, é necessário que os ânimos, e os factores de distinção, sejam

⁸⁴ Louis Kriesberg, *op cit*

⁸⁵ Heidi Burgess, “Enemy Images”, in Beyondintractability.org, disponível online em http://www.beyondintractability.org/essay/enemy_image/?nid=1133

⁸⁶ Abram de Swaan, *op cit*

⁸⁷ Louis Kriesberg, *op cit*

exacerbados por elites, grupos no poder, ou mesmo apenas por um líder com fins menos nobres. Bauman comprova-o com o exemplo da Jugoslávia: *“A tragédia que se seguiu é bem conhecida. Mas os alegados ‘impulsos primitivos’ não brotaram das profundezas sombrias do inconsciente onde teriam hibernado desde tempos memoriais, esperando que chegasse o momento de despertar. Tiveram de ser laboriosamente construídos – jogando-se astuciosamente um vizinho contra o Outro, e transformando todas as pessoas ditadas de marca distinta de membros de comunidades projectadas em cúmplices actuais ou encobridoras do crime.”*⁸⁸ Quando bem impulsionado, o ser humano é capaz dos piores actos, se o fizerem acreditar neles como imprescindíveis para a sua sobrevivência e da sua família.

O papel da linguagem — o que se diz e a forma como é dito — é muito importante como instrumento de conflito nesta demanda pelo poder, pela segurança, por um objectivo de domínio ou meramente por ganância. É nela que focaremos a atenção de momento.

⁸⁸ Zygmunt Bauman, *op cit*, p.63

III. Importância da Linguagem

Já Cícero, antes do nascimento de Cristo, reconhecia que “*nada é tão ligado aos nossos sentimentos naturais como os ritmos e o som das vozes*”, “*elas podem aumentar e inflamar-nos, acalmar-nos ou pacificar-nos e, normalmente, levam-nos à felicidade ou tristeza*”⁸⁹, como sublinha Joseph, mostrando o poder da linguagem.

De facto, a partir do momento em que uma pessoa nasce, ela é integrada num sistema de símbolos, expressões, sejam verbais ou gestuais, transmitidos pelos seus progenitores e pela sociedade que a rodeia, que a acompanhará por toda a vida. “*A linguagem relaciona-se com assuntos além da simples comunicação*”⁹⁰, é o nosso principal instrumento de contacto com os outros, envolvendo todos os aspectos do quotidiano de um indivíduo social, reflectindo opiniões, sugestões, emoções, reivindicações, e a maioria das nossas acções sociais. Segundo o mesmo autor, a linguagem é um conjunto de “*recursos comunicativos que formam uma parte integral do capital social e simbólico de um indivíduo*”, que se usa ao longo da vida. Esta forma de contactar, de se expressar, de entender os outros será igualmente mais um traço da identidade colectiva de que falámos há pouco, uma vez que ajuda a aceitar ou a rejeitar o “*Outro*”. Ela serve, também, como linha de união entre aqueles que se sentem iguais porque são entendidos no grupo, bloqueando a entrada no colectivo àqueles cujo sistema não é semelhante, logo, não passível de ser decifrado. Numa situação de conflito, que é o tema principal deste trabalho, esta ligação é muitas vezes usada pelos decisores e por aqueles que detêm o poder, no sentido de mobilizar ou exacerbar o sentimento de pertença a um determinado grupo. Estes líderes unificam o grupo de tal forma que o leva a cumprir os desígnios pretendidos, muitos dos quais, na sua maioria, nem seriam levados a cabo pelo indivíduo sozinho.

Comecemos então pela noção de linguagem, aquela que, como refere Diarmait Mac Giolla Chriost, codifica directamente uma “*visão particular ou experiência do*

⁸⁹ Cícero *apud* John E. Joseph, *Op Cit*, p.20

⁹⁰ Diarmait Mac Giolla Chriost, Language, Identity and Conflict: a comparative study of language in ethnic conflict in Europe and Eurasia, Routledge, Londres, 2003, p.30

mundo”⁹¹. Como relembra Joseph, esta tem três funções principais: comunicar com os outros; representar o mundo nas nossas mentes e expressar as nossas opiniões, isto é o que pensamos dos outros⁹². A linguagem é então o instrumento de ligação aos restantes membros do grupo e como os entendemos, é por isso a melhor forma de nos fazermos conhecer e entender. Esta ligação faz parte do sistema de comunicação que o indivíduo reconhece como seu, por oposição ao *Outro*, que não entende. O sistema, para Robinson, é composto por sinais, que apresentam significados para um determinado grupo de indivíduos, independentemente da situação imediata⁹³. Ou seja, os sinais que são transmitidos dentro de uma colectividade estão dispostos de forma que esta os entenda. Estão carregados de um conhecimento contextual – cultural, social, étnico, ou qualquer outro vector que determine a identidade – inteligível apenas pelo grupo ao qual se pertence, e cujo significado não parece terminada a situação em causa. Neste contexto, intervêm a história e a memória de um determinado grupo, englobando as principais dimensões, tais como identidade e linguagem. As especificidades de linguagem reflectem igualmente esta vivência comum, num determinado espaço; não é por acaso que os esquimós têm várias palavras para neve ou os brasileiros para papaia, enquanto Portugal só tem uma. A comunicação é assim, como afirma Gumperz, um acto social, ao reflectir as diferentes assunções culturais acerca da situação e acerca do comportamento e intenções apropriadas dentro da mesma; as diferentes perspectivas de estruturar a informação ou um argumento numa conversação e as diferentes formas de falar.⁹⁴

“Podemos dizer que os indivíduos usam a linguagem como forma de transmitir, construir, disseminar ou assinalar – ou mais precisamente, de criar – a sua cultura identitária, tornando-a carregada de cultura”⁹⁵. Assim, este sistema comunicativo dependerá do contexto cultural dos interlocutores, ou seja, “*o ouvinte requer algo mais do que o mero conhecimento da linguagem, as condições do que é dito, e as assunções*

⁹¹ Diarmait Mac Giolla Christ, *op cit*, p.

⁹² John E. Joseph, *op cit*, p.15

⁹³ W. P. Robinson, *Language and Social Behavior*, Penguin Books, Londres, 1972, p. 20

⁹⁴ John J. Gumperz, *Language and Social Identity*, Cambridge University Press, Nova Iorque, 1982

⁹⁵ John E. Joseph, *op cit*, p.163

*que partilha com o falante. Deve ter alguns princípios, ou alguma informação factual que lhe permita compreender o que o falante diz*⁹⁶, especialmente num contexto de comunicação indirecta, como o uso de metáforas, ironias ou sarcasmos, prováveis de serem usadas em situações de conflito pelos grupos opostos, tema que será objecto de debate neste trabalho. Ou, como afirma Vanderveken, um falante pretende que o ouvinte o entenda, partindo do princípio que o receptor tem um conhecimento relativamente ao significado da frase que emprega, bem como um conhecimento de certos factos que contextualizam a conversa de forma a poder inferir⁹⁷ informações não explícitas. Daqui se depreende a importância do que rodeia e subjaz ao acto comunicativo dentro de um grupo com traços vivenciais específicos e distintos de outros. Quando falamos do discurso não-literal, e propenso a mal-entendidos dentro do grupo oposto, o contexto surge como fundamental para que a palavra ganhe significado e seja entendida. Os decisores políticos, os grupos de poder, reconhecem o poder da linguagem em todas as suas dimensões, fazendo uso dos conhecimentos dos receptores para concretizar as suas ideias. Se os políticos, por exemplo, já se aproveitam desse poder para levar a cabo as suas ideias num contexto normal, de estabilidade, numa situação de conflito, sendo a necessidade de apelo das massas, tal é mais claro a um olhar atento.

Anderson explica ainda que o discurso mantém as estratégias de distanciamento numa perspectiva semelhante àquela que os animais incorporam quando abordam a sua presa, isto é, consoante a mensagem que se quer fazer passar assume-se uma determinada postura perante o “*Outro*” que vai da indiferença ou ataque latente. Para ele, podemos então assumir que as estratégias linguísticas empregues pelos falantes adaptar-se-ão a uma das três possíveis distâncias comunicativas, dependendo ou do sentimento de indiferença e insensibilidade relativamente a um grupo, do desejo de evitar a interacção, ou do sentimento de superioridade ou hostilidade relativamente a outro grupo.⁹⁸ A linguagem empregue no discurso tem, portanto, variações muito claras,

⁹⁶ Searle, *Expression and Meaning*, Cambridge University Press, Nova Iorque, 1979, p.80

⁹⁷ Daniel Vanderveken, *Meaning and Speech Acts: Vol I – Principles of Language Use*, Cambridge University Press, Nova Iorque, 1990, p.39

⁹⁸ Alan B. Anderson, “The Survival of Ethnolinguistic Minorities” in Howard Giles e Bernard Saint Jacques (eds) *Language and Ethnic Relation*, Pergamon Press, Oxford, 1979, p.148

mediante a distância e a intenção comunicativa, sendo raramente descurada pelo emissor.

Em termos políticos, ao longo da história, vemos como a linguagem representava um marco real da distinção entre grupos, que, na era pré-Moderna, se foram tornando nações, ligadas a um Estado específico. A mudança de língua simbolizaria então a chegada a um outro novo grupo, a um novo Estado, distinto do seu, geograficamente, ou seja, não havia “*dúvida de que, sempre que uma língua distinta possa ser encontrada, aí surge uma nação diferente que tem o direito de tomar conta dos seus assuntos de independência e governar-se a si própria.*”⁹⁹ Actualmente, foram surgindo grupos de minorias esquecidas aquando da formação do Estado, que emergem em actos de auto-determinação e necessidade de afirmação perante a sociedade dominante. Uma das características comum desses grupos, como confirmamos, sem ir muito longe, com o vizinho caso Basco ou Catalão, é a necessidade de uso de uma língua própria como meio de afirmação face à língua e sociedade dominante. Entendemos aqui a afirmação de Chiost, quando refere a importância da linguagem nos grupos étnicos – “*A linguagem é útil como um marcador potencial da etnicidade e portanto é igualmente útil aos separatistas étnicos como uma forma de mobilização de um grupo. A linguagem, portanto surge como um recurso político.*”¹⁰⁰ Partem estes autores então da noção de que a linguagem de um grupo é um instrumento de política identitária, de afirmação e rejeição social, de identificação e desidentificação, reconhecida pelas elites no poder e usada em caso de necessidade. Ela torna-se consequentemente, o chamariz daqueles que se sentem como membros do grupo, mantendo a chama da identidade acesa, já que, como sublinhou Dow, “*claramente a linguagem tem um papel essencial em qualquer dominação ideológica*”¹⁰¹. Será assim importante a manutenção da coesão através da linguagem, mostrando que determinado grupo não é facilmente dominado, ou pelo menos nunca o é na totalidade. Já em 1978, antes do eclodir das grandes questões de afirmação das minorias dentro das maiorias formadas, tidas como estáveis, Giles e Jacques sublinhavam que a linguagem é

⁹⁹ Diarmait Mac Giolla Chiost, *op cit*, p, 30

¹⁰⁰ *Idem*, p.15

¹⁰¹ James R. Dow (ed), *Language and Ethnicity, Focusshift in honor of Joshua A. Fishman*, John Benjamin BV, Amesterdão, 1991, p.136

*“importante, não por si só, mas como um símbolo de uma imagem subliminar do propósito e identidade de grupo. É provavelmente o mais poderoso símbolo individual de etnicidade porque serve como um shorthand de tudo o que torna o grupo especial e único.”*¹⁰²

Reconhecemos desde já o papel da linguagem como importante definidor da distinção do “*Eu*” e do “*Outro*”, ainda mais exacerbado em situações de conflito. O discurso, não só pelo que se diz como o que se infere do que é dito, é importante para determinar as fronteiras entre o “*Eu*” e o “*Outro*”, sendo o que define a pessoa que está próxima, e aquela que é rejeitada. É comum, desse modo, verificarmos que, a forma como um determinado assunto é reportado, é transmitido, através da linguagem, dependerá sempre do filtro com o qual se olha para o mesmo, sendo as palavras usadas o reflexo do mesmo. Nos manuais escolares portugueses e espanhóis, encontraremos relatos de conflitos entre ambos expostos de forma distinta, cada um mais direccionado aos receptores, também eles diferentes. Esta memória colectiva, transmitida através da linguagem, é que vai formando a história das colectividades, sendo, como sublinha Joseph, a linguagem fundamental para a concepção do *Outro* – o que se diz e a maneira como se diz.¹⁰³ É aqui que entram muitas vezes, em caso de conflito prolongado, os misticismos e as exacerbações do *Outro*, transmitidos por gerações como um ser impossível de ser tratado como igual, perpetrando a inimizade. Num contexto de tensão permanente, *“num jogo de obtenção de poder, os decisores políticos tentarão vários denominadores de mobilização política, usando as imagens partilhadas do passado, que passam através da memória colectiva”*¹⁰⁴, sendo a linguagem o veículo de transmissão por excelência. Acabam assim por apelar “a ideias de diferença e ruptura”, levando a que, muitas vezes, em nome de um interesse de um grupo comunal, e principalmente dos seus líderes, a fantasia ou definições por si perspectivadas do “*Nós*” e do “*Eles*” invadam o imaginário colectivo e criando um “*Outro*” pior e um “*Eu*” melhor. Em caso de conflito, é ainda recorrente o uso de uma linguagem indirecta, assente em metáforas ou insinuações que podem ser mal-entendidas pelo grupo oposto,

¹⁰² Jeffrey A. Ross, *Language and the Mobilization of Ethnic Identity*, in Howard Giles e Bernard Saint Jacques (eds), *Language and Ethnic Relation*, Pergamon Press, Oxford, 1979, p.10

¹⁰³ John E. Joseph, *op cit*, p.8

¹⁰⁴ Abraam de Swan, *op cit*

mas perceptíveis pela colectividade a que se pertence. Óbvio será então que “ambos os grupos empregarão abusos verbais e retórica para denegrir o *Outro*”¹⁰⁵, procurando sempre o apoio das massas.

A linguagem pode ser igualmente usada, neste sentido, como instrumento de mobilização de uma minoria dentro de outra, afirmando-se como distinta, com a “*criação de usos específicos de entre o vocabulário e a sintaxe da linguagem do grupo dominante para gerar um dialecto étnico intragrupo*”¹⁰⁶. Este dialecto, em caso de conflito está muitas vezes repleto de imagens de ódio que são facilmente disseminadas, e, por vezes, tão subtis que apenas uma análise atenta se apercebe.

É no reconhecimento destas questões que os jornalistas devem assentar a reportagem dos acontecimentos, especialmente quando estes profissionais fazem parte de contextos de tensão inter-grupos muito específicos, complexos, e de difícil resolução. Os jornalistas, ao incluírem nos discursos dos intervenientes hipérboles, exageros, insinuações e más intenções aos contendores tendem a exasperar os ânimos e a contribuir activamente para os conflitos. Sendo a verdade e a imparcialidade os supostos grandes princípios dos jornalistas, como veremos adiante, todos deverão tentar fazer tábua rasa do seu próprio contexto, especialmente quando são socializados dentro do conflito, de modo a evitar cair no erro de, através da narrativa, perpetrar as imagens de ódio. Veremos no final como os profissionais da imprensa escrita local agem perante uma situação de conflito prolongado, recorrendo ao estudo de caso, a Irlanda do Norte, conflito enraizado conhecido.

¹⁰⁵ Alan B. Anderson, *op cit*, p.153

¹⁰⁶ Jeffrey A. Ross, *op cit*, p.10

CAPÍTULO II

Cobertura do Conflito – Repórter de Guerra

A um repórter de guerra é exigida não só a objectividade — princípio “ideal” dos tempos de paz — mas a força e a coragem para aguentar o clima de tensão e garantir a neutralidade perante os grupos em confronto. Por isso, é importante que mantenha a distância relativamente aos militares, aos governos, e, especialmente, às causas que levaram ao conflito. Estas últimas são, por excelência, os motores de paixões e entusiasmos que tendem a envolver os jornalistas não lhes permitindo observar e informar com parcialidade.

O foco deste trabalho é, acima de tudo a reportagem do conflito do qual se faz parte, como nacional, ou simpatizante de uma facção, em detrimento de outra. Relembrando que todo o indivíduo tem uma identidade, formada e assente em determinados pressupostos, princípios e perspectivas de vida, sendo que em caso de conflitos enraizados, podemos entender quão difícil esta tarefa se mostra, dado que o jornalista local, nasceu, cresceu e foi sociabilizado num contexto específico, próximo a uma ou outra facção. Por isso, cair nos truques de elites propagandistas ou de estereotipação do “Outro” como alguém diferente e oposto ao grupo ao qual se pertence, é uma falácia comum, muitas vezes até inconsciente, da qual os jornalistas no terreno terão de se acautelar, sob o risco de não serem totalmente honestos nos seus relatos. Como afirma Carruthers, na *“zona de guerra pode impelir os jornalistas a achar que são eles próprios uma parte dos procedimentos e que, dessa forma, nunca poderão estar distantes deles de uma forma satisfatória, como o jornalismo objectivo pressupõe”*¹⁰⁷. Vários foram os casos, ao longo da História, em que a profissão de repórter de guerra foi desacreditada pela proximidade aos militares, ou pela ligação a movimentos de propaganda ou pelas manipulações da censura.

¹⁰⁷ Susan L. Carruthers, *The Media at War*, Palgrave Macmillan, Nova Iorque, 2000, p.272

Desde o século XIX, quando surgiu o primeiro repórter civil de guerra, até à contemporaneidade, vários foram os avanços tecnológicos, ideológicos e sociais que alteraram os comportamentos desse profissional. No entanto, persistem de uma forma mais ou menos dissimulada a censura e o condicionamento desses profissionais. Actualmente, embora vivamos, maioritariamente, em democracias apologistas da liberdade de expressão, vários são os acontecimentos que nos fazem questionar a profissão de jornalista, a liberdade de imprensa e os limites que lhe são impostos. Os anos 80 e 90 foram invadidos por novas formas de disseminação da informação, tornando o mundo numa aparente “aldeia local”. Ao mesmo tempo, floresceram em diversas regiões e nações conflitos, nomeadamente entre etnias, grupos sociais e comunidades que almejavam a sua auto-determinação e o reconhecimento como nação.

Como vimos na primeira parte deste trabalho, os conflitos enraizados mantêm-se por gerações, com fases intermitentes violentas, dando azo a que os jornalistas locais se sociabilizem nos mesmos, o que coloca em risco a sua “objectividade e clareza” nos relatos. Tudo passa pela linguagem usada e pelo discurso subjacente. É nestes temas que nos deteremos de seguida.

Antes de mais faremos um pequeno resumo da história do repórter de guerra, tendo como base o livro de Philip Knightley, *The First Casualty*, de 1982. Começamos então por salientar que, até à guerra da Crimeia (1853-56), no século XIX, não havia o conceito de repórter civil, sendo toda a informação dada por militares designados para a sua divulgação. Foi neste conflito que surgiu William Howard Russel (1821-1907), irlandês, segundo o seu epitáfio, “o primeiro e o maior” correspondente de guerra. Pela primeira vez, o público podia ler o que ia acontecendo na guerra — apesar dos dias de atraso — e manifestar-se perante a sua condução, que deixava assim de ser exclusiva aos governos e militares. “A sua influência na conduta das campanhas na Crimeia foi imensa”¹⁰⁸, afirma Knightley, apesar da proximidade de Russel com as tropas britânicas e do seu fascínio por tudo o que era militar,¹⁰⁹ o que limitou a sua prestação, sendo considerado por alguns “uma figura do establishment”¹¹⁰. Contudo, como Godkin

¹⁰⁸ Philip Knightley, *The First Casualty*, Quartet Books Limited, Londres, 1982, p.17

¹⁰⁹ *Ibidem*

¹¹⁰ *ibidem*

salienta, a “*criação e desenvolvimento destes correspondentes especiais dos jornais*”¹¹¹, na figura de Russel, foi sem dúvida um dos mais importantes resultados desta guerra, dando início assim a um processo de relato de guerra levado a cabo por civis, com os seus momentos altos e baixos, que veremos de seguida.

A Guerra Civil Americana (1861-1865) criou as oportunidades para o surgimento de bons repórteres, com o eclodir de novas tecnologias, como o telégrafo, que permitia transmitir os acontecimentos no dia. Os jornais começaram a ter duas ou três páginas onde eram introduzidas as notícias do dia anterior telegrafadas, ficando “*uma delas aberta até ao último minuto para incluir as notícias de última hora*”¹¹². Contudo, em termos visuais, os jornais estavam incapacitados de reproduzir as fotografias, pedindo a artistas que desenhassem esboços da guerra. Os jornais americanos, muito recentes, floresciam economicamente para um público ávido de notícias, o que trouxe mais malefícios do que benefícios à prestação dos correspondentes, que se viam forçados a criar histórias, já que, não tendo qualquer notícia para divulgar, seriam mais facilmente despedidos do que com uma notícia falsa¹¹³. Os repórteres, que apoiavam um dos lados, Norte ou Sul, acabaram, como Russel, por ver como uma “*parte integral da sua tarefa o suporte da moral civil e militar*”¹¹⁴. Filtravam por isso a informação que passavam. Nesta guerra, “*algumas reportagens isoladas demonstravam que alguns correspondentes, ao contrário da maioria, viam o lado da guerra fútil e sangrento e estavam enojados por ela*”¹¹⁵. Este criticismo gerou aquela que iria ser a grande inimiga dos repórteres de guerra ao longo da história – a censura.

“*O período entre a Guerra Civil Americana e a Primeira Guerra Mundial foi considerado o Período Áureo para o correspondente de guerra, devido ao crescimento da imprensa popular, do uso do telégrafo, e à introdução tardia de uma censura*”

¹¹¹ G.P.Thompson *apud* Philip Knightley, *idem* p.18 (ver o resto)

¹¹² Philip Knightley, *op cit*, p. 20

¹¹³ *Idem*, p.26

¹¹⁴ *Ibidem*

¹¹⁵ *Idem*, p.31

*organizada*¹¹⁶. Com as novas tecnologias a proliferar e o maior número de jornalistas preparados para usá-las nos contextos de conflito, os correspondentes de guerra passaram a ser movidos pelo entusiasmo, coragem e glória. “*Uma elite de jornalistas nasceu, preparado para suportar as difíceis exigências de uma guerra, reportando pela delícia das suas recompensas*”¹¹⁷. Este período foi assombrado por algumas guerras como a Franco-Prussiana (na qual os franceses desconfiavam dos jornalistas e Bismarck reconheceu o seu uso); a que opôs Espanha aos Estados Unidos da América (famosa por ter sido impulsionada por William Hearst, proprietário do jornal *New York Times*, que enviou um telegrama para o seu correspondente de guerra que dizia: “*You furnish pictures. I will furnish war*”¹¹⁸); a Boer (que não teve grande importância no que concerne a evolução do correspondente de guerra) e a Russo-Japonesa, que marcou o eclipse desta fase do jornalista de conflito audaz, que difundia os relatos dos confrontos imediatamente no dia seguinte. Nesta fase, foram então traçados dois caminhos minando a credibilidade e o sucesso de um relato jornalístico credível, objectivo e “verdadeiro”. Por um lado, os profissionais, mesmo civis, continuavam demasiado ligados aos seus exércitos no terreno, sendo por isso inebriados pelo entusiasmo das campanhas. Por outro lado, aqueles que se distanciavam e “*se sentiam suficientemente preocupados com o que testemunhavam para escrever em protesto contra a conduta de guerra, movidos pela verdade e compaixão, em vez de por aventura e glória*”¹¹⁹, tornavam-se indesejáveis aos olhos de alguns militares, que consideravam o campo de batalha como um domínio exclusivamente deles. Assim surgiu a censura à publicação e os limites de acesso à informação, transformando em muitas ocasiões os textos jornalísticos em peças de propaganda, como se pode observar naquela que será a Primeira Grande Guerra Mundial.

Pelas exigências no esforço de guerra, pela antipatia dos militares para com os correspondentes de guerra, pela desconfiança dos governos, a Guerra Mundial de 1914-18, cujo palco principal se situava exactamente no centro da Europa, marcou de certa

¹¹⁶ Philip Knightley, *op cit*, , p.42

¹¹⁷ *Ibidem*

¹¹⁸ Arranja as fotografias. Eu arranjarei uma guerra (Tradução do autor)

¹¹⁹ Philip Knightley, *op cit*, p.44

forma uma regressão na profissão de correspondente. Tendo sido um dos conflitos que mais esforço humano necessitou, era fundamental que a moral do público, de onde saíam os futuros soldados, fosse elevada, por isso era necessário camuflar as derrotas e engrandecer as pequenas vitórias das campanhas militares. Nessa perspectiva, era importante para os governos manterem os jornalistas afastados de um cenário de guerra sangrento e pouco apelativo, fornecendo-lhes a informação necessária e “embelezada” para ser publicada. Surgem então a propaganda e a censura como as grandes forças motrizes da estratégia de comunicação dos militares e dos governos beligerantes. A censura e a propaganda foram institucionalizadas, legislando-se sobre o que se podia e não podia dizer ou escrever. Por exemplo, os britânicos tiveram o *Defence of the Realm Act*, um sistema de censura “*tão severo que o seu legado*”¹²⁰ ainda persistia em 1975, segundo Knightley. Os alemães, por seu lado, impuseram censura militar, estando o gabinete responsável pela imprensa durante a guerra “*sob o controlo directo do pessoal ligado ao General*”. As elites no poder viam nos chefes dos jornais e editores, sedentos de riqueza e posição social, agentes frenéticos da máquina de propaganda que geriam, o que também minou a “*fé pública na imprensa*”¹²¹.

Como pudemos ler na primeira parte do trabalho, para criar contextos e ânimos violentos e fortes é necessário estimulá-los, desenhando o “Outro” de forma negativa. Knightley refere que os jornais britânicos tinham de demonstrar quão diabólicos eram os alemães, escrevendo falsas atrocidades, gerando um ódio tal que levasse ao recrutamento de cada vez mais soldados convictos da justiça daquela guerra. A censura inglesa, por sua vez, era de tal ordem que as limitações de acesso às campanhas chegou a traduzir-se numa lista de correspondentes específicos, os quais seriam presos caso fossem encontrados por militares, bem como confiscados os passaportes e expulsos¹²². A informação chegava então ao público inglês através da figura do “Eye-Witness” (Testemunha Ocular), pouco consistente com a verdade de guerra. Quando, em 1915, os americanos entraram na guerra, questionaram se não seria mais benéfico abrirem o campo de batalha aos jornalistas e, a partir daí, alguns puderam ter acesso à informação no terreno. Algumas restrições se mantiveram ao longo de todo o conflito,

¹²⁰ Philip Knightley, *op cit*, p.80

¹²¹ *Idem*, p.81

¹²² *Ibidem*

nomeadamente os jornalistas serem obrigados a vestir uniformes do exército, não lhes sendo permitido “*ir a qualquer lado sem um oficial a guiá-los*”¹²³, o que representava a proximidade de um censor que os acompanhava para todo o lado. Por sua vez, os repórteres fotográficos e os artistas só puderam chegar às frentes de batalha em 1916 quando a guerra já tinha dois anos.

Seguiu-se a Revolução Bolchevique, na qual os correspondentes poderiam ter tido igualmente bastante sucesso na sua missão, mas “*falharam lamentavelmente na satisfação do desafio*”¹²⁴. Nos conflitos anteriores, os jornalistas enviados para o terreno eram, na sua maioria, nacionais dos países beligerantes, o que tornava compreensível — à luz das reflexões que produzimos sobre identidade — que tendessem para favorecer o lado com que mantinham maior identificação. Neste conflito, envolvendo apenas russos, de diferentes facções, a ideologia simpatizante reinou, tendo os jornalistas “*aceitado como facto não só a propaganda dos seus próprios governos como também os relatórios suspeitos das agências czaristas no exílio*”¹²⁵. Não obstante, Knightley sublinha que esta revolução marcou uma nova geração de correspondentes de guerra cujo objectivo era, acima de tudo “*reportar com verdade e objectividade*”¹²⁶, informando o público do que se passava e os seus efeitos. Enquanto a guerra na Rússia apelava à ideologia, a Guerra Civil Espanhola atraía as paixões dos correspondentes, que se identificavam com uma ou outra facção, esquecendo que o problema de se reportar “*com o coração (...) é que se a causa é justa, como a dos Republicanos era inquestionavelmente, o correspondente tendia a escrever em termos de jornada heróica, em vez de enfrentarem os factos desagradáveis, levando ao leitor um optimismo enganador*”¹²⁷.

Em 1939, com o recrudescimento daquela que iria ser a Segunda Guerra Mundial, os correspondentes de guerra viram a sua profissão continuamente limitada. Os britânicos sofreram a censura total com o *Emergency Powers Defence Act*, que

¹²³ Philip Knightley, *op cit*, p.96

¹²⁴ *Idem*, p.138

¹²⁵ *Ibidem*

¹²⁶ *Idem*, p.170

¹²⁷ *Idem*, p.216

dispunha que “*todos, incluindo editores de jornais estavam proibidos de obter, gravar, comunicar para qualquer outra pessoa ou publicar informação que pudesse ser útil ao inimigo*”¹²⁸. Os franceses eram igualmente adeptos da censura, e a política dos alemães, relativamente à divulgação da informação é conhecida como sendo das melhores estratégias de comunicação de guerra, independentemente dos motivos e intenções finais. No seu diário, Goebbels, à frente do Ministério da Propaganda, escreveu que a “*política das notícias é uma arma de guerra. O seu propósito é pagar a guerra e não transmitir para fora informação*”¹²⁹. Estrategicamente, optou então por beneficiar os correspondentes, permitindo-lhes escrever o que quisessem, sabendo que, depois de analisados, quem escrevesse algo que não estivesse de acordo com os interesses da nação, poderia ser perseguido e preso por espionagem. Os repórteres de guerra eram normalmente profissionais treinados pela Divisão de Propaganda, prontos a lutar caso fosse preciso, mas também civis usados para “*influenciar a guerra pelo controlo psicológico do humor (mood)*”¹³⁰. Apesar das restrições e manietações do governo de Hitler, os correspondentes alemães eram os únicos a permanecer no terreno, ficando as outras nacionalidades com “*pouco ou nada para relatar*”¹³¹. Em 1940, com o avanço de Hitler, muitos jornalistas estrangeiros nos países ocupados, como em França, foram evacuados e os correspondentes contentavam-se com os dados oficiais, “*na sua maioria dados para manter a moral*”¹³².

A censura aliava-se mais uma vez à propaganda para evitar o pânico nas populações, camuflando os acontecimentos ou embelezando-os, e garantir o apoio das mesmas à guerra. O desenvolvimento e lançamento da bomba atómica foi outro dos assuntos mantidos em algum segredo, já que, como o autor afirma, era “*uma história demasiado grande para ser tratada como hard news, e demasiado importante para ser tratada somente de um ponto de vista científico*”¹³³. Mesmo quando os americanos

¹²⁸ Philip Knightley, *op cit*, p.218

¹²⁹ Susan L. Carruthers, *op cit*, p. 85

¹³⁰ Philip Knightley, *op cit*, p.220

¹³¹ *Ibidem*

¹³² *Idem*, p.230

¹³³ *Idem*, p.301

entraram na guerra, a manipulação da informação era grande, dado que os jornalistas eram vistos como dentro de uma estratégia de propaganda, sendo, por isso, fundamental transmitir sempre boas imagens. Apenas a título de curiosidade, John Steinbeck e Ernest Hemingway foram repórteres de guerra — este último com um estilo muito próprio — optando por fazer parte da acção.

Em ambas as guerras mundiais, Carruthers sublinha que “*a maestria da linguagem foi sem dúvida importante nas campanhas de propaganda onde a camuflagem era a essência, mas o controlo da informação (...) ainda era mais vital*”¹³⁴, algo que os governos e militares, como já pudemos constatar, estavam bem cientes.

A grande mudança, em termos de entendimento por parte dos militares e dos repórteres de guerra do seu papel em alturas de conflito, verifica-se nos anos sessenta, com a guerra do Vietname, cujas imagens ainda estão bem presentes na opinião pública mundial. Ela foi “*o caso de teste para a forma como os futuros governos precisam de lidar com os media durante um período de conflito militar*”¹³⁵ e “*marcou as relações entre os militares e os media*”¹³⁶, revelando o poder de uma comunicação sem censura na evolução política de uma guerra. Por isso, a guerra teve o epíteto de “*uncensored war*” (guerra sem censura), já que tudo era exposto, incluindo as atrocidades cometidas pelos americanos. Ninguém esquece as imagens das pessoas queimadas por napalm, sendo habitual a televisão passar “*predominantemente temas negativos – morte ou destruição*”¹³⁷ que eram usados pelos movimentos anti-guerra. Os jornalistas aperceberam-se então do poder que detinham, sendo “*agentes activos na transformação do mundo como este deveria ser*”¹³⁸, gerando um trauma para os militares que consideraram a falta de censura um dos grandes motivos da derrota americana.

Ainda em 1982, Inglaterra e Argentina opuseram-se na guerra das Malvinas, uma das guerras menos reportadas, e cuja informação escassa foi filtrada pelos militares

¹³⁴ Susan L. Carruthers, *op cit*

¹³⁵ Graham Spencer, *The Media and Peace : From Vietnam to the War on Terror*, Palgrave Macmillan, Nova Iorque, 2008, p.55

¹³⁶ Susan L. Carruthers, *op cit*

¹³⁷ *Idem*, p.115

¹³⁸ *Idem*, p.113

que “*analisavam a cópia, e transmitiam pelos navios para Londres*”¹³⁹. Foi então considerada um sucesso na “*eficácia – em termos de acolhimento de reportagem empática – ao integrar os jornalistas com os combatentes*”¹⁴⁰. Ainda que em termos tecnológicos os avanços fossem notáveis, comparando com as primeiras guerras do século, a localização geográfica da guerra tornava as reportagens impossíveis.

Durante toda a Guerra-Fria, os jornalistas estavam divididos pelos dois blocos ideológicos, o que se reflectia na sua escrita, não só pela simpatia com um ou outro bloco, como também para satisfazer um público que conheciam, e que estava, igualmente, bipolarizado ideologicamente.

Foi igualmente nos anos 80/90, na decorrência do colapso da União Soviética e da sua zona de influência mundial, que floresceram os conflitos internos visando a autodeterminação de etnias e nações no seio de sociedades dominantes. Nestas situações, o papel dos media locais foi determinante nas tensões, tornando antigos vizinhos e amigos no pior dos inimigos, através de um discurso do ódio ou de estereotipação. Os Balcãs e o Ruanda são dois casos flagrantes em que os media manipularam e foram manipulados, criando imagens de ódio e incitando à violência através de estereótipos. Legitimaram assim as acções violentas, já que ninguém questionava os media, que se tornaram parte do conflito. Mais adiante pegaremos novamente nesta questão do discurso mediático como arma de guerra nos conflitos internos, enraizados, tema central deste trabalho.

A grande mudança em termos tecnológicos ao serviço do repórter de guerra, facilitando a sua missão, surgiu com a invasão do Kuwait em 1990, em que se promoveu uma “*enorme mobilização internacional jornalística e militar*”¹⁴¹. Os jornalistas eram independentes, em termos técnicos, dos militares, o que lhes permitia uma autonomia na divulgação da informação. No entanto, o exército ainda desconfiava dos media, dividindo-os em grupos (*pools*) consoante o órgão que representavam e o país a que pertenciam. Poucos repórteres tiveram permissão de acompanhar os militares, apenas os nacionais dos países da coligação, ficando os outros a aguardar informações

¹³⁹ *Idem*, p.123

¹⁴⁰ Piers Robinson, Robin Brown, Peter Goddard, Katy Parry, *op cit*

¹⁴¹ Susan L. Carruthers, *op cit* p.132

em “*luxuosos hotéis em Riad (...) e Daran*”¹⁴². Os jornalistas que tentassem fugir a este sistema de selecção pré-determinada pelos governos e militares, estiveram sujeitos a ameaças iraquianas e a dificuldades várias impostas pelo exército americano. Além das dificuldades no que concerne ao acesso à informação na Guerra do Iraque de 1990, Carruthers afirma ainda que os “*media noticiosos mostraram ser adeptos da auto-censura*”¹⁴³, para garantir a própria sobrevivência dos jornalistas.

Na segunda guerra do Iraque, em 2003, surgiu um sistema de informação, que até hoje se questiona, promovido pelos americanos e denominado *embedded*, que consistiu na observação da guerra a partir da inserção dos repórteres em grupos militares. Esta estratégia de informação americana tende a agir “*contra um entendimento de guerra coerente e substantivo*”.¹⁴⁴ Os militares podem, dessa forma, ter um comportamento frente às câmaras politicamente correcto, dando um novo cariz à propaganda e à manipulação da informação de guerra ao público, com o acordo dos media.

Concluindo, este breve resumo do papel do correspondente de guerra permite-nos entender o porquê de alguns académicos considerarem que “*os mass media formam uma parte integral do sistema de guerra*”¹⁴⁵. Contudo, o papel dos repórteres de guerra e dos próprios media no decorrer das acções políticas continua em estudo, havendo quem afirme que estes têm o poder de mudar o rumo da agenda política, e quem reconheça o seu papel como indicadores de acção, mas sem uma influência ao ponto de alterar as atitudes *per se*. Carruthers acredita que, “*em muitos casos, o apoio dos media a soluções militares numa crise diplomática é ocasionada por seguirem uma linha governamental, mais do que por definirem uma agenda de promoção de guerra*”¹⁴⁶. “*Dadas as elevadas questões políticas em jogo em torno da guerra, o papel e função específicos dos media durante o tempo de guerra despoletará provavelmente sempre a controvérsia, assim como as afirmações contraditórias no que concerne ao equilíbrio de poder entre os*

¹⁴² *Idem* p.136

¹⁴³ Susan L. Carruthers, *op cit*, p.144

¹⁴⁴ Piers Robinson, Peter Goddard e Katy Parry, *op cit*

¹⁴⁵ Susan L. Carruthers, *idem* p.24

¹⁴⁶ *Idem* p.39

media e o Estado. Para muitos políticos e militares os media serão entendidos, frequentemente, como problemáticos e adversários, representando uma ameaça à prossecução bem sucedida da guerra.”¹⁴⁷

De certa forma, é fácil compreender, através do pequeno resumo da história dos media durante algumas guerras, a dependência que existe entre os governos, ou as elites beligerantes, e os órgãos de comunicação. A linguagem e discurso dos primeiros acabam por se assimilar ao segundo, como sublinha Carruthers, ao afirmar que no início do conflito há que considerar que está no “Outro” a origem do conflito e que é necessário recorrer à história (mesmo que algumas vezes de certa forma manipulada) para justificar o flagelo.¹⁴⁸ O problema de se fazer parte do país beligerante, de ser seu nacional, como pudemos ver, revela-se assim na dificuldade em separar a objectividade dos factos da subjectividade das paixões, agravado pela circunstância de “*quando a sua própria nação está em guerra, reportar torna-se uma extensão do esforço de guerra*”¹⁴⁹. No caso de conflitos enraizados, entendendo os seus contornos, percebemos o quanto a sociabilização dentro de um contexto pode minar completamente qualquer ambição de objectividade e neutralidade, mesmo que de uma forma inconsciente. Mais adiante, focaremos brevemente o papel da verdade e da objectividade no papel do jornalista.

¹⁴⁷ Piers Robinson, Peter Goddard e Katy Parry, *op cit*

¹⁴⁸ Susan L. Carruthers, *op cit*, p.51

¹⁴⁹ Max Hasting *apud* Susan L. Carruthers, *idem*, p.160

I. Tecnologia ao dispor do repórter de guerra -- EFEITO CNN

Os repórteres de guerra estiveram sempre dependentes dos avanços técnicos para o cumprimento da sua missão. Desde os mensageiros nas guerras anteriores ao século XIX, que demoravam vários dias a levar a informação ao local desejado, passando pelo telégrafo que permitiu encurtar o tempo de transmissão das notícias para um dia, até aos satélites actuais, com transmissão imediata. O objectivo de todas estas transformações centrou-se sempre na diminuição da distância entre emissor e receptor, independentemente da mensagem.

No que concerne aos audiovisuais, na Primeira Guerra Mundial, usou-se pela primeira vez as imagens em movimento, consideradas por Carruthers como a “*mais significativa inovação em termos de propaganda*”¹⁵⁰ neste conflito. A rádio, por sua vez, “*evoluiu para um media de massas entre guerras, sendo (...) usada para a difusão de propaganda, notícias e entretenimento*”¹⁵¹. O cinema foi usado especialmente nas guerras mundiais, nas quais “*as relações entre os militares, os media de noticiosos e a indústria da cultura foram proficuamente colaborativas*”.¹⁵² Por exemplo, os filmes da cineasta Leni Richenstahl são dos instrumentos mais poderosos da propaganda nazi conhecidos.

Hoje em dia “*usando os satélites móveis, os jornalistas podem agora proporcionar uma cobertura em tempo real de conflitos e desastres pelo globo*”¹⁵³. A CNN, grande cadeia americana de comunicação, veio incrementar esta noção de informação em tempo real, encurtando o período de recepção aos jornalistas, aos políticos e também ao público. As consequências que tal facto acarreta são consideradas como o *efeito CNN*¹⁵⁴.

¹⁵⁰ Susan L. Carruthers, *op cit*, p.68

¹⁵¹ *Idem*

¹⁵² *Idem* p.106

¹⁵³ Peter Viggo Jakobsen, “Focus on the CNN effect Misses the Point: The Real Media Impact on Conflict Management is Invisible and Indirect” in *Journal of Peace Research* 2000; 37; 131, disponível online em <http://jpr.sagepub.com/cgi/content/abstract/37/2/131>

¹⁵⁴ Piers Robinson, The Policy-Media Interaction Model: Measuring Media Power during Humanitarian Crisis, *Journal of Peace Research* 2000; 37; 613, p.613, disponível online em <http://jpr.sagepub.com/cgi/content/abstract/37/5/613>

Assim, o efeito CNN pressupõe a cobertura de uma determinada situação de crise que é transmitida para o público e leva os jornalistas e líderes de opinião a pedir aos governos que façam algo, tornando a pressão pública insuportável e, conseqüentemente, impondo uma alteração na acção política¹⁵⁵. Incidindo especialmente numa situação, normalmente no pico da tensão, os media acabam por canalizar as atenções e apoios económicos para a ajuda humanitária de emergência, condicionando os *“esforços a longo-prazo direccionados à prevenção do conflito violento e reconstrução de sociedades devastadas pela guerra”*.¹⁵⁶ Este efeito revela a falta de preocupação muitas vezes sentida por parte dos media para com as situações do pré e do pós-conflito, nas quais se pode efectivamente limitar as tensões e resolver o problema na raiz do mal. Pelo contrário, *“os media normalmente não tomam interesse antes que a violência ou fome massificada matem um grande número de população”*¹⁵⁷. Mesmo quando algum interesse é demonstrado e é coberto o pré-guerra, a crítica feita é que os *“governos tendem a ignorar pedidos para uma acção preventiva”*¹⁵⁸.

Reconhecendo ainda que o efeito CNN é mais presente em situações de crise humanitária, também é importante repararmos que até aqui, a questão da proximidade e da afinidade é fundamental; *“A cobertura mediática é decidida por um leque de diferentes factores, muitos deles nada têm a ver com necessidades humanitárias como: proximidade geográfica com os países ocidentais, custos, logística, impedimentos legais, risco para os jornalistas, relevância para o interesse nacional e ciclos de atenção jornalística”*.¹⁵⁹ É por isso de notar que, num mundo em que a informação é um produto de mercado, já que *“a notícia tem de vender”*¹⁶⁰, a escolha dos assuntos a tratar

¹⁵⁵ Peter Viggo Jakobsen, *op cit*

¹⁵⁶ *Idem*

¹⁵⁷ *Idem*

¹⁵⁸ *Idem*

¹⁵⁹ *Idem*

¹⁶⁰ Jennifer Akin, “Mass Media”, in BeyondIntractability.org, disponível online em www.beyonدينtractability.com/action/essay.jsp?id=28180&nid=1248

recai no mais proveitoso e não no mais urgente, como o jornalismo desejaria: “*As crises têm de ser fotogénicas e dramáticas*”¹⁶¹.

Para Gowing, as “*notícias a tempo real fazem diferença mas não fazem parar a conduta política. As expectativas para acção podem ser criadas, forçando os políticos a uma reacção (fazendo diferença), mas esta pressão raramente se traduz numa mudança de conduta política (não fazendo diferença)*”¹⁶². Sobre a relação ainda entre políticos e os media, Livingston e Eachus sublinham que “*é importante termos consciência que as notícias são perpetuamente moldadas por actores oficiais e que mudanças da agenda das mesmas ocorrerão por causa desses actores*”¹⁶³.

No entanto, estes “*sumários de eventos rapidamente impressos, combinados com imagens que apelam ao coração, mas menos ofensivas, em tempo real mas manipulado, que tornaram o modelo dominante*”¹⁶⁴, têm por detrás uma crise nos valores jornalísticos, descurados muitas vezes em nome de uma política, de uma ideologia, ou do lucro nas vendas. Em seguida, deter-nos-emos na objectividade e na liberdade de imprensa e no terceiro capítulo analisaremos o discurso de jornalistas face ao conflito enraizado na Irlanda.

¹⁶¹ *Idem*

¹⁶² Gowing *apud* Graham Spencer, *idem*, p.25

¹⁶³ Livingston e Eachus *apud* Graham Spencer, *idem*, p.28

¹⁶⁴ Tim Allen e Jean Seaton (eds), *The Media of Conflict: War Reporting and Representations of Ethnic Violence*, Zed Books, Londres, 1999, p.38

Valores Jornalísticos

Antes de mais, temos de lembrar que actualmente, como afirma Manoff, que “as tecnologias, instituições, normas e práticas dos mass media constituem uma das forças fundamentais que moldam a vida dos indivíduos e o destino de populações e nações”¹⁶⁵. Idilicamente “um jornal não existe para organizar guerras nem para ganhar batalhas”, mas antes, “para contar da melhor maneira possível o que se passa – comprometido com a verdade e com a defesa da liberdade –, para ser uma tribuna de opiniões e para rectificar quando comete erros.”¹⁶⁶ Assim, seria fundamental que a formação de um jornalista fosse assente nos grandes dois pilares essenciais da ética profissional: a verdade e objectividade. No entanto, nem sempre estes princípios são respeitados pelos repórteres de guerra, especialmente quando há empatia com uma ou outra facção do conflito. Como já vimos, pode até nem ser consciente, e muitas vezes nem é, mas a imparcialidade acaba por sair derrotada em muitas reportagens, onde, como afirma Knightley, a “verdade” é “a primeira vítima”.

A ética da comunicação no jornalismo dependerá sempre da dinâmica que se estabelece entre valores e liberdade. “É a liberdade que dá forma sensível à norma ética da comunicação: define as suas condições concretas de possibilidade, a sua realização objectiva a partir de conteúdos que projecta da discussão pública.”¹⁶⁷ O jornalista tem de ser livre para tentar alcançar a “verdade” e o receptor para a compreender correctamente. Após um olhar sobre os dois valores que estão na base da prática jornalística, abordaremos então a liberdade de expressão, entendendo igualmente os seus contornos e limites.

¹⁶⁵ Robert Karl Manoff, “The Media’s Role in Preventing and Moderating Conflict”, in United States Institute of Peace, disponível online em <http://www.usip.org/virtualdiplomacy/publications/papers/manoff.html>

¹⁶⁶ Rui Pereira e Angel Rekalde, O Novo Jornalismo Fardado: El País e o Nacionalismo Basco, Campo das Letras, Porto, 2003

¹⁶⁷ *ibidem*

I. A “Verdade”

A busca pela “verdade”, como referimos, constitui o estandarte principal do jornalismo praticado à escala nacional e internacional mas nem sempre é imparcial ou isenta de influências. Aliás, alguns autores chegam a colocar o desafio na própria análise da linguagem, escolha essa igualmente sujeita a juízos de valor que poderão fazer perigar essa meta, e que referiremos mais adiante. *“A linguagem é deste ponto de vista uma variante arbitrária e volátil, apenas parcialmente objectiva, dado que só consegue apreender parte da totalidade que referencia a realidade”*¹⁶⁸. O discurso jornalístico da “verdade” depende primeiramente então da sua constituição *“no espaço social e a sua possibilidade de compreensão”*. Um dos casos mais graves de *hate media* conhecidos até hoje dependia do pressuposto da compreensão do discurso por parte de uma determinada etnia, para reportar a sua verdade no conflito. Os jornalistas hutus no Ruanda, ao proferirem determinadas afirmações metaforizadas, incitavam a população ao genocídio sem contudo o dizerem literalmente. Baseavam-se então numa “verdade” parcial, vista apenas a partir da sua perspectiva que, naquele contexto social, era inteligível por todos sem ser explícito. Francisca de Sá Marques vai mais longe ao afirmar que os actuais conflitos éticos que envolvem o mundo da comunicação, não têm muitas vezes a ver com os *“actos conscientes e voluntários de indivíduos, grupos ou a sociedade, mas com as impossibilidades de objectivação do discurso no quotidiano, com a improbabilidade da comunicação perfeitamente realizada, enquanto esfera da experiência humana”*¹⁶⁹. A verdade e importância do discurso jornalístico dependerá então, sempre, dos “quadros de significados apreendidos socialmente”, quer pelo jornalista que relata um facto, quer pela opinião pública, que interpreta o facto retirando dele a sua “verdade”.

Após breves considerações sobre o papel do discurso, que focaremos com mais precisão no terceiro capítulo, atentemos igualmente no facto que reportar a verdade é deste modo uma tarefa por si só dúbia. Será sempre uma perspectiva de um evento a ser abordado, que é influenciada pela formação sociocultural de quem a reporta, sendo por isso impossível abranger “todas as verdades” incluídas num único facto. Em casos de

¹⁶⁸ Francisca Ester de Sá Marques, *Ética e Discurso Jornalístico*, disponível em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/marques-ester-etica-discurso.pdf>, consultado a 25 de Maio de 2008

¹⁶⁹ Francisca Ester de Sá Marques, *idem*

conflito de interesses entre duas partes, muitas vezes o que cada facção considera verdadeiro e digno de ser reportado não é coincidente, tendo o jornalista a ingrata tarefa de decidir qual contar.

O repórter é um indivíduo, inserido numa comunidade específica, com valores adquiridos pela tradição que o transcende e que moldou a forma como vê a “verdade” de um facto, o que condiciona a sua imparcialidade. O jornalista vê-se assim condicionado pela sua ética, incapaz de uma objectividade plena perante determinado acontecimento. Se reflectirmos, por exemplo, num acontecimento à luz do conflito israelo-palestiniano, ou na guerra contra o terrorismo encetada pela administração Bush e compararmos dois jornais, um de cada parte (Israel e palestiniano ou, no segundo caso, ocidental e islâmico), será interessante observar que o mesmo facto pode ter duas versões, nenhuma das quais falsa na sua origem, mas parciais e incompletas na abordagem. Tendo em conta esta subjectividade, Cornu afirma que *“a procura de informação coloca o jornalista diante de uma especial responsabilidade, ligada à clareza das suas próprias motivações. A procura da verdade no interesse do público em conhecê-la e não o ajuste de contas. O serviço da informação e não a satisfação de uma ambição pessoal”*¹⁷⁰.

A “verdade” jornalística depende então de uma argumentação, de uma retórica, que não é interactiva na sua maioria, que pretende o consentimento do maior número de receptores. Por várias razões, cada meio de comunicação compete pela maior audiência possível e, para isso, aproxima-se dos seus receptores, por vezes distanciando-se do seu papel ético de informar a “verdade” e adequando o seu relato às expectativas do receptor. No relato, utiliza uma *“argumentação, o convencimento do leitor de uma verdade e a descrição do enquadramento, regulação e efectivação do procedimento que legitimam essa verdade”*.¹⁷¹

A “verdade” é assim uma verdade escolhida pelos media que acabam por transformar os factos reais em algo de extrema ou nenhuma importância, consoante a agenda que escolhem, o interesse e pertinência do tema, seja pela proximidade ao público, seja por motivos menos nobres definidos por outras regras de mercado.

¹⁷⁰ Daniel Cornu, Jornalismo e verdade: para uma ética da informação, Lisboa, Instituto Piaget, 1999

¹⁷¹ Francisca Ester de Sá Marques, Ética e Discurso Jornalístico, disponível em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/marques-ester-etica-discurso.pdf>, consultado a 25 de Maio de 2008

A ilusão da “verdade” tem contudo — especialmente numa sociedade de informação com um jornalismo “em tempo real”— ganho densidade, sendo vista como real para muitos. O facto de as notícias serem reportadas em directo, em cima do acontecimento, transmite ao público uma sensação de transparência e igualdade para todos. No entanto, este é um fenómeno que pressupõe o esbatimento das “*fronteiras culturais, linguísticas, políticas e ideológicas, através da mediação da linguagem e da argumentação*”¹⁷². Os interlocutores não têm todos o mesmo nível de compreensão, o que decorre da desigualdade socio-económico-cultural, de circunstância que envolve o “Eu”, sendo o facto apreendido consequentemente de forma desigual.

Outro fenómeno da sociedade de informação, no que concerne à verdade jornalística, é que esta vai sempre depender de estratégias de mercado e de tendências ideológicas de um determinado meio ou profissional. São estas tendências que, consciente ou inconscientemente, moldam a agenda do fenómeno jornalístico e a perspectiva transmitida para o leitor/ouvinte/telespectador. “*O pressuposto utilizado pelo jornal faz parte de uma acumulação arbitrária de padrões simbólicos culturais que permeiam e orientam o sistema de escolha dos acontecimentos, atribuindo-lhes qualidades ou determinando a sua natureza*”¹⁷³, logo, definindo a sua verdade.

Não queremos com isto afirmar peremptoriamente que a meta da verdade é inatingível, mas dependerá certamente de um esforço acrescido por parte do receptor da notícia para compará-la dentro de vários contextos distintos, remetidos para várias perspectivas de meios de comunicação diferentes, tentando, de seguida, fazer tábua rasa dos seus próprios padrões culturais e éticos, para assim extrair a “verdade” do acontecimento. O jornalista, por sua vez, terá igualmente de tentar esquecer muitas vezes o sujeito por detrás do profissional, e abordar o acontecimento sob o maior número de ângulos possíveis.

Um factor que influencia cada vez mais a profissão do jornalista é o cariz económico de uma indústria que não deveria à partida assentar em outros valores que não aqueles que definimos para a escolha e elaboração de notícias. Seaton sublinha que “*uma influência importante na forma como os media lidam com os eventos é a sua*

¹⁷² Francisca Ester de Sá Marques, *op cit*

¹⁷³ *Ibidem*

situação económica e comercial”¹⁷⁴. O repórter “*tem (então) um emprego que consiste em vender informação num mercado cada vez mais competitivo*”¹⁷⁵, tendo por isso de garantir que haja consumo daquilo que escreve, para manter até o seu próprio meio de subsistência. Isto significa que tem de aproximar o seu produto aos consumidores, isto é, ao público que o lê, vê ou ouve, mesmo que tenha de o “ajustar”.

¹⁷⁴ “The New Ethnic Wars and The Media”, Jean Seaton *in* Tim Allen e Jean Seaton (eds), *The Media of Conflict: War Reporting and Representations of Ethnic Violence*, Zed Books, Londres, 1999, p.45

¹⁷⁵ Alain Woodrow, *Informação, Manipulação*, Publicações D. Quixote, Lisboa, 1996, p.177

II. A Objectividade

“O conceito de objectividade alude à forma como as notícias são criadas e reportadas na selecção de factos, a sua formatação, enquadramento e formação na agenda pública com ou sem relação com valores”¹⁷⁶. Sabendo desde já que a “verdade” pode ser múltipla, cabendo ao jornalista escolher a que considera correcta para a sua reportagem, o passo seguinte será então reconhecer que a objectividade é uma meta a atingir e que “enquanto a maior parte dos cidadãos toma como garantida a objectividade, a reportagem objectiva não tem sido a norma histórica”¹⁷⁷.

Até ao aparecimento da Grande Imprensa (dos grandes empreendimentos noticiosos que requeriam capital, muitas vezes externo, para abrir um jornal), a imprensa estava mais voltada para a “expressão de opiniões, debate de ideias constitutivo do espaço público”¹⁷⁸. Logo, não eram necessárias grandes questões de objectividade de modo a conquistar o maior número de audiência. Com a mercantilização dos media, e “entrando nos hábitos jornalísticos pela pequena porta das ambições comerciais e das limitações técnicas, a objectividade como prática jornalística erigiu-se assim, pouco a pouco, em critério de moral profissional”, supostamente marcando a informação correcta e verdadeira.

Antes de mais, é importante frisar, como Woodrow, que “toda e qualquer informação é forçosamente subjectiva. É apresentada por um jornalista, isto é, por um humano, com a sua sensibilidade, o seu carácter, a sua história, as suas opiniões, os seus talentos e os seus limites. Resulta de uma escolha, de uma apresentação, com um número limitado de palavras (e/ou de imagens)”¹⁷⁹. As notícias são então fruto de um processo criativo, na medida em que o jornalista vê o evento, filtra-o com base no seu contexto, valores e identidade, transmitindo-o em seguida a uma audiência. Almagor sublinha igualmente que “os jornalistas não podem deixar de ser subjectivos. Têm as

¹⁷⁶ Raphael Cohen-Almagor, Speech Media and Ethics: The Limits of Free Expression, Palgrave, Nova Iorque, 2001, p. 77

¹⁷⁷ Jennifer Akin, *op cit*

¹⁷⁸ Daniel Cornu, *op cit*, p. 182

¹⁷⁹ Alain Woodrow, *op cit*, p. 217

*suas próprias opiniões, sentimentos, e atitudes relativamente a determinado assunto*¹⁸⁰, e, por mais que a objectividade seja um dos princípios ou metas deontológicas presentes na maioria dos códigos da profissão, há em todas as reportagens, mesmo de uma forma indirecta, muito do que o jornalista pensa ou é. Este filtro pode ser muito subtil, quase inconscientemente, através da linguagem que empregam quando narram determinado assunto, dado que “*não estão conscientes da tomada de posições num debate ao usarem outros termos*”¹⁸¹, ou de uma forma bem clara, caindo na propaganda ou, em casos extremos, no discurso do ódio. Neste sentido, Traquina afirma que a objectividade não é então “*a negação de subjectividade, mas uma série de procedimentos que os membros da comunidade interpretativa utilizam para assegurar uma credibilidade como parte não interessada e se protegerem contra eventuais críticas ao seu trabalho*”¹⁸².

Para Spencer, “*a objectividade é ilusória por causa das afiliações ao poder político, constrangimentos organizacionais, a previsibilidade da construção das reportagens e o alcance limitado das notícias*”¹⁸³. Bennet reúne, então, os quatro factores que inibem desde logo a objectividade jornalística: o facto de um evento político ser inerentemente noticioso; o problema de encontrar um ponto de vista que seja neutro; a impossibilidade de reportar os factos em todos os seus contextos interpretativos e a pressão para o cumprimento de prazos, o que restringe o espaço para uma análise compreensiva¹⁸⁴.

Relativamente ao primeiro ponto, mais uma vez, o factor económico vem igualmente influenciar a questão da objectividade jornalística. A partir do momento em que os media se tornaram uma indústria, eles procuram acima de tudo o lucro através do consumo da audiência ou leitores. Transformam então os eventos políticos em algo que o público queira comprar, ora exacerbando erros, ora sobrevalorizando alguns em detrimento de outros, ora tornando-os espectáculos, tendo “*a televisão uma responsabilidade considerável no que concerne à redução da política a um*

¹⁸⁰ Raphael Cohen-Almagor, *op cit*

¹⁸¹ Raphael Cohen-Almagor, *op cit*

¹⁸² Nelson Traquina, *op cit*, p. 73

¹⁸³ Graham Spencer, *op cit*, p.13

¹⁸⁴ Bennet *apud* Graham Spencer, *op cit*, p.12

*entretenimento tipo jogo-espectáculo*¹⁸⁵. Criam-se então os pseudo-eventos, “*não-evento que é transformado num evento porque a indústria das notícias dá-lhe o significado que na realidade lhe falta*”¹⁸⁶, deixando a objectividade e a própria veracidade dos mesmos em questão. Segundo Bennet, a pressão agrava-se com o tempo encurtado das emissões jornalísticas tornando-se seu aliado num mercado competitivo, em que o jornalista mais rápido se pode tornar o melhor ou então determinar a sua queda. “*A pressão para reportar pode influenciar o jornalista a trocar os factos, glorificar eventos relativamente simples, aumentar dados*”...¹⁸⁷ O facto de não haver muito tempo para confirmar as notícias e verificar as fontes, cruzando-as com outras informações, requer do jornalista uma intervenção maior no texto que redige. Woodrow aconselha que “*o jornalista competente (...) deve conquistar o tempo e o rumo necessários, distanciar-se do facto para tentar compreender o seu significado. Verificá-lo-á, recortando-o com outros factos*”¹⁸⁸. No entanto, esta é uma vontade que não se ajusta muito à maioria dos órgãos de comunicação, ficando normalmente para a imprensa escrita semanal e mensal, para os espaços de grandes reportagens pensadas e concebidas com outros objectivos.

Em caso de conflito, há a “*tendência dos jornalistas de não verificarem os factos, dados os prazos limites constantes*”¹⁸⁹ para entrega de notícias e o preenchimento dos noticiários televisivos. O efeito CNN “*traz à tona questões de precisão*”¹⁹⁰. O “*aqui e agora é promovido na reportagem de notícias, (...) mas às custas do contexto, distanciamento e talvez precisão*”¹⁹¹, dando origem a falácias e mal-entendidos que, numa guerra, poderão ser autênticos barris de pólvora.

Há quem defenda, mesmo assim, um limite moral à objectividade, reconhecendo que os jornalistas, no que concerne ao terrorismo, deveriam “*tomar uma posição moral*

¹⁸⁵ Graham Spencer, *op cit*, p.9

¹⁸⁶ Graham Spencer, *op cit*, p.10

¹⁸⁷ Raphael Cohen-Almagor, *op cit*, p.77

¹⁸⁸ Alain Woodrow, *op cit*, p. 216

¹⁸⁹ Susan L. Carruthers, *op cit* p.242

¹⁹⁰ Jennifer Akin, *op cit*

¹⁹¹ Piers Robinson, Peter Goddard e Katy Parry, *op cit*

*e abandonar a objectividade no sentido de adesão a uma neutralidade moral*¹⁹². Mais uma vez, não há consenso na definição deste parâmetro, já que é censurável então para alguns, a neutralidade relativamente ao tratamento de vítimas e agressores, devendo o jornalista, como considera Almagor, ter um tipo de discurso diferente de acordo com a situação. Mesquita olha também para a objectividade no jornalismo como um “*espartilho e um limite à liberdade criativa*”¹⁹³ dos profissionais. É ainda para o autor um limite ao exercício de cidadania, causador de grande polémica enquanto “*conjunto de normas investigativas e estilísticas, em vez de ser encarada como problemática e conduta*”¹⁹⁴.

Os conflitos éticos em jornalismo, ao perder no discurso o sentido de verdade por “*inversão, excesso ou falha de pressuposição*”, são “*acentuados por um interlocutor relativamente anónimo, cujo grau de probabilidade de entendimento varia segundo o seu envolvimento com o discurso e com os valores reelaborados*”¹⁹⁵. Estes problemas poderão ser inconscientes. Alguns pelas razões já apontadas de influência contextual do próprio repórter mas, por vezes, o que acontece, em caso de manipulação de um determinado órgão de comunicação num conflito ou tensão entre grupos, o profissional usa (ou é obrigado a usar) este seu papel de interlocutor para fins violentos ou menos nobres. Quando, ao nível nacional, falha a ética jornalística, deveriam ser aplicados os princípios éticos internacionais, normas que, embora com as suas lacunas, tentam direccionar o profissional para o desempenho correcto da sua função, aproveitando o facto de que “*todos os códigos de ética se focam nas metas profissionais da missão jornalística*”¹⁹⁶. Mas até que ponto se poderá ingerir nos media sem violar aquele que é o grande pilar e vitória da sua existência – a liberdade de expressão?

¹⁹² Raphael Cohen-Almagor, *op cit*

¹⁹³ Mário Mesquita, *O Quarto Equívoco: O Poder dos Media na Sociedade Contemporânea*, MinervaCoimbra, Coimbra, 2004, p. 51

¹⁹⁴ *Idem*, p. 210

¹⁹⁵ Francisca Ester de Sá, *idem*

¹⁹⁶ Aidan White, *Journalism and Intolerance: Setting Standards for Media Action Against Racism*, disponível em http://www.unesco.org/webworld/points_of_views/310501_white.shtml, consultado a 19 de Maio de 2008

Liberdade de Expressão

“*Todo o Indivíduo tem o direito à liberdade de opinião e de expressão, o que implica o direito de não ser inquietado pelas suas opiniões e o de procurar, receber e difundir, sem consideração de fronteiras, informações e ideias por qualquer meio de expressão*”¹⁹⁷. A liberdade de expressão é um direito e até de certo modo um dever de cada um enquanto cidadão. Muitos dos seus defensores, acreditam que “*um indivíduo tem o direito de liberdade de expressão da mesma forma que tem o direito de outras liberdades básicas como a igualdade de oportunidades ou a dignidade humana*”¹⁹⁸. É, como Dworkin afirma, uma razão “constitutiva”, o respeito pela autonomia e responsabilidades individuais¹⁹⁹. Mas, até que ponto, poderemos — sob o estandarte dessa liberdade, incluída na bandeira da democracia que com tanto esforço o mundo ocidental tenta impor nos restantes países— descurar mensagens de ódio, xenófobas, incitadoras de comportamentos desumanos, quando os media caem nas mãos de grupos de poder sem escrúpulos e egoístas? A liberdade de expressão na imprensa é um tema que gera grandes debates, havendo uma clara oposição entre aqueles que a defendem acima de todos os valores, sendo por isso praticamente impensável a sua limitação, e aqueles que acreditam que há certos assuntos que devem ser vedados ao grande público. Woodrow sublinha que “*uma liberdade total implica uma responsabilidade total*”²⁰⁰, pelo que temos de ter consciência que uma liberdade total deveria acompanhar uma objectividade, neutralidade e imparcialidade totais, de modo a que o jornalista possa cumprir de uma forma responsável a sua missão.

¹⁹⁷ Assembleia-geral das Nações Unidas, *Declaração Universal dos Direitos do Homem – Artigo 19*, 1948 disponível em http://www.fd.uc.pt/hrc/enciclopedia/onu/textos_onu/dudh.pdf, acedido a 5 de Janeiro de 2008. Apesar de ser apenas uma declaração, não legal, este artigo veio a ganhar a sua obrigatoriedade através dos tratados internacionais posteriores como o Pacto Internacional dos Direitos Cíveis e Políticos, de 1966.

¹⁹⁸ Katharine Gelber, *Speaking Back: The Free Speech versus Hate Speech Debate*, John Benjamins B.V., Amesterdão, 2002

¹⁹⁹ Richard Dworkin *apud* Wojcieh Sadurski, *Freedom of Speech and its Limits*, Kluwer Academy Publishers, Dordrecht, 199,9 p.7

²⁰⁰ Alain Woodrow, *op cit*, p. 157

Antes de mais, temos de considerar a liberdade de expressão como um direito para o qual a imprensa contribuiu “*nos séculos XVII e XVIII para conquistar e consagrar*”²⁰¹. Porém, a forma de olhar para esta liberdade teve dois caminhos distintos consoante o papel do Estado na garantia desse direito:

O primeiro advém do princípio que cabe ao Estado garantir e controlar a liberdade. Este foi consagrado em 1789, na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, fruto da Revolução Francesa, que sublinha que “*A livre comunicação das ideias e das opiniões é um dos mais preciosos direitos do homem; todo cidadão pode, portanto, falar, escrever, imprimir livremente, respondendo, todavia, pelos abusos desta liberdade nos termos previstos na lei.*”²⁰². “A concepção francesa integra a noção de responsabilidade na própria noção de liberdade: a liberdade de imprensa é formulada ao mesmo tempo que a menção dos seus possíveis abusos”²⁰³. É assim uma liberdade com um sistema de fiscalização que cabe ao Estado fazer cumprir.

O outro foi consagrado, em 1791, na Primeira Emenda à Constituição dos Estados Unidos, que refere que o Congresso não restringirá “*a liberdade de palavra ou de imprensa*”²⁰⁴, ou seja, o Estado não teria qualquer papel interventivo para gerir esta liberdade. “A concepção americana implica um sentido moral das responsabilidades, que terá posteriormente os seus desenvolvimentos específicos com a noção de *responsabilidade social* da imprensa”²⁰⁵. Assim, esta considera que uma expressão livre se auto-regulará através da responsabilização social, e moral, de cada interveniente.

Estas duas correntes, ora opostas ora complementares, relacionam a liberdade com a moral. A corrente liberalista promove a liberdade total do indivíduo e tem como objectivo utópico uma sociedade moral e justa, onde todos são livres, e através disso,

²⁰¹ Daniel Cornu, *op cit*, p.35

²⁰² Artigo 11º da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 26 de Agosto de 1789, França, disponível no endereço electrónico <http://www.eselx.ipl.pt/ciencias-sociais/tratados/1789homem.htm>, consultado a 20 de Julho de 2009

²⁰³ Daniel Cornu, *op cit*, p.156

²⁰⁴ Primeira Emenda da Constituição dos Estados Unidos, disponível no endereço electrónico <http://www.law.cornell.edu/constitution/constitution.billofrights.html#amendmenti>, consultado a 20 de Julho de 2009

²⁰⁵ Daniel Cornu, *op cit*, p.156

melhores. Por sua vez, a corrente igualitarista pressupõe certos mecanismos legais de imposição de alguns limites à liberdade para que, nesse contexto, cada sujeito seja passível de viver a sua liberdade sem fazer perigar a liberdade do *Outro*. O Estado surge aqui com um papel importante nesta dicotomia liberdade/ética, impondo regras que visam não prejudicar o semelhante e garantir a liberdade a todos os indivíduos que aceitem agir dentro dos parâmetros legais. A diferença está nos conceitos kantianos de liberdade positiva – capacidade de cada um ser senhor de si próprio, que, partindo do pressuposto da natureza boa do homem informado, pode levar à anarquia – e liberdade negativa – ausência de coerção. Esta última é assim “*contrabalançada com a intervenção positiva, que requer do governo uma intervenção positiva para garantir os meios pelos quais a liberdade pode ser exercida*”²⁰⁶. Berlin assume estes conceitos e reflecte sobre o problema nas democracias ocidentais, onde a liberdade imposta esquece muitas vezes os particularismos de determinados grupos minoritários, limitando a sua liberdade em nome de uma maioria que não os representa. O Estado Social, interventivo e igualitarista pode, segundo Berlin, chegar ao ponto de “*ser incapaz de reconhecer a diversidade*”²⁰⁷, numa sociedade em que somos todos iguais perante a lei, mas não o somos socialmente, o que se reflecte na imprensa. Como se pode ver no caso do Iraque e durante a Administração Bush nos Estados Unidos da América — um país onde a liberdade de imprensa é aclamada como um dos estandartes da democracia — ao se privilegiarem as fontes situadas nas elites de poder, as empresas media acabaram por favorecer um presidente que favorecia a guerra.²⁰⁸

Voltando à História, com os baixos custos da impressão de uma folha, a informação florescia, quer em folhas de opiniões de um só jornalista ou jornais mais extensos, compostos por uma equipa. “*O Século XIX será por excelência o século da imprensa*”²⁰⁹, com o liberalismo ocidental, que afirmava que “*a liberdade e a segurança são portanto as condições que permitem a cada qual, sem ser incomodado ou obrigado,*

²⁰⁶ Katharine Gelber, *op cit*

²⁰⁷ Berlin apud João Pissarra Esteves, *op cit*

²⁰⁸ Susan L. Carruthers, *op cit* p.39

²⁰⁹ *Idem*, p.173

*fazer as suas opções de vida, exprimir as suas opiniões desde que estas não lesem os seus semelhantes, reserva esta que enquadra a liberdade de imprensa*²¹⁰.

Actualmente como refere Cornu, “*ao empreendedor da liberdade sucedeu o empregado da redacção*”, cuja livre expressão está condicionada, embora seja afirmado o contrário em códigos e declarações como a de 1954, Declaração dos Deveres do Jornalista, onde a Federação Internacional dos Jornalistas sublinha a liberdade afirmando que o “*jornalista só aceita, em matéria profissional, a jurisdição dos seus pares, excluindo qualquer intromissão governamental, ou outra*”²¹¹. Todavia, como temos visto até agora, com especial relevo para os contextos de guerra, esta recomendação, sem valor legal, não tem sido a norma, seja por razões políticas, económicas, ou sociais. Como sublinha uma vez mais Cornu, “*aplicada à imprensa, esta forma de liberalismo, dominada pelo aspecto económico, tende a reservar os benefícios da liberdade para aqueles que têm os meios de editar jornais, cujo custo de produção não parará de crescer, exigindo investimentos cada vez mais pesados*”²¹². No século XX, com o desenvolvimento da rádio e da televisão, esta tendência manteve-se, regressando à discussão o poder do Estado no controlo da informação, na medida em que “*a palavra e a imagem, o carácter imediato do directo fazem dela um instrumento incomparável, e perigoso*”²¹³. Além disso, o pluralismo que anteriormente se via nos pensadores, nem sempre ditos jornalistas, com as suas próprias folhas, é agora minado pelos grupos económicos, por vezes multinacionais, que determinam a linha noticiosa dos seus órgãos de comunicação.

Para Gellber, existem algumas questões que os defensores da liberdade de expressão não consideram. Uma delas é a concepção errada da informação como inofensivo, que não prejudica directamente, mas serve apenas para o desenvolvimento pessoal de cada indivíduo, sem a diferenciação entre discursos benéficos e maléficos²¹⁴. Além do mais, a informação nem sempre é “verdadeira” – com a diminuição do tempo

²¹⁰ *Idem*, p.174

²¹¹ Daniel Cornu, *op cit*, p.40

²¹² *Idem*, p.175

²¹³ *Idem*, p. 191

²¹⁴ Katharine Gelber, *op cit*

de publicação, como vimos anteriormente, esta questão torna-se ainda mais pertinente –, pelo que, como refere Sadurski, “*esperaríamos que o governo nos protegesse contra a publicação de mentiras*”. Quando uma informação incorrecta ou mesmo desonesta é publicada sobre um determinado indivíduo, muitas vezes sucedem-se processos de difamação ou contra-respostas, mas quando inseridas num determinado contexto social, já de si instável e propício a ódios, muitas declarações podem então servir de autênticos rastilhos para motins sociais, ou mesmo conflitos civis entre grupos opostos, mesmo sem se verificar a sua veracidade. Esta liberdade “*não deve implicar anarquia, o direito de exercer a liberdade de expressão não inclui o direito de prejudicar de uma forma injustificada os outros*”²¹⁵. Como relembra Dworkin, a liberdade de expressão privilegia o direito do falante de relatar os factos, não o direito do ouvinte de não ser prejudicado ou ofendido psicologicamente²¹⁶. Neste caso, não seria melhor o Estado intervir em nome da segurança e estabilidade da população também? Ou em nome da liberdade, o Estado deverá observar impassível o curso dos acontecimentos?

Não obstante, a liberdade de expressão constitui um pilar das democracias ocidentais, uma vez que, como sublinha Warburton, “*sem liberdade para criticar e desafiar aqueles que agem em nosso nome, as democracias podem degenerar em tiranias*”²¹⁷. Ela também permite aos cidadãos que ajam participativamente no debate político o que, à partida, estimulará a justiça e a boa governação, especialmente num governo democrático, do povo, que terá algumas garantias de ver a sua vontade satisfeita. Entre os argumentos favoráveis à liberdade de expressão está ainda o facto de esta produzir “*benefícios tangíveis de algum tipo, seja em termos do aumento da felicidade pessoal, o florescimento de uma sociedade ou económicos*”²¹⁸. Contudo, muitos são aqueles que se questionam até que ponto deveremos permitir a liberdade de expressão quando as ideias expressas atingem negativamente um determinado indivíduo ou grupo, injuriando-o ou denegrindo a sua imagem, podendo chegar a despoletar atitudes de uma violência extrema. A noção de Voltaire “*desprezo o que dizes, mas*

²¹⁵Raphael Cohen-Almagor, *op cit*, p. 88

²¹⁶Dworkin apud Katharine Gelber, *op cit*

²¹⁷Nigel Warburton, *Free Speech: A Very Short Introduction*, Oxford University Press, Nova Iorque, 2009, p.2

²¹⁸*Idem*, p.16

*defenderei até à morte o teu direito de dizê-lo*²¹⁹ omite o discurso de ódio e o incitamento ao genocídio, questionando-nos sobre se não seria melhor proibi-lo à partida.

A solução poderá, contudo, residir no meio-termo. Nem a liberdade de expressão deve deixar de ser considerada como um direito e até um dever de todos os cidadãos, com especial foco para os media, nem deve ser considerada como impune em qualquer situação, uma vez que há mentiras, estereótipos, manipulações que um indivíduo pode livremente afirmar, mas cujas repercussões no quotidiano poderão ser bastante cruéis. Associar liberdade e verdade dos factos é importante, proibindo tudo o que não seja comprovado, mesmo reconhecendo que o próprio conceito da “verdade” seja por vezes dúbio de tão múltiplo, como já vimos anteriormente.

John Stuart Mill, o grande defensor da liberdade, coloca o limite no ponto em que o discurso é um incentivo à violência, tendo sempre em conta o contexto no qual é proferido, essencial para determinar a intenção subjacente. É igualmente importante termos em atenção que, em tempo de guerra, nem tudo o que não teria importância num contexto de paz pode ser proferido, sob pena de pôr em perigo o grupo. Como vimos, em muitos casos, a censura, embora levada a extremos, pretendia evitar o pânico e dar a conhecer às forças inimigas informações importantes sobre os militares, o que poderia consistir numa ameaça para estes. Por isso, *“sem negar o direito que assiste a qualquer Estado de se proteger contra a propaganda em tempos de guerra e de verificar a exactidão da sua própria informação – transformada, também ela, em arma de guerra — é indispensável que haja uma vigilância redobrada sobre governos, que tendem querer limitar a liberdade de expressão, mesmo em tempos de paz”*.²²⁰ Contudo, privilegiar em determinadas ocasiões a segurança do Estado não significa como sublinha Warburton que *“o governo democrático se vá inevitavelmente metamorfosear num regime totalitário”*²²¹, pelo contrário, pode ser necessário à protecção do próprio povo que o elegeu. O perigo está nos interesses pessoais das elites no poder, e no abuso que fazem deste, não havendo como supervisionar ou garantir que os limites impostos

²¹⁹ Voltaire *apud* Nigel Warburton, *op cit*, p.1

²²⁰ Alain Woodrow, *op cit*, p. 162

²²¹ Nigel Warburton, *op cit*, p. 15

momentaneamente à liberdade de expressão não resvalem para a censura. O grande problema à limitação da liberdade de expressão e aos discursos que possam prejudicar outro grupo é o seu próprio alcance, para não se chegar aos exageros da censura. Como afirma Warburton, será “*enquadrar as exceções da liberdade de expressão de tal forma que a aplicação do princípio não permita a censura indesejável*”²²².

Traquina estabelece para a liberdade enquanto valor do jornalista dois pólos; liberdade positiva – como veículo de informação para dotar os cidadãos de instrumentos iguais para o exercício dos seus direitos e deveres – e negativa – como o “*guardião dos cidadãos*”²²³. Segundo o autor, apesar das considerações que já tecemos sobre os princípios da profissão, o facto de se ser jornalista “*também implica a crença numa constelação de valores, a começar pela liberdade*”.²²⁴ A credibilidade do jornalista advém assim da “*independência e autonomia dos profissionais em relação aos outros agentes sociais*”²²⁵, especialmente em situações de tensão ou oposição social. Actualmente, como já verificámos na questão dos valores, a questão económica e comercial dos media acaba por, de certa forma, condicionar a liberdade de expressão do jornalista. Este tem, assim como qualquer outro cidadão dos países ocidentais, o direito de se expressar livremente, mas deve fazê-lo no seio de uma profissão com os seus deveres e obrigações, nomeadamente no que concerne à verdade e à objectividade dos factos. Além da deontologia que o restringe, enquanto profissional, de divulgar toda a informação, mesmo que inventada, o jornalista tem ainda de rentabilizar o seu produto, dentro de uma lógica de mercado, pelo que terá de conhecer a sua audiência, e contar o que esta quer ouvir e, muitas vezes, da forma como sabe que esta quer ouvir, sob pena de perder o emprego, e o seu meio de subsistência. O jornalista consciencioso vê-se então a braços com estas questões que não se compadecem com a sua missão de reportar os eventos, assumindo o papel de um comerciante da informação que deve tornar o seu discurso apelativo.

²²² Nigel Warburton, *op cit*, p. 4

²²³ Nelson Traquina, *A Tribo Jornalística: Uma Comunidade Transnacional*, Notícias Editorial, Lisboa, 2004, p. 66

²²⁴ *Idem*, p. 67

²²⁵ *Idem*, p. 68

Em caso de guerra, conflito, os mass media são ainda “*compelidos pelo seu Estado a cumprir uma mobilização vital antes da guerra*”²²⁶, pelo que vêm uma vez mais a sua liberdade minada pela auto-censura. Especialmente nos países ocidentais, este tipo de limitação é acutilante dado que embora não haja censura e se alegue que “*a liberdade de expressão deva ser considerada como um valor intrínseco do indivíduo, independentemente de qualquer consequência do seu exercício*”²²⁷, a verdade é que, na prática, outro tipo de consequências, que poderão passar pela garantia do emprego para sustentar a família, levarão os jornalistas a moldarem a sua escrita, sob determinada perspectiva. É verdade que “*a democracia e os media livres vivem, respiram e agem sob princípios de liberdade e tolerância nos quais vão buscar a fonte da sua força e vitalidade, e pelos quais preservam a independência*”²²⁸, mas, a partir do momento em que os media se tornaram indústrias, mesmo em tempos de paz (e agravado por outras questões em tempo de guerra), nem sempre esta autonomia é total. Por isso, o autor afirma ainda que a discussão do jornalismo nos dias de hoje deverá sempre “*ter em conta os padrões políticos, económicos, a moral da nação e do Estado, os direitos básicos dos cidadãos e as concepções de bem que guiam a sociedade*”²²⁹, sendo apenas livres dentro destas considerações.

Posto isto, o limite à liberdade de expressão está na incitação ao discurso do ódio, ao *hate speech*, cujo uso é frequente em contexto de conflito e o qual, se bem manipulado, pode levar a consequências graves para determinada população. Neste contexto a intenção é sempre de prejudicar o alvo, o “*Outro*”, seja através de acções de preconceito e discriminação social ou até de incentivar a violações graves de direitos humanos. Nos Balcãs, no Ruanda, o discurso mediático do ódio levou ao genocídio de grupos inteiros, tendo por isso consequências muito graves sobre as quais nos debruçaremos em seguida.

²²⁶ Susan L. Carruthers, *op cit*, p.44

²²⁷ Katharine Gelber, *op cit*

²²⁸ Raphael Cohen-Almagor, *op cit*

²²⁹ *idem*

Hate Speech

*“Temos de ter consciência do perigo das palavras, e restringir certas formas de expressão quando designadas para acções nocivas e discriminatórias, porque as palavras, em larga extensão, são prescrições para acções”*²³⁰. Antes de iniciarmos este tópico devemos lembrar o poder da linguagem, dos símbolos, no significado directo ou indirecto, sabendo à partida que, *“no que respeita o discurso do ódio, a necessidade de equacionar o discurso com a conduta simbólica é óbvia”*.

Assim, e após verificarmos as noções de verdade, objectividade e liberdade que o jornalista deveria ter como instrumentos fundamentais para o exercício da sua função, debruçar-nos-emos agora sobre aquele que é talvez o limite à liberdade de expressão: o discurso do ódio. No decorrer deste trabalho, vimos como a identidade e a oposição a um grupo, identificado como diferente, pode levar a conflitos, muitos deles de difícil resolução. No entanto, estes conflitos não despoletam do nada. O seu incentivo é cuidadosamente planeado por elites ou grupos étnicos, através da linguagem e estratégias de comunicação, de modo a transpor diferenças para ódios intrincados no quotidiano da população, levando a confrontos entre amigos, vizinhos e, até, familiares. *“O discurso do ódio tipicamente degrada as pessoas com base na sua raça, religião, orientação sexual”*²³¹, etnia, e qualquer outra característica diferente que sirva de justificação à sua subhumanização. Assim, o discurso do ódio floresce numa sociedade onde as sementes de certa forma já estão plantadas, tendo muitas vezes consequências desastrosas. Os media, grandes disseminadores da informação, esquecem por vezes, quando em conflito a neutralidade essencial, resvalando na armadilha da linguagem, perpetuando assim o conflito.

Começaremos por abordar de uma forma geral o que é o discurso do ódio, num contexto em que, como afirma Woodrow, *“cada um navega à vista, tendo a sua consciência como bússola”*²³², tendo como princípios de raiz os do grupo no qual é socializado. *“O discurso de ódio é uma declaração que perpetua e mantém a*

²³⁰ Raphael Cohen-Almagor, *op cit*

²³¹ Nigel Warburton, *op cit*, p.55

²³² Alain Woodrow, *op cit*, p. 165

*discriminação*²³³, podendo acarretar consequências graves em termos psicológicos para determinado grupo ou até ameaçar e violar a integridade física daqueles considerados como alvos do discurso. Os efeitos deste tipo de discurso e acção podem ser sentidos de várias maneiras, como a limitação da liberdade pessoal, prejuízo psicológico, a internacionalização de mensagens de discriminação, o silenciamento do grupo-alvo, quando não atingem objectivos bem mais violentos.²³⁴

Mas como considerar uma declaração como animosa, ou incitadora de diferenças conflituosas? Referindo-se ao insulto racial, que se poderá estender aos meios do discurso do ódio, J. Peter Byrne afirma que este será “*uma expressão verbal ou simbólica por um membro de um grupo étnico que descreve outro grupo étnico ou um membro de outro grupo em termos convencionalmente depreciativo, que ofende os membros do grupo alvo, e que um observador razoável e imparcial (...) concluiria como intencional ou descuidadamente abusivo*”²³⁵. Trata-se então de uma ofensa com determinado objectivo, seja de discriminação social ou intenção de genocídio, mas sempre contra um grupo que considera diferente. Para o seu efeito ao atingir o grupo alvo, este “*tem de ouvir, ler ou estar consciente da mensagem para satisfazer as intenções do falante ou escritor*”²³⁶, e tem de entendê-la, estar contextualizado para tal.

Afigura-se então pertinente considerarmos o enquadramento no qual uma declaração de animosidade é produzida, reconhecendo o papel da linguagem – o que é dito e a forma como é dito – quando vamos analisar as intenções por detrás desses jogos de palavras, nem sempre directos, nem sempre conscientes também. Assim, convém lembrar que, como vimos atrás, “*na linguagem da convivência social operam categorias de uso corrente e codificado, estereótipos. Imagens mentais, esses estereótipos constituem modalidades de organização de experiências de vida social*”²³⁷. Esses rótulos que conferimos aos “*Outros*” e a “*Nós*” enquanto grupos sociais distintos

²³³ Katharine Gelber, *op cit*

²³⁴ *ibidem*

²³⁵ J. Peter Byrne *apud* Wojcieh Sadurski, *op cit*, p.181

²³⁶ Nigel Warburton, *op cit*,

²³⁷ Rui Pereira e Angel Rekalde, O Novo Jornalismo Fardado: El País e o Nacionalismo Basco, Campo das Letras, Porto, 2003, p.25

são desenvolvidos e assimilados no processo da nossa formação, estando muitas vezes inconscientemente enraizados no nosso discurso, perspectiva de vida e quotidiano. Em caso de conflito ou tensão, como já pudemos constatar, estas imagens tornam-se demoníacas, sendo a linguagem um “*instrumento de violência simbólica*”²³⁸, usada pelos líderes políticos e carismáticos para a mobilização de um grupo contra a facção oposta. Como Rekalde e Pereira afirmam sobre o caso basco, “*nada une tanto como estar contra alguém*”²³⁹. As emoções são assim tratadas de forma a conseguir-se atingir o ponto de ruptura, já que “*as respostas ocorrem em relação aos símbolos precisamente porque estes provocam uma reacção emocional que estimula a acção*”²⁴⁰. Os efeitos do discurso do ódio tem a ver com os ouvintes e a sua pertença a um determinado grupo, não acontecem por coincidência ou florescem numa sociedade onde não haja à partida propensão para tal. Sadurski sublinha que existem três tipos de efeitos nocivos das declarações ofensivas feitas por um determinado grupo social tendo outro como alvo. Em primeiro lugar, a declaração pode suscitar nas próprias vítimas reacções violentas, normalmente assentes na vertente emotiva, que pode levar à instabilidade social entre grupos. O discurso neo-nazi ou de partidos de extrema-direita motiva muitas vezes marchas e paradas de grupos de população negra, ou qualquer outro alvo, que nem sempre acabam pacificamente. Em segundo lugar, surge a violência cometida por outros incitados pelo difamador, que acende o rastilho mas que mantém as mãos limpas dos actos de violência. Por último, existem as declarações que, por si só, são violentas, sem precisar sequer de outros actos violentos para atingirem os seus fins²⁴¹.

Assim resumindo e segundo Almagor, quando uma ofensa física ou psicológica é infligida sobre o “*Outro*” são necessárias quatro considerações: o conteúdo do discurso; a forma como foi proferido; as intenções e motivos do emissor e as circunstâncias nas quais é emitido²⁴². Só deste modo se poderá observar se efectivamente há, de forma consciente, um incentivo pelos media à agressão.

²³⁸ Rui Pereira e Angel Rekalde, *op cit*, p.58

²³⁹ *idem*, p.58

²⁴⁰ Graham Spencer, *idem*, p.46

²⁴¹ Wojcieh Sadurski, *op cit*, p.195

²⁴² Raphael Cohen-Almagor, *op cit*, p.4

“Além da influência directa dos media, (este tipo de discurso) também depende da emergência de uma audiência com vontade de ser persuadida”²⁴³. Sadurski afirma que a difamação de um grupo é um sintoma, não uma fonte, de problemas mais profundos que dão origem a ódios e preconceitos entre grupos sociais²⁴⁴. Levanta assim a questão da audiência como factor importante para a disseminação destas sementes, que não germinam senão num solo já preparado para recebê-las, como afirma Carruthers no contexto da propaganda – “Estudantes de propaganda normalmente afirmam que esta manipula emoções mais rapidamente que a razão, e que o ódio é mais facilmente incentivado quando os propagandistas semeiam as suas sementes num solo já fertilizado com preconceitos”²⁴⁵. Ou como afirma Spencer, “o potencial para a má- interpretação é especialmente acentuado se as audiências estão cépticas ou infelizes com aquilo que lhes está a ser comunicado”²⁴⁶. O enquadramento aparece deste modo, mais uma vez, como o grande definidor do ódio, sobre o que Almagor acrescenta que se “pode conceder que as palavras que expressam uma opinião num contexto, possam tornar-se incendiárias quando direccionadas a uma audiência inflamável”²⁴⁷. Saber captar e entender as características de uma audiência e como a levar a esta *inflamação* é então tarefa dos incitadores, e dos próprios propagandistas, peças essenciais no esforço de guerra.

A propaganda é vista como a “tentativa deliberada de moldar as percepções, manipular cognições e dirigir o comportamento para atingir uma resposta que promova a intenção desejada do propagandista”²⁴⁸. Apesar dos seus contornos, na sua maioria mais dissimulados do que o discurso do ódio, a propaganda também contribui para opor grupos em guerra, aumentando, a médio prazo, ódios e diferenças já

²⁴³ Tim Allen e Jean Seaton (eds), *The Media of Conflict: War Reporting and Representations of Ethnic Violence*, Zed Books, Londres, 1999, p.46

²⁴⁴ Wojcieh Sadurski, *op cit*,

²⁴⁵ Susan L. Carruthers, *op cit*, p.33

²⁴⁶ Graham Spencer, *op cit*, p.50

²⁴⁷ Raphael Cohen-Almagor, *op cit*

²⁴⁸ Jowett e O'Donnell *apud* Stig A. Nohrstedt, Sophia Kaitatzi-Whitlock, Rune Ottosen e Kristina Riegert, “From Persian Gulf to Kosovo – War Journalism and Propaganda”, *in* *European Journal of Communication*, Vol 15 (3), Sage Publications, 2000, p. 384

existentes. *“Um comportamento típico de propaganda de guerra é que ela descreve o conflito de uma forma radicalmente polarizada – como uma luta entre bons e maus, preto e branco. Assim, um discurso dominado pela propaganda só permitirá duas posições: pró e contra. Isto é aplicado a ambas as partes no conflito, sendo a única diferença o facto dos pólos negativo e positivo serem trocados.”*²⁴⁹ Distingue-se então entre o “Nós” e o “Outro”, exacerbando uns como vítimas, que têm de se defender, e outros como o mal que tem de ser erradicado, sob pena de não se sobreviver. Nos conflitos étnicos dos anos 80/90 os media *“providenciavam a primeira definição dos grupos sociais que faziam parte do conflito. Os indivíduos do grupo eram retratados como culpados ou inocentes na promoção da guerra, ou até como vítimas, mas é como se todos tivessem as marcas da sua história e identidade”*²⁵⁰.

E neste contexto de propaganda contra o outro grupo ou de discurso do ódio que o uso dos media se torna-se fundamental para atingir a audiência, sendo um *“instrumento que pode ser manobrado ao serviço de projectos e interesses particulares”*²⁵¹. Em tempos de guerra, ou conflito latente, estas manobras de linguagem são consideradas estratégias militares, sendo essencial *“o processo de elaboração e caracterização de grupos de pessoas definidas como o inimigo, disseminando uma visão deles, (...) na mobilização da opinião necessária para mover as pessoas à guerra contra os outros.”*²⁵². Logo no início das hostilidades *“os media também têm um papel central na projecção de imagens do inimigo, um pré-requisito útil à guerra”*²⁵³, fundamental no esforço de guerra, angariando apoiantes e legitimando a guerra. Os media têm sido *“usados para animar ódios quer entre estados como dentro deles, castigando um ou mais grupos como estrangeiro ou “Outro” mesmo que partilhem (ou tenham partilhado) a mesma nacionalidade e a mesma (embora negada) etnia”*²⁵⁴. Os Balcãs e o Ruanda *“enfatazaram o papel dos media na criação de assassinos de outrora*

²⁴⁹ Stig A. Nohrstedt, Sophia Kaitatzi-Whitlock, Rune Ottosen e Kristina Riegert, “From Persian Gulf to Kosovo – War Journalism and Propaganda”, in *European Journal of Communication*, Vol 15 (3), p. 384

²⁵⁰ Tim Allen e Jean Seaton (eds), *op cit*, p.44

²⁵¹ Rui Pereira e Angel Rekalde, *op cit*, p.32

²⁵² Tim Allen e Jean Seaton (eds), *op cit*, p.46

²⁵³ Susan L. Carruthers, *op cit* p.24

²⁵⁴ *idem* p.44

vizinhos que conseguiram co-habitar pacificamente por longos períodos de tempo, se não perpetuamente.”²⁵⁵ Mesmo que o conflito não ganhe contornos tão violentos como vimos nestes dois casos, “*a cobertura mediática representa invariavelmente os conflitos e as crises em termos de perpetradores e vítimas, e esta representação pode criar expectativas e pedidos de vingança da mesma forma que pode exigir uma resposta humanitária construtiva.*”²⁵⁶ Muitas vezes, a intricação entre políticos e directores de jornais leva a que os primeiros se valham da confiança que o público tem nos segundos para disseminar como verdadeiras determinadas ideias, factos manipulados e noções filtradas da realidade. É neste caso que “*se a credibilidade do jornal lhe permite socializar os seus enunciados e convencer o leitor de que a informação que publica é correcta e objectiva, para a massa dos leitores ela acaba por instituir-se como um conjunto de dados correctos e objectivos*”²⁵⁷. O que é dito passa então a ser legitimado pela audiência que lê, ouve ou vê, ganhando esse relato o contorno de “verdade” única. Em alguns casos de genocídio, em que os incitamentos foram feitos nos órgãos de comunicação oficiais levaram a população a participar nos actos de violência como se fosse uma acção obrigatória. Especialmente “*numa situação de ignorância generalizada, a formação de opinião depende em grande medida dos media*”²⁵⁸, e é desta “ignorância” que se valem os propagandistas e os difamadores, colhendo nas camadas da população menos instruídas a grande massa dos seus apoiantes.

Internacionalmente, desde a década de 60 que este tipo de discurso é condenado no artigo 19º do Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos da Assembleia Geral das Nações Unidas, que afirma que “*1. Toda a propaganda em favor da guerra deve ser interdita pela lei. 2. Todo o apelo ao ódio nacional, racial e religioso que constitua uma incitação à discriminação, à hostilidade ou à violência deve ser interdito pela lei.*”²⁵⁹. O 4º artigo da Convenção Internacional sobre a Eliminação de

²⁵⁵ Susan L. Carruthers, *op cit*, p.49

²⁵⁶ Graham Spencer, *op cit*, p.33

²⁵⁷ Rui Pereira e Angel Rekalde, *op cit*, p.44

²⁵⁸ *Idem*, p.59

²⁵⁹ Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos Adoptado e aberto à assinatura, ratificação e adesão pela resolução 2200A (XXI) da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 16 de Dezembro de 1966. Entrada em vigor na ordem internacional: 23 de Março de 1976, em conformidade com o artigo

Todas as Formas de Discriminação Racial²⁶⁰ vai mais além, declarando que os Estados deveriam considerar ilegais essas declarações e organizações e grupos que incentivem ao ódio. Contudo, não existe um mecanismo punitivo para os perpetradores, que podem seguir com recomendações, ou responder como Habyarimana, que, quando questionado sobre as emissões da Rádio Ruanda, afirmou que era uma questão de liberdade de expressão e não poderia violar esse direito e impedir os jornalistas de exporem as suas opiniões.

Reconhecendo os efeitos maléficos destas declarações, o que se poderia fazer para colmatar esta lacuna, contrapondo o discurso do ódio à liberdade de expressão, sem cair nos erros da censura? *“Na antiga Jugoslávia, os media nacionais tiveram um papel no encorajamento da emergência de nacionalismos populistas, e na criação de pânico em massa que reforçaram definições de comunidade fechadas, e pouco foi feito para reverter esta tendência na cobertura internacional enquanto o conflito se espalhava”*²⁶¹.

Em termos individuais, as ofensas estão protegidas com leis de difamação que não trazem problemas quando *“aplicadas na protecção de alvos individuais”* e em

49.º, <http://www.gddc.pt/direitos-humanos/textos-internacionais-dh/tidhuniversais/cidh-dudh-direitos-civis.html>

²⁶⁰ “Os Estados Partes condenam a propaganda e as organizações que se inspiram em ideias ou teorias fundadas na superioridade de uma raça ou de um grupo de pessoas de uma certa cor ou de uma certa origem étnica ou que pretendem justificar ou encorajar qualquer forma de ódio ou de discriminação raciais, obrigam-se a adoptar imediatamente medidas positivas destinadas a eliminar os incitamentos a tal discriminação e, para este efeito, tendo devidamente em conta os princípios formulados na Declaração Universal dos Direitos do Homem e os direitos expressamente enunciados no Artigo 5.º da presente Convenção, obrigam-se, nomeadamente:

- a) A declarar delitos puníveis pela lei a difusão de ideias fundadas na superioridade ou no ódio racial, os incitamentos à discriminação racial, os actos de violência, ou a provocação a estes actos, dirigidos contra qualquer raça ou grupo de pessoas de outra cor ou de outra origem étnica, assim como a assistência prestada a actividades racistas, incluindo o seu financiamento;
- b) A declarar ilegais e a proibir as organizações' assim como as actividades de propaganda organizada e qualquer outro tipo de actividade de propaganda, que incitem à discriminação racial e que a encorajem e a declarar delito punível pela lei a participação nessas organizações ou nessas actividades;
- c) A não permitir às autoridades públicas nem às instituições públicas, nacionais ou locais, incitar à discriminação racial ou encorajá-la”

Art. 4 da Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, Adotada e aberta à assinatura e ratificação pela resolução 2106 (XX) da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 21 de Dezembro de 1965. <http://www.gddc.pt/direitos-humanos/textos-internacionais-dh/tidhuniversais/pd-eliminacao-discrimina-racial.html>”.

²⁶¹ Tim Allen e Jean Seaton (eds), *op cit*, p.39

termos colectivos, já é igualmente vigente em alguns códigos penais, como o do Reino Unido, Canadá, Austrália, Nova Zelândia, entre outros, a proibição da “*disseminação de ideias hostis a grupos sociais*”²⁶². Mas esta última não é consensual. Por isso, um dos principais assuntos que se colocam os académicos é a questão que Sadurski levanta; “*De facto, um dos frequentes argumentos no apoio da proibição da difamação do grupo é que seria inconsistente proibir a difamação individual e tolerar a difamação que vitimiza uma pessoa enquanto membro de um grupo*”²⁶³. Mas a via punitiva nem sempre é a mais aceite, especialmente porque se teme que resvale para a censura consoante os governos. Assim, Gellber opõe a uma via meramente punitiva, uma política de capacitação das vítimas, isto é, garantir a resposta dos alvos do discurso do ódio, através de uma plataforma de diálogos e debates. Para a autora, o lado punitivo, limitando as emissões das declarações de animosidade, não daria hipótese à vítima de mostrar o seu ponto de vista²⁶⁴, permitindo à audiência ter o máximo de informação para não ser facilmente manipulado. Contudo, se em tempos de paz até poderá ser viável esse acordo entre grupos, em tempos de guerra os ânimos estarão tão exaltados que é duvidoso que seja possível garantir que agressores e vítimas tenham o mesmo tempo de antena. Por outro lado, como afirma Sadurski, “*o controlo legal do discurso do ódio põe uma questão moral e dilema filosófico de uma gravidade particular para alguém comprometido com os princípios que governam a ordem legal liberal e democrática*”²⁶⁵, assente na liberdade individual. Vemos então aqui que há nesta questão um confronto de princípios, que opõe a liberdade de expressão à importância da dignidade e igualdade humanas, ou como refere ainda o autor, entre “*igualdade (emissor) vs igualdade substantiva (vítima), deferência a opiniões da maioria vs respeito pelos interesses da maioria, etc.*”²⁶⁶. Para Mill, defensor da liberdade de expressão com já vimos, a

²⁶² Wojciech Sadurski, *Freedom of Speech and Its Limits*, Kluwer Academic Publishers, Dordrecht, 1999 p. 179

²⁶³ *Ibidem*

²⁶⁴ Katharine Gelber, *op cit*

²⁶⁵ Wojciech Sadurski, *op cit*, p.183

²⁶⁶ *idem*, p. 186

proibição deve ser sobre o incitamento à violência, não ao discurso, não as opiniões, mas a “*intenção de levar as pessoas a realizarem acções nocivas, prejudiciais*”²⁶⁷.

Há quatro pontos, segundo Sadurski²⁶⁸, em que certas declarações de ódio continuam a ser permitidas legalmente; Em primeiro lugar, mesmo que um grupo se sinta ofendido, é normalmente aceite que, se for algo factualmente verdadeiro, deve ser permitido (mesmo que, como tenhamos visto, a verdade nem sempre é um conceito único, havendo várias “verdades” para determinado assunto). Em segundo lugar, se o contexto no qual for proferido sugerir que não teve intenções negativas ou capazes de suscitar efeitos nocivos (o que mais uma vez revela a importância do enquadramento nesta questão). Em terceiro lugar, se as objecções a determinado discurso forem consideradas de alguém com uma sensibilidade excessiva e pouco comum e, por último, se forem emitidos num contexto privado. Aprovado nestes quatro parâmetros, e essencialmente não tendo intenção, o discurso passa a ser aceite. Mas, mesmo sem intenção, a verdade é que por vezes o jornalista pode usar determinados termos que perpetuam estereótipos e diferenças, mantendo de certa forma as raízes do conflito.

Assim, pese embora a importância deste tipo de discurso mais efervescente, a verdade é que, de facto, muitas vezes, os media, através do seu discurso, acabam por servir a uma ou outra facção num conflito de uma forma subtil, pela escolha das notícias, pelos termos usados, e nem sempre é óbvio como no caso de um ódio extremo. Nos casos dos conflitos enraizados, excepto nas alturas extremas de violência, estas tendências imparciais são muitas vezes inconscientes, fruto de uma sociabilização numa das partes e de uma linha editorial à qual o jornalista-empregado tem de obedecer. De seguida, analisaremos então o caso da Irlanda do Norte, para o que escolhemos dois jornais, Irish News e Belfast Telegraph, decidindo, no final, se efectivamente a escrita espelha e espalha a tendência, ou, pelo contrário, consegue ser imparcial.

²⁶⁷ Raphael Cohen-Almagor, *op cit*, p.5

²⁶⁸ Wojciech Sadurski, *op cit*, p.190

CAPÍTULO III

Análise do discurso mediático

De seguida, observaremos como o conflito se reflecte nas notícias de jornais publicados em regiões em que ele é um facto dominante. Teremos em conta as limitações do próprio exercício da profissão no que concerne à divulgação da verdade de uma forma imparcial e objectiva, especialmente num contexto em que o conflito está enraizado no quotidiano no jornalista.

Com o quadro teórico apresentado anteriormente, partiremos para o exercício empírico que consistirá na análise de notícias de dois jornais com venda no Norte da Irlanda, o *Belfast Telegraph* e o *Irish Times*, publicadas nos anos de 1996 e 2009. Dado que a análise recairá no discurso, começaremos por uma breve apresentação das teorias de Teun Van Dijk e Norman Fairclough, autores pertencentes a corrente da Linguística Crítica. Estes autores debruçam-se, de forma crítica, sobre os discursos produzidos, e ambos conferem especial relevância ao contexto no qual estão envolvidos emissor e receptor, sendo neste caso o contexto de conflito.

Teun Van Dijk, que desenvolveu um modelo sócio-cognitivo de análise, remete para a pertinência da concepção da identidade colectiva, já abordada anteriormente na emissão e recepção da notícia. Fairclough, por seu lado, faz uma abordagem mais completa, da análise crítica do discurso, reconhecendo a micro e macro estrutura existentes num texto, neste caso, noticioso. Ambos demonstram como poderá ser feita a análise de textos em situação de conflito, dado que o contexto social dos jornalistas se encontra, na sua maior parte das vezes, à superfície de palavras e significados. A definição do discurso como “*um tipo de linguagem associado com uma representação particular, de um ponto de vista específico, sobre uma prática social*”²⁶⁹ é importante

²⁶⁹ Norman Fairclough, *Media Discourse*, Edward Arnold, Londres, 1995, p. 41

para percebermos como os fenómenos sociais e cognitivos são determinantes para a análise que faremos em seguida.

Vamos assim, apresentar, em primeiro lugar, uma breve exposição da análise do discurso, enumerando algumas características que consideramos importantes para o estudo que nos propomos. A análise de discurso tem raízes na linguística, na semiologia e na semiótica, disciplinas que estudam a linguagem em “acção”. São muitos os autores que trabalham com a ideia de “discurso” e de “análise de discurso”. Na análise que faremos, restringir-nos-emos à perspectiva da Análise crítica do Discurso, nomeadamente a dois autores, Van Dijk e Fairclough. Utilizaremos os princípios de Van Dijk²⁷⁰ no sentido de criar um elo de transição para o modelo de análise discurso onde se privilegiam as características socioculturais. Este último autor analisa os textos a partir da estrutura das notícias, tendo em consideração o percurso da produção à recepção e a cadeia de representações que estão presentes da recolha da informação à recepção. Fairclough (1995), por seu lado, pretende mostrar como a “*linguagem e as práticas discursivas nos media constituem mudança social e cultural*”²⁷¹, introduzindo num contexto social alargado a análise de textos.

Antes de mais, como referimos, “*a análise de discurso é um campo de estudo novo e interdisciplinar que emergiu de várias disciplinas das humanidades e ciências sociais, como a linguística, os estudos literários, a antropologia, semiótica, sociologia, psicologia e a comunicação.*”²⁷² Começou por estar mais ligada à análise de texto e discurso em si, descurando os fenómenos sociais e culturais que envolvem todo o processo de comunicação. Para os autores que aqui focamos, “*discurso não é só texto, é uma forma de interacção*”²⁷³, próxima das ciências sociais, no sentido em que preconiza o conhecimento dos fenómenos contextuais em que se insere. O “acto discursivo” é, portanto, para V. Dijk um “acto social” no qual “*social e cognitivamente, (...) deve ser pressuposto um nível considerável de conhecimentos, crenças, normas e valores*

²⁷⁰ Teun van Dijk – professor universitário, nascido em 1943, é um dos académicos mais reconhecidos na área da análise crítica de discurso e linguística, sendo autor de vários livros entre os quais o *News as Discourse*, usado neste trabalho.

²⁷¹ Norman Fairclough, *op cit*, p. 29

²⁷² Teun Van Dijk, *News as Discourse*, Lawrence Erlbaum Associates Inc, New Jersey, 1988 p.17

²⁷³ Teun Van Dijk, *op cit*, p. 29

partilhados por todos”²⁷⁴, evidenciando a relevância do reconhecimento do contexto como própria característica do texto. Neste acto social específico, em contexto mediático, “o repórter é projectado como figura de autoridade, alguém que sabe (tem “os factos”) e alguém que tem o direito de contar”²⁷⁵, enquanto a “*a audiência é projectada como receptiva, à espera que lhe digam, à espera de saber*”²⁷⁶. Os eventos comunicativos são para Fairclough “uma espécie de monólogo”, que confere poder às instituições e aos repórteres, reconhecido pelos políticos ou elites de poder, já que “as audiências não podem contribuir directamente para a comunicação”²⁷⁷.

O conhecimento da situação tem de estar presente nas frases que a compõem, não só na codificação das palavras, dos signos, como na interpretação do que está escrito (significado do que é dito e como é dito) e na coerência da estrutura. Sem haver uma coesão de frases e palavras, qualquer texto perde significado. Como referem os autores mencionados, para uma análise mais profunda e correcta, é necessário prestar atenção a factores colectivos como à identidade de repórteres, aos interesses de instituições, ao momento mediático e à receptividade da audiência. Fairclough sublinha que a análise do discurso se preocupa com as práticas, assim como com os textos, tendo em conta “*a forma como os textos são produzidos pelos trabalhadores dos media e as instituições mediáticas*”, bem como com “*a forma como os textos são recebidos pelas audiências*” e “*como os textos mediáticos são socialmente distribuídos*”.²⁷⁸ A análise crítica do discurso pretende também realçar as relações subjacentes numa notícia que não estão manifestas, nomeadamente como interagem os media e o poder. Para Fairclough estes elementos estão presentes não só no uso da linguagem escrita ou falada, mas também nas “*imagens visuais*” ou na “*comunicação não verbal*”²⁷⁹. Para este autor os mecanismos de comunicação integram o texto, a prática discursiva

²⁷⁴ Teun Van Dijk, *op cit*, p.74

²⁷⁵ Norman Fairclough, *op cit*, p. 4

²⁷⁶ *Ibidem*

²⁷⁷ *Idem*, p.40

²⁷⁸ *Idem*, p. 16

²⁷⁹ *Idem*, p.54

(processos de produção e consumo do texto) e a prática sociocultural (contexto social e cultural)²⁸⁰.

A linguagem — que entre muitas das suas funções concorre para a construção da identidade social e da estereotipação do “*Outro*” vs “*Eu*”, como observámos no segundo capítulo — de um texto é uma ferramenta essencial para o estudo do contexto de produção e recepção de uma determinada informação. Para Fairclough, a linguagem tem a função social de “*gerar representações do mundo*” e a função interpessoal de “*constituição de relações, e de identidades*”²⁸¹ o que, em tempo de conflito social, pode contribuir para a luta entre facções, como aconteceu na Irlanda do Norte.

Os media, sobretudo a televisão, vieram revolucionar a forma como os textos e a informação são divulgados numa determinada sociedade. Além disso, actuam na fronteira entre o privado e o público, sendo muitas vezes acusados quando essa fronteira não está bem definida ou é ultrapassada por um jornalista menos atento ou consciencioso das suas funções. Com os media, “*as pessoas são construídas como espectadores de eventos e não como cidadãos participantes*”²⁸², o que exacerba o papel de monólogo do evento comunicativo. Como nos debruçaremos principalmente no texto jornalístico, podemos desde já referir que, no seu discurso existem três categorias de actores fundamentais: os repórteres (e a instituição, composta por diversos agentes, onde estes trabalham), a audiência (público e leitores em geral) e os outros agentes que colaboram na formação da notícia (políticos, sindicalistas, cientistas, pessoas comuns, etc)²⁸³. Nem todas as pessoas têm direito e o mesmo acesso à produção de informação, nem o mesmo direito de resposta ou opinião, dado que um jornalista escolhe as fontes segundo critérios de proeminência ou pertinência em função do seu ponto de vista. O jornalista cria então uma verdade segundo o ponto de vista de quem usa como fontes, bem como segundo a sua “visão do mundo” ou tendência.

Segundo Van Dijk, enquanto as dimensões contextuais visam relacionar as descrições estruturais e o contexto, como os processos cognitivos e as representações ou

²⁸⁰ Norman Fairclough, *op cit*, p.57

²⁸¹ *Idem*, p.17

²⁸² *Idem*, p.13

²⁸³ *Idem*, p.39

factores sócio-culturais, as dimensões textuais relacionam-se com os vários níveis de descrição da estrutura do discurso.²⁸⁴ A produção das notícias – que envolve selecção da informação, reprodução, sumarização, transformação local, formulações estilísticas e retóricas – permite a introdução de características contextuais. O estilo é “*a forma mais eficaz de injectar opiniões pessoais ou institucionais no texto*”²⁸⁵, normalmente de uma forma subtil. Algumas das características de um texto, tais como estilo, género, linguagem utilizada e metáforas marcam o discurso do jornalista. O “*estilo é o resultado das escolhas feitas pelo falante entre variações opcionais nas formas de discurso que podem ser usadas para expressar o mesmo significado*”²⁸⁶, mediante o contexto comunicativo e social. Enquanto emissor, o jornalista desenvolve um estilo formal ou informal.. O “*género (do discurso) é (igualmente) uma forma de usar a linguagem*”²⁸⁷, podendo coincidir ou não com o estilo usado. Num texto mediático, a relevância é o ponto fundamental de toda a estrutura da notícia, definindo a organização da informação. É igualmente importante a atenção dada às ausências do texto, não só às presenças. “*Todos os textos são uma combinação entre o significado explícito – o que é de facto escrito – e o significado implícito – o que é deixado por dizer, mas tomado como garantido ou pressuposto*”²⁸⁸. Além do que é escolhido para ser entendido implícita ou explicitamente, o uso de metáforas pode igualmente ser um “*factor chave na diferenciação de representações*”²⁸⁹, revelando muitas vezes, sem ser de uma forma óbvia, a aproximação a um ou outro contexto social, já que a metáfora terá sempre de pressupor um entendimento situacional por parte do receptor.

Desde a recolha da informação, o texto passa por várias mãos, vários contextos pessoais, várias pessoas, como o editor ou o copy-desk, que vão alterando o texto segundo a sua vontade ou em função de outros critérios de produção que não a

²⁸⁴ Teun Van Dijk, *op cit*, p.25

²⁸⁵ *Idem*, p.118

²⁸⁶ *Idem*, p. 27

²⁸⁷ Norman Fairclough, *op cit*, p.76

²⁸⁸ *Idem*, p.106

²⁸⁹ *Idem*, p.114

divulgação daquela informação específica. Este carácter *layered*²⁹⁰ transforma a “objectividade” do evento comunicativo, que por si só já abrangia um ponto de vista, onde estavam impregnados os factores contextuais e as orientações editoriais da empresa e dos profissionais dos media. Estas transformações pressupõem sempre escolhas, desde as fontes²⁹¹, que são já seleccionadas entre um conjunto potencial e determinam sempre a orientação política ou “ideológica” do órgão de comunicação social que as selecciona. Assim, o contexto ganha uma atenção especial uma vez que, além de dar significado ao texto, como sublinha Van Dijk a recepção e compreensão das notícias envolve duas fases distintas. A primeira fase corresponde à percepção e atenção que se dá à leitura, envolvendo a descodificação e interpretação textual, características próprias do momento em que se lê determinado texto. Esta fase não diz apenas respeito à forma como as pessoas reconhecem as palavras e as associam de forma correcta, mas também ao reconhecimento do seu significado, o que é um segundo nível de entendimento, ou análise, de um texto. Deste modo, têm um peso fundamental na forma como o leitor recebe, percebe e reproduz o texto o grau de representação que ele tem da memória episódica, bem como a sua formação, usos e crenças sociais.

Como já observámos, “*a inteligibilidade e o entendimento efectivo de um texto pode depender da ideologia do falante ou escritor*”²⁹², e do seu contexto sociocultural. Ideologia é aqui vista como as “*proposições que normalmente se encontram como assunções implícitas nos textos, e que contribuem para produzir ou reproduzir relações desiguais de poder, relações de dominação*”²⁹³. Numa interacção comum, do quotidiano, nem sempre o nosso discurso reflecte, por palavras, tudo o que pretendemos dizer, assentando no entendimento do outro o que fica por referir. “*Os princípios cognitivos envolvidos (numa comunicação) têm uma natureza geral. Logo, são*

²⁹⁰ Diz-se de um texto *layered* quando é redigido por camadas, como acontece muitas vezes nos jornais, onde o artigo primeiro é alterado por editor, copy-desk e, dependendo do tema, pode ter a opinião do chefe de redacção.

²⁹¹ Fonte – as informações recolhidas para a redacção do artigo noticioso, sejam escritas, como documentos oficiais, ou orais, como o testemunho ou uma conferência de imprensa. Como afirma Cornu, as “fontes procuram fazer passar certas informações, a empresa mediática precisa imperativamente de recolher materiais brutos para deles fazer notícias”.

²⁹² Teun Van Dijk, *op cit*, p.64

²⁹³ Norman Fairclough, *op cit*, p.14

partilhados por todos os utilizadores da linguagem”²⁹⁴, o que torna o discurso, apesar de repleto de informações subliminares, inteligível pela memória colectiva, “*cognitivamente desenhada para servir as necessidades sociais*”²⁹⁵. O mesmo acontece com as notícias, nas quais muito do que não está explícito deverá ser inferido pelo leitor ou espectador, para uma compreensão total.

Mobilizando as noções de identidade colectiva que descrevemos no primeiro capítulo deste trabalho, conseguimos entender o peso do contexto na formulação de notícias, especialmente no que concerne os conflitos e tensões entre facções opostas. Estes elementos estão presentes não só na produção como na recepção das mesmas. “*O falante (emissor) representa as normas e valores, os interesses e as relações de poder, ou ideologias do seu grupo*”²⁹⁶ e o jornalista como ser social não é excepção. De facto, os textos são entendidos de forma diferente por audiências distintas, podendo ser igualmente diferentes nos seus efeitos e consequências. Ao escrever o jornalista pressupõe esta diversidade de entendimento, sabendo bem para quem escreve e a forma como pode ser interpretado pelos diversos grupos. “*Actos de discriminação, por exemplo, necessitam de especificação em termos de preconceitos subjacentes*”²⁹⁷, e, muitas vezes, eles existem mesmo de uma forma subtil. Como refere Van Dijk, “*mesmo que um texto não argumente a favor de uma posição ou opinião, certamente que a pressupõe, por definição do seu envolvimento social e ideológico.*”²⁹⁸

O contexto económico, como foi referido no capítulo II, influencia igualmente o discurso usado, já que os media são organizações com fins lucrativos, cujas receitas assentam na “*venda das audiências aos publicitários*”²⁹⁹. Os grupos que detêm o capital dos media e os próprios directores “*também são uma influência modeladora, mesmo indirecta, no discurso mediático*”³⁰⁰, direccionando as tendências dos meios de

²⁹⁴ Teun Van Dijk, *op cit*, p.107

²⁹⁵ *Ibidem*

²⁹⁶ *Idem*, p.111

²⁹⁷ *Idem*, p.110

²⁹⁸ *Idem*, p.179

²⁹⁹ Norman Fairclough, *op cit*, p.42

³⁰⁰ *Idem*, p.43

comunicação. É por isso que os textos jornalísticos são vistos como transformativos, para além de reprodutivos, na medida em que as representações dos mesmos “contribuem para a reprodução de relações sociais de poder e exploração”³⁰¹, agindo de forma ideológica. Normalmente, “o resultado é uma visão do mundo predominantemente estabelecida”³⁰², já que o conceito de ideologia e os próprios interesses por detrás de cadeias económicas, políticas das elites no poder podem “implicar distorção, falsa consciência, manipulação da verdade no seguimento (desses) interesses particulares”³⁰³. Para Fairclough, “a ordem do discurso pode (...) ser utilmente examinada como um domínio de poder e hegemonia cultural”³⁰⁴.

A análise será sempre enviesada, já que, da mesma forma que o texto é moldado pela perspectiva e contexto que o redige, o analista está, igualmente, imbuído de um contexto e de perspectivas da realidade distintas, podendo ter o mesmo texto várias análises, todas correctas.

Assim, sendo a “reportagem objectiva” uma utopia as escolhas na produção e construção de um texto entram neste processo como uma ferramenta importantíssima no trabalho do jornalista. Desde a recolha da informação à escolha de fontes como algo que não necessita de ser objectivo, e na maior parte das vezes não o é, o jornalista tende a seleccionar as que lhe são mais próximas ou aquelas a que atribui maior legitimidade. Aliás é, na sua maioria, se não totalidade, uma vertente subjectiva da elaboração de notícias, na medida em que é o jornalista que decide a quem contactar, como abordar a fonte e, posteriormente, recolhida a informação, é ele quem constrói a notícia. Como afirma Van Dijk, um jornalista, ao observar determinado evento, só poderá ter um modelo parcial da situação, que é sempre afectado pelo ponto de visto do mesmo, dependendo da sua posição, isto é da opinião pessoal e das emoções face a um tema ou assunto.³⁰⁵ As notícias são escritas, de seguida, por ordem de relevância, não por ordem cronológica, deixando ao seu produtor todo um leque de opções que é condicionado

³⁰¹ Norman Fairclough, *op cit*, p.44

³⁰² *Idem*, p.49

³⁰³ *Idem*, p.47

³⁰⁴ *Idem*, p. 67

³⁰⁵ Teun Van Dijk, *op cit*, p.111

pelo contexto histórico, social e editorial. É ele quem decide o tema ou quais os actores da acção com maior ou menor relevância. No que concerne as próprias crenças e opiniões do jornalista, estas “*não são suprimidas facilmente, e podem aparecer indirectamente no texto por várias formas: selecção e elaboração dos tópicos, hierarquias de relevância, uso de categorias esquemáticas; e, finalmente, no estilo, como as palavras escolhidas para descrever os factos.*”³⁰⁶

A falta de tempo no contexto mediático de produção, com ritmos cada vez mais apressados e onde a notícia tem quase de ser reportada em tempo real, exige do jornalista pronta resposta e imediata conceptualização. Para Traquina, o “*valor do imediatismo reina incontestável*”³⁰⁷ no panorama noticioso internacional, onde “ser obcecado pelo tempo é ser jornalista”³⁰⁸. Num sistema económico concorrencial, as empresas que gerem os órgãos de comunicação não se abstém de exigir aos próprios jornalistas informações rápidas, originais e em primeira-mão. Só assim conseguem um lugar de destaque nas bancas de jornais e nas vendas. Por isso, “*a organização jornalística funciona dentro de um ciclo temporal. O ciclo do dia noticioso impõe limites na natureza das notícias*”³⁰⁹, e os jornalistas – “*membros de uma cultura cronometrada*”³¹⁰ – têm de adicionar aos valores-notícia, como proximidade ou relevância, as questões de timing impostos pelas redacções e empresas. Assim, buscam normalmente fontes que já conhecem como legítimas, deixando para o tempo extra, que muitas vezes não têm, a verificação das mesmas.

“*A noticiabilidade dos eventos sociais ou políticos é parcialmente determinada pela seriedade das suas conseqüências.*”³¹¹ Nos eventos do quotidiano que, na sua maioria, não despoletam reacções das multidões, todas estas questões podem passar despercebidas pela inexistência quase total de conseqüências. Como pudemos inferir dos capítulos anteriores, quando em contexto de conflito ou em situações políticas

³⁰⁶ Teun Van Dijk, *op cit*, p.75

³⁰⁷ Nelson Traquina, *op cit*, p. 77

³⁰⁸ *Idem*, p.78

³⁰⁹ *Idem*, p.78

³¹⁰ Schesinger apud Nelson Traquina, *op cit* 79

³¹¹ Teun Van Dijk, *op cit*, p.54

menos estáveis, o jornalista tem na sua mão uma arma poderosa, já que o que escreve poderá exacerbar estereótipos, aumentar as distâncias ou criar mal-entendidos entre facções opostas. Os jornalistas poderão usar as características de persuasão e de legitimação através de instrumentos de objectividade – a apresentação das possibilidades conflituosas, a apresentação de provas auxiliares, o uso judicioso de aspas ou a estruturação de informação numa sequência apropriada³¹². Assim, em prol da ideologia, as notícias podem “*implicitamente promover as crenças dominantes e as opiniões de grupos de elite na sociedade.*”³¹³ “*Geralmente, são aqueles que já tem outras formas de poder económico, político e cultural que têm acesso privilegiado aos media*”³¹⁴, constituindo primordialmente as suas fontes.

Cornu (1999), ao analisar a relação do repórter com as suas fontes, sublinha que “*as relações pessoais do jornalista com as suas fontes são, em larga medida, dependente das relações do sistema com o seu meio ambiente*”³¹⁵. Assim, esta “*negociação implícita*”, a obtenção da informação por parte do jornalista, é sempre, para A. Woodrow, “*uma relação de forças entre um dominante (o informador) e um dominado (o que procura)*”³¹⁶. A fonte é então a origem do acto noticioso e a sua selecção envolve maioritariamente questões de tempo e contexto social, ficando o texto jornalístico limitado a uma ou duas vozes, sem testemunhos contraditórios. Muitas vezes as fontes que estão na origem “*de uma informação é na maior parte das vezes movida por vantagens que julga tirar da sua difusão, material, estratégica ou em termos de imagem*”, denominador comum a instituições políticas ou grupos de poder e interesse. Aí, é essencial que esse processo de filtragem do que foi dito ou enviado para o jornalista seja ainda mais atento.

Na tentativa de encontrar discursos alternativos, alguns jornais convocam fontes de natureza diferente, nomeadamente as que representam a sociedade civil. Contudo, para Fairclough, estas apenas contribuem com opiniões e experiências, não tendo

³¹² Tuchman *apud* NelsonTraquina, *op cit*, p. 74

³¹³ Teun Van Dijk, *op cit*, p.83

³¹⁴ Norman Fairclough, *op cit*, p.40

³¹⁵ Daniel Cornu *op cit*, p.71

³¹⁶ Alain Woodrow *apud* Daniel Cornu, *op cit*, p. 271

portanto o mesmo carácter de autoridade, ou de legitimação, que as informações prestadas pelas figuras de poder. A maioria das notícias acaba por ser, deste modo, a mediação dos discursos das elites, e “constituem versões da realidade que dependem de posições e interesses sociais e objectivos daqueles que as produzem”³¹⁷.

O uso de linguagem, ou seja, qualquer texto, é simultaneamente constitutivo de identidades sociais, relações sociais e sistemas de conhecimento e crenças³¹⁸, sendo “os eventos comunicativos e práticas sociais (...) contextualizados de forma diferente consoante os objectivos, valores e prioridades da comunicação”³¹⁹. Numa notícia, os jornalistas, normalmente, fortalecem o significado do que escrevem de tal forma “que este não é meramente entendido, como também aceite como a “verdade” ou, pelo menos, uma possível “verdade”³²⁰. Neste trabalho, focaremos o discurso mediático em contexto de conflito enraizado, mais especificamente a Irlanda do Norte, reconhecendo que, para tal, é fundamental contextualizarmos numa nota breve a tensão que subjaz à produção de notícias nos jornais *Belfast Telegraph* e *Irish News*, como veremos de seguida.

³¹⁷ Norman Fairclough, *op cit*, p.94

³¹⁸ *Idem*, p.55

³¹⁹ *idem*, p. 41

³²⁰ Teun Van Dijk, *op cit*, p.83

Conflito enraizado da Irlanda do Norte – Contexto

Como conflito enraizado, a Irlanda do Norte está dentro dos mais antigos, dado que, mesmo antes da criação da República da Irlanda, protestantes e católicos sempre estiveram divididos. Como tal, iremos agora abordar, de uma forma muito breve, através de um pequeno resumo do conflito que será o contexto social da análise das notícias sobre as quais nos debruçaremos na fase final deste trabalho. Para esse fim, utilizámos os livros de Marc Mulholland (2002), de Wesley Hutchinson (2001), Valérie Peyronel (2001) e Graham Spencer (2008), base de toda esta apresentação histórica.

A divergência entre as facções católicas e protestantes da Irlanda do Norte não é algo recente, pelo contrário, é uma questão secular, que reflecte as diferenças geográficas da Irlanda: os Protestantes localizados nas terras baixas e férteis e os católicos ocupando as terras altas e pobres. Sujeita a leis com as quais não concordava, a Irlanda católica insurge-se contra a lei Puritana e os colonos. Contudo, os relatos exagerados das atrocidades cometidas contra estes últimos leva Cromwell a vingar-se no final dos anos 40 do XVII século e, em 1689, o Ulster³²¹ continuava a ser um campo de batalha. Em 1703, um “Act to prevent the further growth of Popery”, pretendia destituir o poder dos católicos na região, através de “*legislação penal que inibia as actividades da igreja católica e retirava aos católicos abastados muitos direitos políticos e sociais*”³²². Com a revolução francesa, surgiram novas alianças, e, passados cinco anos, é criada a *Loyal Orange Institution* (Orange Order), respondendo os católicos com os *Defenders*³²³. Os protestantes começaram a assumir uma postura a favor da união com o resto do arquipélago e lealdade à coroa britânica, de onde surgirão os termos *unionista* e *lealista*. “A aliança ténue entre católicos e protestantes na United

³²¹ Ulster – uma das quatro províncias históricas da Irlanda. zona de nove condados da região norte, formando seis deles a parte conflituosa da Irlanda do Norte

³²² Marc Mulholland, Northern Ireland: A Very Short Introduction, Oxford University Press, Nova Iorque, 2002, p. 5

³²³ Defenders - Grupo criado no condado de Armagh de apoio à população católica, que sofria com o ataque da facção protestante, e cuja acção e violência se estendeu de 1784 a 1798.

Irishmen (nascida em 1798, com maioria protestante) estaria no final”³²⁴, terminando assim o clima de estabilidade.

Desde o século XIX que as lutas em Belfast são uma constante, havendo, em 1886, 32 mortos e 377 feridos já contabilizados. Até à Primeira Guerra Mundial, várias foram as organizações, como a *Ulster Unionist Council* ou a *Ulster Volunteer Force*, que foram sendo criadas, assistindo-se já em 1914 a um militarismo das facções. Na Páscoa de 1916, uma “*tentativa rápida de golpe de estado dos republicanos devastou o centro de Dublin*”³²⁵, acrescentando à lista dos mártires irlandeses mortos às mãos do exército inglês, dezasseis líderes republicanos executados.

Na Primeira Guerra Mundial houve um claro apoio do governo do Reino Unido aos lealistas, depois da solicitação da “*integração no exército britânico da UVF, já bem treinadas e equipadas*”³²⁶. Este apoio vai levar à insurreição, que acabou por ter lugar em Dublin, em 1916, a favor de uma República da Irlanda livre, cujos chefes foram condenados à morte pelo tribunal marcial³²⁷. Quem beneficiou da rebelião foi o Sinn Fein³²⁸ que conseguiu em Dezembro de 1918 73 lugares nas legislativas locais, recusando a legitimidade de Westminster e constituindo a sua própria assembleia. O IRA, sob a chefia de Michael Collins, “*detinha a iniciativa militar ao longo da Guerra de Independência (1919-21)*”³²⁹. Em Dezembro de 1920, Lloyd George adopta o Government of Ireland Act que dá autonomia a Irlanda prevendo a separação em 2 parlamentos com duas câmaras. A Irlanda do Norte, com assento em Belfast e seis condados, e a Irlanda do Sul, com Dublin como cidade mais importante de 26 condados. No Conselho da Irlanda discutiriam representantes de ambos os parlamentos. Em 1921 o Sinn Fein ganha no Parlamento da Irlanda do Sul e os Unionistas ganham no norte.

³²⁴ Marc Mulholland, *op cit*, p.8

³²⁵ *Idem*, p. 22

³²⁶ Wesley Hutchinson, *La question irlandaise*, Ellipses Editions, Paris, 2001, p.127

³²⁷ *Idem*, p. 128

³²⁸ Sinn Fein – o movimento político mais antigo da Irlanda. Desde a sua fundação em 1905 que procura uma solução para a Irlanda como um todo, lutando pelo direito de autodeterminação.

³²⁹ Wesley Hutchinson, *op. cit*, p.131

Após a independência do resto do território da ilha, a questão da Irlanda do Norte assentava no número de condados que comporiam a região; quatro seriam poucos, mais do que seis teriam uma maioria aos católicos, que não interessaria aos unionistas, mantendo-se nos seis condados, apesar dos protestos nacionalistas.

“Por duas vezes, em 1921 e nos anos iniciais da Segunda Guerra Mundial, o Reino Unido pressionou o governo da Irlanda do Norte no sentido de encontrar um modus vivendi com Dublin para o bem maior do Império”, contudo, as diferenças no que tange a distribuição populacional e de riqueza, impedia uma solução fácil para o problema secular, com violência de ambas as partes. A actividade do IRA e a tentativa de aproximação do Sinn Fein ao Reino Unido despoletaram uma reacção violenta contra os católicos, resultando em 232 vítimas, 11000 desempregados e 23000 desalojados, em apenas três meses³³⁰. Na Segunda Guerra Mundial, a Irlanda do Norte era um entreposto defensivo para o Reino Unido que deu uma “grateful loyalty” à causa unionista.

Nos primeiros tempos de governo unionista, este instaurou uma regra que determinava que, quem tivesse uma maior quota de pagamento de impostos, mais teria direito a voz no governo local. Mantinham-se assim no poder, dado que as áreas mais ricas eram desproporcionadamente unionista. Mantendo o status quo económico e resistindo ao conceito de “*one man, one vote*”³³¹, os unionistas garantiam o poder numa sociedade em que a população católica estava em constante crescimento.

Nos anos sessenta iniciou-se a guerra de propaganda. “*Os unionistas falavam de uma nova era vindoura de reconciliação comunitária*” que os “*activistas católicos contrastavam (esta retórica) com a persistência continuada de práticas discriminatórias*”³³². Criaram-se, pela primeira vez, áreas “*no go*”³³³, fora do controlo directo do Estado e surgiram as primeiras marchas por direitos civis iguais para ambas as comunidades, que foram reprimidas violentamente. A polícia, a Royal Ulster Constabulary (RUC) ganhou uma dinâmica tendenciosa notória, perpetrando várias acções contra os católicos, desde ataques a residências ou retaliações directas contra os

³³⁰ Marc Mulholland, *op cit*,

³³¹ Um homem, um voto (tradução do autor)

³³² Marc Mulholland, *op cit*, p. 50

³³³ No Go - áreas de passagem proibida a uma ou outra facção.

republicanos no seguimento de ataques do IRA. O apoio britânico, que supostamente seria canalizado para o poder civil, era visto, pelos olhos nacionalistas, como uma forma de retrain os católicos³³⁴. A intimidação, por parte dos lealistas, através de bombas, assassinatos ou ameaças de qualquer tipo, levou à fuga da comunidade católica para zonas mais seguras. Como reacção, os católicos acreditavam que a violência armada seria a única solução, abrindo o caminho para a criação do IRA, grandes defensores da comunidade nacionalista e reconhecido “*pelo exército britânico quase como um inimigo reconhecido*”³³⁵.

Os anos setenta viram surgir os grupos mais violentos, quer do lado republicano como unionista, face ao descrédito sentido pelas falhas nas conversações para a paz. “*Todos aqueles que desejassem lutar uma guerra respeitável tinha um leque de forças, às quais se poderiam juntar*”³³⁶, havendo colaboração entre forças legais e ilegais durante a época dos Troubles³³⁷. A SDLP³³⁸ tornou-se, nesta altura, a maior força política nacionalista, acreditando na união da Irlanda através de um acordo, e não da violência.

As desigualdades entre ambas as comunidades eram notórias, mesmo em termos económicos; “*os católicos tinham mais dificuldades que os protestantes não somente na obtenção de empregos na função pública, mas também nos lugares mais elevados hierarquicamente*”³³⁹; Em 1990 % apenas 24,3% de católicos ocupavam lugares de quadros superiores na função pública, sendo os restantes ocupados por protestantes na Irlanda do Norte; na polícia, a RUC, em 1969, apenas 11% eram católicos; Em termos de alojamento, eram favorecidos os unionistas em detrimento dos nacionalistas quando da compra ou entrega de casa e o ensino católico livre era financiado com menor verbas

³³⁴ Marc Mulholland, *op cit*, p.60

³³⁵ *Idem*, p. 64

³³⁶ *Idem*, p. 89

³³⁷ Troubles – O período do conflito na Irlanda do Norte entre os anos 60 e 1998, com a assinatura do tratado de paz.

³³⁸ SLDP – Social Democratic and Labour Party, maior partido da Irlanda do Norte antes de 2001, sendo o website www.sldp.ie

³³⁹ Valérie Peyronel, *Économie et Conflit en Irlande du Nord*, Ellipses Editions, Paris, 2001 p. 83

que as “*escolas públicas frequentadas por protestantes*”³⁴⁰. O sentimento de discriminação e desigualdade levou à formação de vários movimentos sociais, com vista a direitos iguais para todos os cidadãos da Irlanda do Norte, independentemente do credo, surgindo em 1967 a *Northern Ireland Civil Rights Association* (NICRA). Em 1972, um desfile organizado pela NICRA, reivindicando direitos políticos (sobre as eleições locais) e económicos (repartição igualitária dos benefícios sociais), teve um fim trágico, recebendo a designação conhecida de “*Bloody Sunday*”.

Em Março de 1973, o Reino Unido lança uma proposta de independência e, em Dezembro, o Conselho da Irlanda chega a acordo, consenso esse, frágil nas questões de partilha de poder ou perspectivas relativamente ao futuro. Para o final da década, com a falta de interesse britânica no conflito da Irlanda do Norte, os ataques do IRA voltaram-se para o território inglês. No mesmo período, as posições extremaram-se e milhares de civis foram mortos de ambas as facções; vários prisioneiros republicanos aderiram a greves de fome, chegando a morrer, e Thatcher minou qualquer resolução dada a linha dura da sua política.

Em 1985, os governos irlandês e do Reino Unido entraram em negociações secretas que previam que o segundo reconhecia do primeiro o direito de ser consultado e de propor sobre qualquer assunto relacionado com a Irlanda do Norte. A República da Irlanda concordava que a Irlanda unida só seria possível com a aceitação da maioria da população dos seis condados do norte. Visto como uma derrota unionista, estes regressam a violência na Irlanda do Norte, onde a relação da população estava agora para os 45-55%, maioria unionista.

A partir do final dos anos 80, deu-se início às conversações de paz entre John Hume, líder do SLDP e Gerry Adams, do Sinn Fein, de modo a evitar a violência paramilitar que assolava o território, criando as condições para o cessar fogo do IRA em Agosto e Outubro de 1994. Enquanto o IRA lutava contra as forças de segurança nesta fase, os “*lealista, que menos escolhiam os seus alvos, matavam mais que os republicanos*”³⁴¹.

³⁴⁰ Valérie Peyronel, *op cit*, p.86

³⁴¹ Marc Mulholland, *op cit*, p.130

Em 1995, redigiu-se o “*Frameworks Document*”, destinado a encontrar os pontos de acordo entre as partes, mas cuja tendência nacionalista preocupava os unionistas. As discussões deviam seguir três pontos principais; em primeiro lugar a relação entre comunidades na Irlanda do Norte; em segundo lugar entre o sul e o norte da Irlanda, e em terceiro, entre os Estados soberanos da República da Irlanda e do Reino Unido. Em 1996, o IRA cessa as tréguas ao fazer explodir uma bomba na zona das docas londrinas e, só em Julho do ano seguinte, com uma mudança no governo britânico e um *labour party* menos influenciado pelas opiniões unionistas, é que retomarão o cessar-fogo, permitindo as negociações. Esta nova viragem permitiu abrir o caminho que terminou com a assinatura do “*Good Friday Agreement*”, em 1998, cujas disposições constitucionais possibilitando a criação de uma nova assembleia, uma ligação e cooperação mais fortes entre a Irlanda do Norte e Dublin, e relações mais estreitas entre a Inglaterra e a Irlanda. O acordo reuniu 71,1% dos votos na Irlanda do Norte e 95% na República, tendo os unionistas mostrado o seu desagrado.

“*O processo de paz (re)politizou a esfera política na Irlanda do Norte e o papel dos media tornou-se central*”³⁴² neste processo. Ambas as facções sabiam que as imagens transmitidas pela televisão, meio mais relevante neste período de negociações nos anos noventa, provocariam no *Outro* uma reacção interpretativa, auxiliando o processo. Numa das sessões de diálogo com os Republicanos, onde nem todas as suas exigências foram satisfeitas, os representantes presentes saíram do edifício, dirigindo-se para os carros, visivelmente alegres, sendo transmitida a ideia que lhes tinha corrido bem a negociação. Os ânimos dos unionistas acabaram por murchar, apesar das críticas, e o diálogo chegou a um consenso que levou à assinatura do Tratado de Paz de 1998. O papel dos governos neste processo de paz foi muito importante, especialmente a participação dos Estados Unidos, liderado por Bill Clinton, que pressionou os britânicos a distanciarem-se das preocupações unionistas, como havia sido até então³⁴³.

Após esta breve informação histórica, debruçar-nos-emos de seguida na parte empírica do nosso trabalho, com a análise dos jornais *Belfast telegraph* e *Irish News*, procurando encontrar a relação do que está escrito com a visão do conflito que opõe

³⁴² Graham Spencer, *op cit*, p.127

³⁴³ *Ibidem*

republicanos/nacionalistas/católicos a unionistas/lealistas/protestantes.

Estudo de Caso

I. Metodologia

Nos itens anteriores discorreremos sobre os contextos teóricos que nos acompanharão na análise das notícias que constituirão o estudo de caso desta dissertação. Assim, para que possamos entender a orientação tomada, teremos de começar por referir a metodologia utilizada, assente especialmente na análise crítica do discurso, cujos princípios teóricos abordámos anteriormente.

Partimos assim de duas hipóteses principais, que tentarão responder à pergunta de partida desta dissertação, que referimos logo na primeira página, na Introdução. A primeira hipótese interroga se o discurso dos jornalistas sobre determinado assunto é moldado pelo órgão de comunicação para o qual escrevem. O que se pretende é verificar se o contexto social no qual o profissional vive e para o qual escreve influencia a sua própria linguagem. A segunda hipótese questiona se, perante fases de conflito distintas, a linguagem ou atenção jornalística sobre determinado evento evolui no mesmo sentido da tensão. Assim, escolhendo dois anos, um de conflitualidade mais acesa, e outro de acalmia, esperamos observar se o discurso jornalístico segue a tendência não só da fase do confronto, mas também, se revela empatia por alguma das facções.

Para isso, pretendemos fazer uma comparação não só entre dois jornais que escolhemos, comumente olhados como de tendências opostas, o *Irish News*³⁴⁴ e o *Belfast telegraph*³⁴⁵. O nosso corpus localiza-se em dois anos principais, 1996, ano em

³⁴⁴ Vendido na Irlanda do Norte, é um dos concorrentes do *Belfast telegraph*, com uma tiragem média de 46800 exemplares entre 29 de Dezembro de 2008 e 28 de Junho de 2009. Foi fundado em 1891, como anti-Parnell, e pertence desde 1982 à família Fitzpatrick, tendo recentemente lançado três estações de rádio e um serviço de vídeo online. Até 1971, o jornal viu um aumento exponencial nas vendas, mas que acabou por decair até chegar às mãos do dono actual. É considerado politicamente como social democrata e próximo aos Irlandeses republicanos.

³⁴⁵ Com uma tiragem de 68024 exemplares em média entre 29 de Dezembro de 2008 a 28 de Junho de 2009, o *Belfast telegraph* é o jornal diário mais vendido da Irlanda do Norte. Foi fundado em 1870, como *Belfast Evening Telegraph*, pelos irmãos William e George Baird, e pertence actualmente à

que o IRA cessa as tréguas e o conflito está mais aceso; e o ano de 2009, em que se celebra onze anos do tratado de paz e o abandono do conflito, e por consequência, o início de uma tentativa de estabilidade social pautada por negociações.

Analisaremos então as notícias dos jornais supracitados dos dias 12 de Julho, dia do Twelfth³⁴⁶, com o filtro de busca avançada nos sites de cada jornal com a expressão “Orange Parades”³⁴⁷, no ano de 1996. Para 2009, atentaremos nas notícias do dia 13 de Julho, dado que, nesse ano, as marchas foram adiadas um dia pelo facto de o evento coincidir com um domingo, utilizando o mesmo tema de busca.

Como já referimos anteriormente, faremos uma análise fundamentada nos princípios metodológicos de Fairclough. Para este autor, tal como foi referido anteriormente, a análise deve ter em conta o contexto social da prática discursiva (Análise Social), bem como as questões textuais (Análise Textual) através dos pontos referidos pelo autor, às quais acrescentámos, para facilitar, características de análise como o tipo de narrativa, a lexicalização, as vozes ou mesmo a modalidade de escrita. A análise textual de Fairclough assenta assim em quatro grandes focos de análise – vocabulário, frases, coesão e estrutura do texto. O autor foca ainda a prática discursiva (Análise da Prática Discursiva), como sendo a força do que é dito e a forma como o é feito, a coerência do texto como um todo e a intertextualidade, ou seja, o uso dos documentos e/ou outro modo de recolha de informação bruta, a “historicidade do texto”. A análise da prática discursiva abrange não apenas a produção do texto como também a sua recepção. A percepção da intenção por detrás de determinadas figuras de estilo, como a metáfora, ou ironia, entre outras, dependerá sempre do entendimento da audiência principal. Fairclough exemplifica com a distinção de força nas expressões

empresa Independent News and Media. Apesar de pretender atingir a maioria da população, o *Belfast telegraph* é visto como conservador e moderadamente unionista no que concerne a política da Irlanda do Norte.

³⁴⁶ Evento que comemora a vitória do Príncipe William de Orange sobre o rei James II em 1690, simbolizando o triunfo do protestantismo do primeiro sobre o derrotado catolicismo do segundo monarca.

³⁴⁷ Orange Parades – marchas organizadas por grupos membros da Orange order, na sua maioria, para celebrar o Twelfth, dia 12 de Julho. A controvérsia reside no facto de algumas passarem por ruas católicas o que, na altura de conflito aceso, era sentido como humilhação e desrespeito. A região de Drumcree ficava no meio de zonas que, nesta altura, eram vigiadas por grupos paramilitares unionistas o que, normalmente, fazia com os católicos residentes estivessem dentro de um autêntico cerco, gerando ainda mais animosidade e raiva.

“terroristas” ou “lutadores pela liberdade” para caracterizar determinado grupo, tendo a primeira um cariz negativo e a segunda, positivo.

O estudo será estruturado cronologicamente, iniciando-se pelas notícias mais antigas, de 1996, seguidas do ano de 2009. Começaremos por uma análise social comum a ambos os jornais, dado que o contexto sócio-cultural, à qual se seguirá a análise textual e da prática discursiva. Faremos deste modo, uma análise notícia a notícia, duas por órgão de comunicação. No ano de 2009, repetimos este mesmo procedimento, apesar de se analisar menos uma notícia, dado que o *Irish News* apenas contem uma descrição das actividades a decorrer no dia do *Twelfth*, neste ano a 13 de Julho. No final, teceremos breves considerações, comparando as análises anteriores por ano e por jornal, pretendendo assim dar uma resposta às hipóteses já apresentadas.

II. Análise do discurso de ambos os jornais.

“Alguns textos levam a guerras ou à destruição de armas nucleares, outros a pessoas a perderem ou conseguirem emprego, outros ainda mudam as atitudes, crenças e práticas das pessoas.”³⁴⁸

O conflito da Irlanda do Norte é, como pudemos ver numa breve contextualização anterior, um fenómeno que ultrapassou séculos e afecta, de uma forma transversal, a vida – desde os hábitos religiosos, a economia, cultura e próprios hábitos sociais – dos habitantes dos seis condados (counties). Uma das maiores questões que ainda hoje, em 2009, se mantém por resolver é a realização das marchas da Orange Order, a 12 de Julho, e outras organizações similares. Tendo um forte cunho religioso e mantendo uma certa apologia de se ser protestante, o problema e os confrontos surgem, então, quando, em algumas regiões da Irlanda do Norte, essas marchas passam por ruas ou bairros católicos, que as sentem como uma humilhação anual. Ânimos exaltados e uma exacerbação deste sentimento de humilhação — e até um forte desrespeito pelos nacionalistas e republicanos, facção maioritariamente católica da sociedade — geram protestos e demonstrações de desagrado que, quando perpetrados por grupos violentos, dão origem aos confrontos que passam nas televisões mundiais.

Como verificamos ao longo de todo o trabalho, o foco principal está em como a linguagem dos media, serve para manter a distância entre as facções em conflito, mesmo que de uma forma indirecta ou inconsciente por parte do jornalista de determinado jornal. Também reconhecemos já a importância da linha do próprio órgão de comunicação onde o repórter trabalha, que vai moldando a tendência do discurso das coberturas jornalísticas. Assim, nesta análise recolhemos textos do rescaldo do Twelfth, como é designado o dia 12 de Julho, verificando a forma como as questões mais controversas das marchas são retratadas nos dois jornais escolhidos, o *Irish News*, de tendência republicana, mais próximo da República da Irlanda, e o *Belfast Telegraph*, mais ligado aos unionistas e, conseqüentemente, ao Reino Unido. Pretendemos então

³⁴⁸ Norman Fairclough, *Discourse and Social Change*, Polity Press, Cambridge, 1992, p79

analisar as notícias referentes às *Orange Parades*, em ambos os jornais, nos dias 12 de Julho de 1996 e 13 de Julho de 2009 (já que dia 12 foi domingo, logo, sem registo) para, com isto, termos uma noção clara de qual a ligação entre a linguagem dos media e a tendência, poder, em que se filiam. É também objectivo desta análise conferir se os discursos se aproximam em tempo de paz, ou, pelo contrário, mantêm a linguagem utilizada quando decorria o conflito.

Assim, reconhecendo desde já o contexto sócio-cultural que subjaz as notícias que analisaremos, atentaremos na linguagem de modo a verificarmos as hipóteses apresentadas relativas à relação do discurso mediático e as partes envolvidas no conflito. Para tal, como o nosso ponto focal é de facto a ligação do discurso ao contexto sócio-cultural, partiremos da análise tridimensional de Fairclough, que assenta na análise textual, nas práticas discursivas e nas práticas sociais. Focaremos nesta última logo no início de cada abordagem de análise de texto por jornal, e não por notícia individualmente, já que o contexto social é, relativamente aos anos em apreço, semelhante.

TWELFTH - 1996

Análise da Prática Social

No que concerne ao contexto social deste bloco, teremos de nos remeter ao ano de 1996, quando, após várias tentativas de entendimento entre ambas as facções – mediadas pelo Reino Unido e culminaram na assinatura do tratado de paz de 1998 –, uma bomba assumida pelo IRA nas Docklands de Londres ateou os ânimos dos grupos paramilitares lealistaas e unionistas. Em Julho, as tensões reflectiram-se em confrontos com bombas de gasolina, de plástico, tendo resultado em vários feridos e mortes. A parada de *Drumcree*, que opõe a *Orange Order* e os residentes da *Garvaghy Road* sobre a passagem das marchas naquela região nacionalista e católica, e a postura da polícia a RUC, são os pontos mais controversos destes eventos, por isso, os mais focados na nossa análise. Enquanto que, pelo lado dos unionistas, a decisão de 1996 de re-organizar a marcha daquela região para não passar pela zona de Garvaghy é vista como uma afronta à tradição e à própria religião, os católicos, nacionalistas e residentes naquele região, consideram uma humilhação e um desrespeito a passagem daquela marcha naquela rua.

Irish News 1996

Análise Textual

Notícia I – *RUC clears Garvaghy road to let Orangemen through*³⁴⁹

No que concerne a estrutura do texto, esta é uma notícia comum, com um título e um lead, em jeito de subtítulo, com uma frase apenas. Segue-se o corpo de texto, uma descrição do ambiente pré-marcha, iniciada pela afluência de população protestante e unionista à rua para ver a marcha, e da violência ao longo da passagem dos protestantes até a dispersão de todos com a chuva no final do evento e dos confrontos. Assim, as quatro unidades de texto, remetem para, em primeiro lugar, um parágrafo inicial, sem

³⁴⁹ RUC limpa a rua de Garvaghy para deixar passar os Orangemen (tradução do autor)

palavras de conflito ou imagem negativa, apresentando a alegria dos apologistas da parada a acorrer à rua, “*Union Jacks flew from cars*”³⁵⁰, ou a servirem de capa dos transeuntes, mães com bebés de carrinho ou crianças a brincar “excitadamente”. Aqui todo o vocabulário transmite uma certa alegria inicial – “*women with babies in prams gathered in knots*”, “*young children played and shrieked excitedly*”³⁵¹ – sentida naqueles que já sabiam que efectivamente a parada passaria pela rua, e cuja reacção se verá na segunda unidade do texto. Em seguida o texto descreve, de uma forma negativa, usando vocabulário que à frente veremos de cariz violento, a “*anger*” e “*fury*”³⁵² sentida com a passagem dos *Orangemen* em *Garvaghy*, apoiados pela polícia, violando uma lei anterior. Todas as descrições ou vozes usadas – como “*the guns are coming in*”³⁵³ ou “*(...) you’ve come down here to beat us out the road*”³⁵⁴ – vão no sentido de mostrar a violência causada pela acção policial e descida dos marchantes na rua. Numa terceira unidade, o jornalista volta ao foco inicial de acusação directa à polícia, através de vozes e de vocábulos negativos deixando de lado a descrição, mantendo-se apenas num tom condenatório. Na quarta unidade, há um regresso à descrição do final das marchas naquela zona, e à reacção “furiosa” da polícia que ameaçou até os jornalistas.

A isotopia temática desta notícia que será, antes de mais, a reacção violenta à decisão da polícia ao deixar passar os marchantes por *Garvaghy*. O título, em voz activa, remete logo para o tema, dando ênfase à “*limpeza*” da rua feita pela RUC para deixar os *Orangemen* passar. O título é complementado pela frase seguinte, um lead curto ou subtítulo, que foca a vitimização dos nacionalistas que protestam enquanto são “*dregged*”³⁵⁵, daquela rua, onde residem. Logo neste foco inicial, já temos um viés usado nesta notícia e os dois actores principais; a polícia, e os residentes nacionalistas. O texto é, todo ele, uma mistura entre o próprio testemunho do jornalista, de como ele visualizou o evento, de uma forma descritiva, e as vozes exteriores que recolheu, quase

³⁵⁰ Union Jacks (bandeira britânica) a voar nas janelas dos carros (tradução do autor)

³⁵¹ Mulheres com bebés em carrinhos reuniam-se em grupos, crianças brincavam e gritavam de excitação (tradução do autor)

³⁵² Raiva e fúria (tradução do autor)

³⁵³ As armas estão a chegar (tradução do autor)

³⁵⁴ Vieram até aqui para nos tirar da estrada à pancada (tradução do autor)

³⁵⁵ Arrastados (tradução do autor)

todas dos nacionalistas revoltados, como demonstra logo a primeira frase – *“this is the real siege of Drumcree”*³⁵⁶ – usado para abertura de notícia.

Na primeira parte deste texto, é usada a voz activa, com frases curtas e descritivas, sem testemunhos ou citações das personagens referidas nessa descrição. A segunda parte, que é em toda ela a demonstração das reacções nacionalistas às marchas naquela rua, inicia logo com uma frase em voz passiva. Omitindo por várias vezes o agente, o jornalista dá uma relevância crescente à acção, normalmente condenável pelos verbos usados, como o “force” ou a ameaça da polícia aos residentes. Noutros casos, esta omissão pretende também deixar em ambíguo o perpetrador da acção, como o caso da queima das bandeiras unionistas ou as cicatrizes feitas aos jovens, sem acusar os nacionalistas, refere a acção, permitindo que esta possa ser interpretada como realizada pelos unionistas ou polícia.

As fontes são, igualmente, usadas num misto de discurso indirecto e directo, apesar de serem referidas praticamente na totalidade as do lado nacionalista, demonstrando que o jornalista se compadece, ou sente maior empatia, com este lado. O discurso directo enfatiza normalmente o descontentamento, – *“this is the real siege of Drumcree”*, a ameaça – *“you’ll get what Mcgoldrick had”*³⁵⁷ – ou a acusação directa à polícia – *“this is disgusting, is despicable ...”*³⁵⁸.

Na primeira parte do texto a descrição é quase neutra mostrando um ambiente pacífico, de empolgamento das *“mães com os bebés”* que se aproximavam e das crianças que brincavam excitadas, usando ainda vocábulos que transmitem simpatia. Contudo, este é logo quebrado passadas umas linhas, como se uma tela de pintura de tons pastéis fosse coberta por um véu negro e sangrento. Aqui, os media já são *“forced”* a descer à rua, e os nacionalistas a *“pour out”*, a dispersar, *“outraged”*; as bandeiras não

³⁵⁶ Este é o verdadeiro cerco a Drumcree (tradução do autor)

³⁵⁷ Terão o que Mcgoldrick teve (tradução do autor), com referência ao taxista assassinado.

³⁵⁸ Isto (a acção da polícia) é nojento, é desprezível (tradução do autor)

voam, são “*burned*”³⁵⁹ e os jovens com “*scarves*”³⁶⁰, ou “*hit*”³⁶¹ pelas balas de plástico. Os nacionalistas acompanham um vocabulário de comiseração, já que protestam sentados, calmamente; têm mães doentes às quais não conseguem chegar ou um funeral suspenso por obstrução das vias de passagem /ficarem sem local para passar. Por outro lado, também é demonstrada, no que concerne a decisão da polícia, a “*anger*” e “*desbelief*”³⁶² sentido. Em torno dos unionistas, estão as ameaças, desde “*close all shops*”³⁶³, à lembrança do assassinato do taxista católico, daquela que é tratada como, metaforicamente falando, a “*mob rule*”³⁶⁴, lei da máfia. A polícia é sempre retratada com um vocabulário mais violento, estando associada aos “*batons and boots*” que “*clear the road*” onde os nacionalistas que protestam sentados, ou que “*dragged off*” os nacionalistas; aos “*abuse*” e aos “*occasional missile*” ou à “*fusilade of plastic bullets*”³⁶⁵. O texto, quase no final, usa uma das vozes mais duras contra os *Orangemen*, ao citar uma jovem, chegando ao extremo a tendência anti- unionista, que disse “*the blacks had the KKK, the Jews had the Nazis and Catholics in Northern Ireland have the Orange Order*”³⁶⁶.

Notícia II – *Betrayed* ³⁶⁷

Em *Garvaghy Road*, Julho de 1996, mais uma vez as facções opostas no conflito da Irlanda do Norte se debateram em confrontos violentos e até fatais. Nesta notícia, o

³⁵⁹ Queimadas (tradução do autor)

³⁶⁰ Cicatrizes (tradução do autor)

³⁶¹ Atingidos (tradução do autor)

³⁶² Raiva e descrença (tradução do autor)

³⁶³ Fechar todas as lojas (tradução do autor)

³⁶⁴ Lei da máfia (tradução do autor)

³⁶⁵ Tiroteio de balas de plástico (tradução do autor)

³⁶⁶ Os negros tinham a KKK, os judeus tinham os nazis, os católicos na Irlanda do Norte têm a Orange Order (tradução do autor)

³⁶⁷ Traídos (tradução do autor)

título, “*Betrayed*”³⁶⁸, apenas, revela logo o registo de toda a notícia, cuja narrativa assenta num registo novelesco, a apelar para o sensacionalismo, como constatamos no uso de adjetivos como “*shocked*”³⁶⁹ ou a expressão “*broke down in tears*”³⁷⁰. Estes termos que puxam mais ao sentimento têm uma forte componente de aproximação ao lado republicano, e, conseqüentemente, afastamento do outro, as “*loyalist mobs*”³⁷¹ que, com as suas tácticas de “*bully boy*”³⁷², supostamente, tinham intimidado o chefe da polícia, que cedeu às pressões na passagem pela dita zona católica. Outras palavras ou expressões presentes ao longo da notícia – como “*police swamped*”³⁷³, os protestos contra a *Orange Order* para permitir a marcha como se “arrastam” pela força da água as pedras numa enxurrada; o “*sense of shock*”³⁷⁴ sentido por nacionalistas com a vitória dos unionistas; ou o reafirmar da “*traição*” pela RUC, pela polícia, ao permitirem o decurso da marcha – são mais exemplos em como o texto assenta de facto na temática da vitimização dos nacionalistas nesta questão.

No que concerne o uso de vozes externas, a utilização maioritariamente usadas no discurso indirecto assume de certa forma a aproximação do jornalista ao que está a ser contado. Indica a acusação de “*alguém*”, não especificado, à RUC arrogando a própria acusação, e ainda assume a afirmação que foram as “*bully boy tactics*”³⁷⁵ das “*loyalist mobs*”³⁷⁶ que causaram “*milhões de libras em prejuízo*”. Cita ainda o Primeiro Ministro da República da Irlanda reproduzindo a sua preocupação profunda no que concerne os eventos, neste caso, as conseqüências das marchas. Serve-se ainda de um discurso religioso, de um cardeal, que está ele próprio contra a decisão de enviar os marchantes através de *Garvaghy Road*. Os actores sociais usados são da facção

³⁶⁸ Traídos (tradução do autor)

³⁶⁹ Chocadas (tradução do autor)

³⁷⁰ Desfizeram-se em lágrimas (tradução do autor)

³⁷¹ Máfias lealistas (tradução do autor)

³⁷² Brutamontes (tradução do autor)

³⁷³ A polícia arrastou (tradução do autor)

³⁷⁴ Choque (tradução do autor)

³⁷⁵ Tácticas de brutamontes (tradução do autor)

³⁷⁶ Máfias lealistas (tradução do autor)

nacionalista, mostrando a tendência de apoio a esse lado, em detrimento do outro, o que faz efectivamente parte da organização das marchas. Apesar de assertivo, o jornalista vai mostrando deste modo a sua própria identificação no conflito a através de uma adjectivação e de uma selecção não isenta de frases ou expressões, que já descrevemos, as quais deveriam ser atenuadas e até evitadas, para corrigir o problema de estereótipos e diminuir as tensões que subjazem o confronto.

Análise da Prática Discursiva

Em ambos os textos, como constatámos, é frequente o uso de testemunhos exteriores e o uso dessas vozes para complementar o texto ou enfatizar o ponto escrito pelo jornalista. Não remete para outros textos, mas apenas para os discursos de outrem, normalmente do lado nacionalista/católico, que os jornalistas aqui citam ou referem, seja com um tom acusatório – para vitimização daquela facção –, ou demonstração clara da ameaça sofrida. Em ambas as notícias, o foco esteve sempre na traição, para referir o termo da segunda, sentida pelo lado nacionalista no que concerne a permissão dada pela polícia aos *Orangemen* de seguirem a estrada de *Garvaghy*, mesmo indo contra uma lei superior, já acordada.

As notícias têm o seu viés aproximado a um determinado lado, favorecendo a acusação ao outro, com a plena noção de que a maior audiência será a população republicana, católica por preferência. O discurso é todo, como pudemos ver, tendencioso no sentido de metaforizar os unionistas como uma máfia, enquanto o outro é a vítima revoltada. A polícia, a RUC, aproximada ao Reino Unido, aparece sempre como a traidora que não cumpre promessas ou é violenta contra os nacionalistas, mais do que contra os unionistas como refere uma das fontes na primeira notícia. As frases de cariz negativista, e disfórica, e as imagens do *Outro* que estão presentes em ambos os textos, não são inocentes. Elas apoiam através dos media e disseminam, por todos os que se sentem mais ligados ao lado nacionalista, a revolta sentida com a marcha dos *Orangemen*, enfatizando o desagrado, esquivando-se a uma postura apaziguadora, promotora da resolução da contenda através do diálogo.

O facto de ser um jornal conhecido como ligado mais ao lado nacionalista acaba por reconhecer que a sua audiência vai efectivamente aproximar-se da tendência para a

victimização dessa facção, promovendo em simultâneo acusações e ameaças à outra facção.

Belfast Telegraph 1996

Análise textual

*Notícia 1 – Boys not welcome in Derry*³⁷⁷

Começando com uma citação em forma de título, esta notícia remete para os protestos republicanos contra a marcha dos *Apprentice Boys*, uma das organizações mentoras das paradas, na zona de *Derry*. O lead centra-se imediatamente nos *Boys*, que foram “*last night told that the nationalist community would not permit them to march*”³⁷⁸, conferindo a estes últimos um ar intransigente. O corpo da notícia é bastante curto, revelando a pouca importância dada quando a questão é republicana. Todo o texto mantém uma unidade, na medida em que faz o relato apenas do descontentamento e protestos face à marcha organizada pelo grupo *Orange*. A narrativa assume desde logo um tom mais factual, com a presença de muitos verbos de acção e poucos adjectivos. É então de notar a presença de predicados como o “*gathered*”, “*show*”, “*organised*”³⁷⁹, indicadores dos eventos sem qualquer elemento sentimentalista ou tendencioso, visto constituírem verbos descritivos. No entanto, o adjectivo “*peaceful*”³⁸⁰, usado mais do que uma vez em conexão com o lado *Orange*, vai associando o jornalista subtilmente a essa facção, em detrimento dos republicanos, que protestam. O tom descritivo é portanto mitigado por estes pequenos sinais lexicais, quase imperceptíveis. Todo o texto está em voz activa, evidenciando os autores dos protestos.

³⁷⁷ Boys (de Apprentice Boys) não são bem-vindos em Derry (tradução do autor)

³⁷⁸ A quem disseram a noite passada que a comunidade nacionalista não permitiria a sua marcha (tradução do autor)

³⁷⁹ Reuniram, mostrar, organizaram (tradução do autor)

³⁸⁰ Pacífico (tradução do autor)

As vozes externas usadas, do Sinn Fein, revelam sempre os protestos republicanos de uma forma agressiva, como a citação “*damned well angry*”³⁸¹, incluindo até a recusa do “*right to exist*”³⁸² do grupo, e sempre usados de uma forma directa, distanciando-se assim o jornalista do que é dito. O autor cita igualmente a acusação feita em metáfora à polícia que seriam “*Orangemen without saches*”³⁸³. O próprio título, com aspas, remete de imediato para o tema da notícia sem, no entanto, haver espaço para o entendimento da acusação e como fazendo parte do discurso do redactor. Os actores são passivos nesta notícia; há os marchantes do protesto que só figuram, há os grupos contra a passagem dos *Apprentice Boys*, os figurantes da notícia, que acabam por nunca aparecer. A neutralidade no próprio uso das personagens entra na linha de assertividade. Reporta o que ouve de outras pessoas no protesto directamente, revelando o tom agressivo sem lapidações, de modo a se distanciar mais uma vez, e encurtando a própria notícia.

Notícia 2 – *The only option was to resist at Drumcree*³⁸⁴

Mais uma vez, esta é uma notícia com a estrutura comum, com um título, em forma de citação como é usual neste jornal, que, embora não foque o tema principal, alerta para o apoio aos unionistas que só teriam a opção de “*resist at Drumcree*”³⁸⁵, ou seja, implicitamente, não poderiam deixar de marchar naquela região, como pretendido pelos nacionalistas. No lead, foca logo a posição contra o chefe da polícia que deveria ser “*sacked*” por ter ido contra a liberdade religiosa dos protestantes. A notícia recolhe as vozes de duas pessoas, de Ian Paisley e George Dawson, sendo uma unidade de texto sem grandes alterações.

No que concerne a narrativa, esta notícia é mista, além de descrever a acusação contra o Chief Constable, usa um tom novelesco, com palavras de exagero. Ao longo do

³⁸¹ Extremamente furiosos (tradução do autor)

³⁸² Direito de existir (tradução do autor)

³⁸³ Orangemen sem faixas, no sentido de membros da Ordem Orange à paisana (tradução do autor)

³⁸⁴ A única opção seria resistir em Drumcree (tradução do autor)

³⁸⁵ Resistir em Drumcree (tradução do autor)

texto, podemos então encontrar palavras bem fortes do campo lexical do conflito como “war”, “attacked”, “defeat”, “conspirators”, “armed might”³⁸⁶, sempre ligado ao campo bélico, revelando a violência que associa principalmente à facção republicana. Por outro lado, quando refere os unionistas, o vocabulário assume logo um outro cariz como “clear thinking”, “calm reflection”, “cool heads”, “patience” ou “resolute hearts”³⁸⁷, de conotação claramente mais positiva. O uso de figuras de estilo, principalmente na citação de vozes, quer directa ou indirectamente, como a hipérbole “slaughtered their comrades”³⁸⁸, ou as metáforas “murder machine” e “lackeys of the republic”³⁸⁹, confere à crítica feita aos republicanos um tom muito mais forte e agressivo. Este vocabulário revela assim a temática da própria notícia, uma clara acusação aos movimentos anti-marchas e valorização das mesmas.

Como tal, as vozes citadas são relacionadas à facção unionista, através do uso do discurso directo e indirecto, demonstrando um lado bastante apoiante das marchas e anti IRA e republicanos, através das palavras e figuras de estilos que já referimos. É, assim, um jornalista simpatizante com a acusação feita aos republicanos, deixando que a posição contra essa facção seja disseminada ao longo do texto, ora usando as palavras em discurso indirecto, ora citando.

Análise da Prática Discursiva

Da mesma forma, e agora por oposição ao jornal anterior, vemos no *Belfast Telegraph*, uma aproximação ao lado unionista que é ainda mais clara pela escolha do vocabulário identificada na segunda notícia. Servindo uma maioria de leitores unionistas, o poder de ambas as notícias assenta principalmente no entendimento da fidelidade do seu público-alvo, favorecendo sempre esse lado, em detrimento do nacionalista/republicano, cuja crítica é inclusivamente hiperbolizada, exagerada.

³⁸⁶ Guerra, atacados, derrota, conspiradores e poderio armado (tradução do autor)

³⁸⁷ Pensamento esclarecido, reflexão calma, cabeça calma, paciência ou corações resolutos (tradução do autor)

³⁸⁸ Trucidaram os seus companheiros (tradução do autor)

³⁸⁹ A expressão que mais se assemelha seria máquina assassina, mas em termos de mensagem passada aproximar-se-á a máquina de morte e Lacaios da república (tradução do autor)

O facto de, na primeira notícia, se usar o discurso directo das vozes republicanas permite totalmente o afastamento do autor daquilo que está a ser dito, deixando para o leitor a revolta, ou aceitação, perante tais afirmações, anti-*Apprentice Boys*. Por contraste, na segunda notícia, a forma indirecta é usada para transmitir uma voz unionista, demonstrando de certa forma um envolvimento com a ideia. Se apenas um padrão fosse usado, como apenas o recurso ao discurso directo, poderíamos afirmar que haveria, neste vector, neutralidade. Não sendo esse o caso, é de realçar a tendência adoptada propositadamente, aproximando-se da sua audiência maioritária.

Ambas as notícias, como será uma constante em todo o conjunto analisado, usam principalmente a interdiscursividade, vários discursos e vozes, ao invés do uso de textos oficiais ou institucionais. Quer na notícia 1 como na 2, o jornalista parte da opinião de algumas vozes, contra ou a favor do assunto tratado – a oposição ao grupo dos *Apprentice Boys* na primeira, e a resistência em *Drumcree* por parte dos unionistas, na segunda – escrevendo sem ter por base um documento oficial.

TWELFHT – 2009

Análise da Prática Social

Passados 11 anos do tratado de paz na Irlanda do Norte, a questão das marchas Orange, embora a que continue ainda a gerar controvérsia e conflito, foi esmorecendo na importância jornalística e noticiosa. Se por um lado, elas continuam a ser realizadas, ainda com os protestos de alguns grupos republicanos e nacionalistas que ainda consideram uma falta de respeito a sua passagem pelas zonas não-unionistas, por outro o peso dado à humilhação sentida outrora é agora menor. Permite então, em 2009, que a marcha seja vista como evento turístico, preparado para receber milhares de pessoas de toda a ilha, incluindo visitantes de todos os lados do Mundo. As lojas estão pela primeira vez abertas em Belfast, revelando a calma que, de certa forma, atingiu o seu espaço, permitindo que a vida decorra naturalmente esse dia, ao contrário do que acontecia nos anos noventa, os ânimos mais estáveis e já se reflecte um ambiente mais sereno, onde as pessoas se podem mover à vontade.

Irish News 2009

Análise Textual

Notícia I – *Parades taking place throughout the north*

Uma vez que, em tempo de paz, a questão das marchas, embora ainda controversa, perca importância, o *Irish News* publica apenas uma notícia, em tom descritivo e neutro, revelando apenas as acções e eventos a ocorrer nesse dia. Esta tem uma estrutura de notícia comum, com um título, lead e texto (corpo). Começando pelo título, factual e objectivo, todo o texto, uma única unidade, foca a descrição das actividades do dia de festa nas várias regiões da Irlanda do Norte. Como tal, o uso de verbos de acção como “*taking place*”, “*take part*”, “*passes*”, “*start*”, “*begin*”³⁹⁰, todos

³⁹⁰ Decorrer, participar, passa, inicia, começa (tradução do autor)

relativos às marchas, sem recorrer a adjetivos quer em tom eufórico ou disfórico. O tema é assim a descrição dos eventos, usando provavelmente como vozes externas os relatos dos vários organizadores das marchas sem, no entanto, fazer referência aos mesmos.

Análise da Prática Discursiva

Sem força alguma em termos de texto, esta mera descrição é um claro reflexo da pouca importância dada ao evento, que apenas mereceu este destaque, muito prático e sem qualquer nuance de cariz emotivo, no próprio dia de celebrações. Usa portanto, sem fazer referência contudo, os programas das festas ou os relatos dos organizadores, retirando deles apenas a parte do horário dos eventos. Não inclui qualquer laivo de euforia, contudo, que provavelmente estaria também presente na divulgação do programa das festas, apelando para a participação. Em parte alguma da notícia é feita um apelo à participação.

Escrevendo para uma audiência maioritariamente nacionalista, e tendo perdido a polémica que subjazia o evento em décadas anteriores, o jornalista sabe que a atenção estará, provavelmente dirigida a outros assuntos que não este, permitindo-se assim a neutralidade desinteressada.

Belfast Telegraph 2009

Análise Textual

Notícia 1 – “*Republican protest*” do not represent Donegal³⁹¹

Mais uma vez estamos perante uma notícia com uma estrutura comum, com título lead e texto (corpo). O título, com o agente em aspas, está escrito de forma a retirar, importância ao protesto, aproximando-se dos *Orange*, como se comprova ao longo do corpo da notícia. Distancia igualmente os republicanos da população de

³⁹¹ Protestos republicanos não representam Donegal (tradução do autor)

Donegal, como se de certa forma os isolasse como não querendo o diálogo, ao contrário da população, disposta a aceitar as diferenças e a marcha. O lead mantém a lógica do título. Começa com uma voz passiva, pondo em destaque a *Orange Order*, e não o agente, provavelmente alguém dentro da comunidade republicana, que afirmou que os slogans do IRA não correspondem à visão da maioria da população sobre o assunto. Os extremistas republicanos são representados de forma negativa por serem aqueles que “*daubed*” (sujam) a pré-marcha em *Donegal* com os slogans que “*do not represent the views of the majority of people*”³⁹², omitindo a visão de facto da população e abrindo caminho para que se assuma a aceitação desta aos *Orange*, opondo-se aos republicanos extremistas.

A narrativa é mista, uma vez que, enquanto relata factos, os protestos dos republicanos, acaba por lhes conferir um toque sensacionalista, não só pela forma como fala dos “*republican extremists*”³⁹³, mas também, como valoriza as marchas, realizadas numa “*carnival atmosphere*”³⁹⁴. É composto então por duas unidades de texto, uma que foca os republicanos, disfórica, e outra, relativamente às marchas, de maior positivismo. A forma como o texto está escrito também nos remete para esta oposição; enquanto que nos primeiros parágrafos, ele usa um tom eufórico para descrever a marcha (o foco em *Donegal* é importante dado que é a única marcha da *Orange Order* na República, acolhendo mesmo assim “*thousand marchers*”³⁹⁵, e tendo a comparência nos eventos unionistas de representantes do Concelho de *Donegal* e do próprio “*county manager*”), no quarto parágrafo, introduzido com o “*But*”³⁹⁶, corta o positivismo para apresentar os extremistas republicanos, cujos slogans mancharam este quadro festivo. As palavras usadas ao referir uma e outra parte revelam exactamente essa dicotomia; enquanto que aos unionistas correspondem palavras como “*history-making gesture*”, “*encourage ongoing communication*”, “*peace process*” ou “*no trouble*”³⁹⁷, aos republicanos, estão

³⁹² Não representam a visão da maioria da população (tradução do autor)

³⁹³ Extremistas republicanos (tradução do autor)

³⁹⁴ Ambiente de folia (tradução do autor)

³⁹⁵ Milhares de marchantes (tradução do autor)

³⁹⁶ Mas (tradução do autor)

³⁹⁷ Gesto histórico, encorajar a comunicação fluida, processo de paz ou sem problemas (tradução do autor)

associados a “*displeasure*”, “*protest*” ou “*daubed*”³⁹⁸. Tendo como tema de base as parades, como todas as notícias recolhidas nesta amostra, esta é mais um exemplo da oposição de republicanos e unionistas relativamente às parades, focando a controvérsia, em vez do entendimento. De seguida, passa ainda para a valorização de Bellintra, onde os republicanos colocaram os slogans, como a cidade de origem do Grande Mestre da *Orange Order* do Concelho de Donegal, David Mahon.

As vozes exteriores também seguem o mesmo padrão da tendência da notícia. Enquanto que do lado republicano são citados os slogans anti-marchas, pelos extremistas, com frases bastante agressivas, com recurso ao imperativo, como “*Brits out!*”³⁹⁹, as fontes do lado das organizações *Orange* estão, pelo contrário, “*working through the peace process*”⁴⁰⁰, para resolver a questão do Norte da Irlanda, ou “*reaching out people who do not agree*”⁴⁰¹ com o protestantismo, sempre representado de uma forma calma e serena, como os salvadores do conflito. Ao citar, o jornalista recorre a um misto de citação directa em frase curta e indirecto na maior parte dos casos, o que revela uma certa aproximação do mesmo ao que é dito.

Em toda a notícia, há uma espécie de apologia à relação que a República tem com a *Orange Order*. Há uma referência aos 12000 apoiantes na marcha de Rossnoulagh, cujo porta-voz é citado, o Grande Mestre da *Grand Orange Lodge of Ireland*, Robert Saulter, valorizando que a Ordem tenta efectivamente “*reaching out*”⁴⁰² aqueles que “*do not agree with our protestantism*”⁴⁰³. Há ainda uma alusão ao tributo que este dá à recepção que os líderes da Orange recebem quando visitam ministros e políticos da República. Termina com a menção da ligação ainda da Orange Order ao

³⁹⁸ Desagrado, protesto ou sujar/borrar (tradução do autor)

³⁹⁹ Britânicos fora! (tradução do autor)

⁴⁰⁰ Trabalhar no processo de paz (tradução do autor)

⁴⁰¹ Alcançar as pessoas que não concordam (tradução do autor)

⁴⁰² Alcançar (tradução do autor)

⁴⁰³ Não concordam com o nosso protestantismo (tradução do autor)

governo irlandês que ajudou a criar um “develop officer to work on modernising Orange Order property”⁴⁰⁴.

Assim, nesta notícia, há um tom apreciativo e permissivo, ao colocar-se ao lado dos unionistas, ouvindo as queixas deles, principalmente contra aqueles que protestam a existência das marchas nas zonas católicas e reflectindo as boas relações que estes têm com a República da Irlanda, dando sempre importância à negociação pacífica, contrastando com a imagem que os slogans querem fazer passar.

Notícia 2 – *Bowlers and sashes ready for “Twelfth” celebration*⁴⁰⁵

Com o formato de notícia comum, com título e lead que apontam imediatamente para o tema da notícia, esta é uma apologia às marchas, descrevendo com entusiasmo os preparativos para o evento que decorrerá todo o dia, e para o qual as ruas e as pessoas já estão preparadas.

É acima de tudo uma narrativa mista, mais direccionada ao sensacionalismo que à mera descrição factual, demonstrado em palavras como o advérbio “*proudly*”⁴⁰⁶ contendo também o uso de formas verbais que exprimem acções, como “*converging*”⁴⁰⁷ ou “*take place*”⁴⁰⁸. O título personifica os símbolos da *Orange Order*, os “*bowlers e sashes*”⁴⁰⁹ que estão “*ready for the Twelfth celebrations*”⁴¹⁰, valorizando-os de certa forma. O foco do lead está nos “*Thousands of Orangemen*”⁴¹¹ que usam os símbolos da

⁴⁰⁴ Um funcionário para o desenvolvimento com o intuito de agir na modernização da propriedade da Orange Order (tradução do autor)

⁴⁰⁵ Chapéus-côco e faixas preparadas para a celebração do Twelfth (tradução do autor)

⁴⁰⁶ Orgulhosamente (tradução do autor)

⁴⁰⁷ Dirigindo-se (tradução do autor)

⁴⁰⁸ Decorrem (tradução do autor)

⁴⁰⁹ Chapéus-Côco e faixas (tradução do autor)

⁴¹⁰ Preparados para as celebrações do Twelfth (tradução do autor)

⁴¹¹ Milhates de Orangemen (tradução do autor)

Ordem e os chapéus para fazerem parte das marchas, que decorrerão nos seis condados da Irlanda do Norte. O corpo do texto é maioritariamente uma descrição, embelezada com metáfora “*sea of bowler hats*”⁴¹², com a qual inicia a descrição das cidades que receberão o evento ou apelo à emotividade, quando foca as famílias que “*will be enjoying*”⁴¹³ as marchas. Há um foco em toda a notícia na Orange Order que espera a “*carnival atmosphere*”⁴¹⁴, e referência às “*open shops*”⁴¹⁵, abertas pela primeira vez este ano, “*street entertainment*”, “*performance shows*”, “*70 bands*”⁴¹⁶, que tornam o evento corrente algo mais festivo, até turístico e menos politizado e conflituoso como outrora havia sido, nos anos noventa.

Apesar do ênfase dado nesta notícia à marcha de Belfast como sendo a maior, as outras actividades, celebrações e festejos, independentemente do local, ou seja, as “*similar demonstrations*”⁴¹⁷ são descritas de modo claro, de certa forma convidando a fazer parte deste “*carnival atmosphere*”⁴¹⁸.

Análise da Prática Discursiva

Seguindo a mesma prática jornalística das notícias anteriores, o redator usa, essencialmente, as vozes como base de toda a notícia, ao invés de textos oficiais, embora nesta última, à semelhança do que acontecera provavelmente com o jornalista do *Irish News*, divulgações de programas possam ter sido igualmente usadas.

Mais uma vez, por oposição ao jornal acima, a ligação à facção ao lado unionista, a sua principal audiência, é clara através do vocabulário usado e das fontes escolhidas. Ambos os textos pretendem transmitir uma valorização dos *Orangemen*, das

⁴¹² Mar de chapéus- côco (tradução do autor)

⁴¹³ Desfrutarão (tradução do autor)

⁴¹⁴ Ambiente de folia (tradução do autor)

⁴¹⁵ Lojas abertas (tradução do autor)

⁴¹⁶ Entretenimento de rua, espectáculos, 70 bandas (musicais) (tradução do autor)

⁴¹⁷ Demonstrações semelhantes (tradução do autor)

⁴¹⁸ Ambiente de folia (tradução do autor)

marchas e de tudo o que envolve ser unionista. Desde as queixas dos unionistas ao tom eufórico, como pudemos ver na análise, na descrição das actividades das marchas, no segundo, pretende-se, sabendo de antemão que é isso que a audiência querera ler, ouvir e estar ao lado dos unionistas não só como vítimas, mas também como valorosos.

Se por um lado, para os republicanos, em 2009, as paradas vão perdendo importância por não sofrerem a afronta e violência anterior, o *Belfast Telegraph* sabe que a sua audiência vê as paradas agora como um evento turístico a explorar, havendo uma consideração ainda maior no seu enfeite e lado utilitário.

III. Considerações finais

Hipótese 1 – Diferentes jornais significam diferentes relatos?

Posta a análise que levámos a cabo acima, e sem grande dúvida, podemos afirmar peremptoriamente que sim; o relato, a linguagem usada perante o mesmo assunto altera consoante o jornal para o qual se escreve.

Quer em 1996, como em 2009, pudemos constatar a tendência republicana do *Irish News*, ao invés do *Belfast Telegraph*, simpatizante dos unionistas. Além da tendência editorial e até política dos próprios jornais, como refere Fairclough, os textos são moldados de acordo com o consumo, pelo que, para diferentes audiências, encontramos também, efectivamente, diferentes produtos ou textos.

Esta situação é notória neste conflito: enquanto que no *Irish News*, encontramos o lado unionista/ lealista comparados inclusivamente como os Nazis ou Ku Klux Klan da Irlanda do Norte, ou como “*mobs*”; no *Belfast Telegraph* é-lhe associada a “*calm reflection*”, de um espírito “*peaceful*”. Por oposição, a vitimização é associada aos republicanos, no primeiro jornal, contrariamente ao que acontece no segundo jornal, em que os que sofrem nas mãos dos “*republican extremists*” são os unionistas.

As vozes usadas por ambos os jornais são igualmente reflexo desta tendência; enquanto que, por um lado se usa mais a facção com a qual se aproxima, como podemos ver nas notícias do *Irish News*, que normalmente busca depoimentos do Sinn Fein, por outro, como acontece no *Belfast Telegraph*, o uso da facção oposta serve muitas vezes para reforçar a agressividade (como quando este cita os escritos dos slogans republicano) ou para criar um distanciamento com o jornalista.

Tendo em conta que, “*como a identidade do repórter é construída é, de certa forma, a questão de como o repórter se relaciona com a audiência*”⁴¹⁹, podemos talvez

⁴¹⁹ Norman Fairclough *op cit*, 1995 p. 124

considerar que, o que é transmitido enquanto notícia de um jornal, a tendência de apoio neste caso de conflito, remete para a aproximação do próprio repórter a essa facção enquanto cidadão. Temos então um jornalista, com a sua identidade, a escrever para um jornal com uma linha editorial e de tendência próxima à sua, mantendo essa parcialidade e, conseqüentemente, os estereótipos em todos os textos. Em ambos os jornais analisados, podemos constatar esta tendência de cobertura noticiosa.

Hipótese2 – Diferentes fases de conflito reflectem diferentes tons?

Se o jornal determina o viés da notícia, a própria fase do conflito influencia, de igual modo, a forma como esta é escrita e publicada, demonstrando que, de facto, o contexto é de importância fulcral na análise de qualquer texto mediático.

Sendo mais óbvio no *Irish News*, dado que o evento em si é um evento unionista, com a acalmia no próprio conflito, o interesse jornalístico nas marchas em si reduziu ao ponto de no dia publicarem apenas uma breve descrição. O *Belfast Telegraph*, por outro lado, embora mantendo a euforia perante o evento, que se canaliza agora para a “celebração” do acontecimento, tem um discurso em 2009 consideravelmente menos belicistas que em 1996, onde se referia ao IRA como “*murder machine*”.

A quase indiferença do *Irish News* poderia significar, de certo modo, a atenuação do sentimento de humilhação dos próprios republicanos e nacionalistas relativamente às marchas em 2009. Enquanto os unionistas olham para o evento como algo a ser publicitado, embora ainda se preocupem com algumas vozes contra, os republicanos, com a estabilidade pacífica que se tenta atingir desde o tratado de paz em 1998, deixaram de olhar para as marchas como uma agressão violenta à sua própria identidade, e isso reflecte-se no jornal. Algo comum é então o uso de vozes, que podemos verificar principalmente no *Belfast Telegraph*, maioritariamente próximas à tendência do jornal, neste caso, porta-vozes da *Orange Order*, unionista. Os títulos das notícias, quer no *Irish News* como no *Telegraph* revelam a diminuição no uso ao

sensacionalismo presente em 1996; entre “*RUC clears Garvaghy road to let Orangemen trough*” e “*Parades taking place troughout the north*” e “*Boys not welcome in Derry*” e “*Republican protests do not represent Donegal*”, podemos facilmente observar esta diferença de abordagem, apenas pela leitura.

Assim, pela análise já efectuada, conseguimos entender a relação estreita que os media têm, e os seus profissionais, com a evolução do conflito, e a forma como esta se reflecte nas audiências. De seguida, aproveitaremos a conclusão para tentar perceber a relação dos media com os conflitos enraizados, tendo em mente os conceitos acima apreendidos, observando a análise empírica.

Conclusão

Quando um conflito se enraíza numa determinada sociedade, a sua resolução ganha contornos complexos que envolvem todos os cidadãos e instituições. Os órgãos de comunicação não ficam de fora na necessidade de mudança para prevenir e minorar os efeitos violentos de uma rixa entre dois grupos que se encaram de forma diferente. Falamos aqui de estereótipos, de perspectivas de eventos controversos, de apelo à manutenção do “*Outro*” como o “mau da fita”, como a origem do mal, falamos na contextualização do “*Outro*” como alguém com o qual não se consegue negociar. Vimos então, ao longo desta dissertação, as grandes questões que envolvem o conflito, nomeadamente o papel fundamental que o exacerbar das diferenças identitárias causam no enraizamento de um conflito, tanto menos solúvel quanto mais essas distinções forem apresentadas como inegociáveis, impossíveis de se abdicar. Será então necessário, num conflito enraizado, que estas percepções de conflito sejam atenuadas. Aqui a comunidade internacional poderá intervir. Depois do genocídio no Ruanda é que foi enviado para o país um grupo de observadores internacionais para detecção de qualquer mensagem de ódio que tente ressurgir. No caso de conflitos mais longos, um grupo desse género terá, além de fazer análise do discurso da imprensa, de formar os jornalistas, cidadãos, para a dissolução de estereótipos.

Entramos aqui no papel do jornalista no conflito. A resposta obtida através desta investigação será que o jornalista local tende a não escrever de forma isenta ou neutral sobre o conflito enraizado no qual ele foi socializado. Raramente consegue distanciar-se da sua identidade e dos valores que lhe foram inculcados face ao conflito e, por essa razão, acaba por utilizar a mesma linguagem estereotipada e acalantar as diferenças, o que aliás vai ao encontro do esperado pelos seus leitores. No capítulo II, observámos, através da apresentação do papel do repórter de guerra ao longo do tempo, como a relação entre militares e jornalistas tende a ser de “amor/ódio”. No final do século XIX, ao início do século XX, com os constrangimentos em termos económicos e de circulação da informação, o jornalista era muitas vezes um oficial ou alguém que veria o seu texto totalmente revisto pelos militares. A diferença entre o relatório oficial e o

texto jornalístico era nula. Ao longo do século passado, os avanços na tecnologia vieram dar aos jornalistas novas formas de tornar o seu trabalho mais rápido e eficaz. Surge então, com a presença de equipas de jornalistas no terreno de guerra, uma cobertura em tempo real, mostrando a guerra na hora, no minuto, podendo tal ser um obstáculo a uma estratégia militar que, como vimos, tende a ser secreta, ao invés da notícia, pública. Gerou-se então um clima de desconfiança por parte dos militares relativamente aos jornalistas, acusados pelos primeiros de serem a grande razão para se terem perdido algumas guerras, nomeadamente a do Vietname. Entre fases de censura militar directa e de auto-censura com medo de perderem o emprego, os jornalistas encontraram no século XXI, com a guerra contra o Iraque, uma nova forma de ver a guerra, dentro das trincheiras militares. Esta nova fase “embedded” do jornalismo acarreta em si muita controvérsia; em primeiro lugar, os militares podem assumir uma postura “agradável” à opinião pública, como “deve ser” e não como agem de facto. Em segundo lugar, mesmo assim, nem todos os jornalistas conseguem chegar aos militares, como acontecia já na Guerra do Kuwait de 1990. Qual o critério escolhido? As tropas dos países nacionais da coligação em guerra. Porquê? Havia um reconhecimento que, sendo nacional, seria muito mais simpatizante com os militares e a guerra em que lutavam. E assim chegámos à identidade como formadora do ser humano abordada anteriormente.

O jornalista local, socializado numa identidade que se opõe à de um “*Outro*”, acaba por desenvolver estratégias de filtragem da informação que se reflectem na escolha do acontecimento, nas fontes seleccionadas e no produto final da cobertura jornalística. E todos estes passos, que envolvem escolhas, são subjectivos, dependem do profissional, da sua identidade, do contexto no qual ele foi criado e no qual ele trabalha. Vimos então como o processo de sociabilização de um indivíduo decorre consideravelmente de factores que lhe são externos e que não são escolhidos pelo mesmo ao nascer; o país, a sociedade, a família, a cultura subjacente são factores que moldam o ser humano ao longo da vida e que formam a sua própria maneira de perceber o Mundo. O ser humano é imbuído de um sistema de valores e princípios que lhe são inculcados desde a nascença, e que compõem as razões de pertença a um grupo em detrimento de outro. Entendemos igualmente a importância da oposição *Eu/Outro* na formação da identidade de um grupo, da identidade colectiva. Através da concepção do *Outro* como diferente de nós, conseguimos mais facilmente reconhecer o que nos é semelhante e, conseqüentemente, o que nos opõem. Se, com a ligação de

nação, Estado e identidade, essa distinção era, principalmente, definida pelas linhas fronteiriças do país em questão, com o aparecimento dos movimentos de auto-determinação de minorias dentro de maiorias, factores como a língua, a linguagem (como se diz e como é entendido, dentro de um grupo) ganham uma nova importância. A união entre o grupo revela-se muitas vezes no discurso indirecto, nas metáforas, nas ironias, nas omissões, que são entendidas dentro de uma colectividade apenas. Se, em tempo de paz e estabilidade, estas diferenças são efectivamente reconhecidas e aceites, mas nunca postas em uso, nos casos de conflito, elas são exacerbadas e postas em práticas pelas elites da guerra, que se aproveitam para assim mobilizar a colectividade dentro do conflito. A linguagem, instrumento do jornalista, é um importante instrumento para os grupos em tensão.

A propaganda e o *hate speech* são os exemplos mais óbvios, e, no que respeita este segundo, mais violento, da linguagem ao serviço do conflito. Desde as frases indirectas, às metáforas de incitação à violência extrema, e até ao genocídio, como observado no Ruanda ou na Bósnia, os grupos em confronto recorrem à linguagem, ao entendimento do colectivo para satisfação dos seus desígnios, por piores que sejam. Questionamos assim o limite da liberdade de expressão, conquista das democracias ocidentais que vê neste discurso do ódio, uma das suas grandes controvérsias. Por um lado, encontramos uma liberdade que, por si própria, deveria ser isenta de limitações, por outro, reconhecendo ao indivíduo outros direitos como a inviolabilidade da sua integridade física e psicológica, o incitamento contra o *Outro* devia ser a sua fronteira. Esta liberdade é essencial ao trabalho do jornalista, que precisa de ser livre para seguir os princípios da sua profissão, mas não pode servir de desculpa para apelos à violência ou exacerbamento de animosidade, simplesmente porque se é livre de o fazer, independentemente das consequências.

Os dois princípios centrais da actividade do jornalista são, essencialmente, a procura da “verdade” e da objectividade em tudo o que reportam. Garantir esta busca é garantir a procura por um texto isento. Contudo, reconhecemos os problemas que limitam a primeira pela sua multiplicidade; não existe uma “verdade” mas sim várias, tendo o jornalista, por constrangimentos de tempo e espaço no jornal, de se cingir apenas a uma, a que lhe está mais próxima, normalmente. E isso reflecte-se na busca pela objectividade. Como vimos, esta última baseia-se essencialmente em mecanismos

que o jornalista usa para de certa forma se proteger de reacções adversas ao que escreve, dado que é impossível não ser subjectivo. Obedecer às questões do *lead* é, por isso, um instrumento de objectividade. Mas, como vimos, a objectividade está sempre condicionada à formação identitária apreendida previamente, dado que o jornalista é, antes de mais, um ser humano dentro de uma determinada sociedade. Mais uma vez, em contexto de conflito enraizado, o jornalista local, sociabilizado no conflito, terá mais dificuldades em ser objectivo ou mesmo entender a perspectiva do *Outro* como “verdade”. Na nossa análise empírica, os jornalistas do *Belfast Telegraph* e o *Irish News* deixaram transparecer, por vezes até, com pequenas palavras ou expressões, a sua tendência, ou a do jornal para o qual trabalham, dentro do conflito. Designar os republicanos de “*extremists*”⁴²⁰ ou os lealistas de “*mobs*”⁴²¹, em detrimento da nomeação apenas de “grupos republicanos” ou “grupos lealistas”, é, de certa forma, uma aceitação das perspetivações negativas por parte das facções, legitimando-as, até. E isto é um desvio à profissão e códigos de ética e deontologia do jornalista. Vemos então o jornalista local a usar a linguagem a favor da sua tendência, descurando a objectividade e, conseqüentemente, a busca por uma “verdade” imparcial. Convém ainda considerar que este uso nem sempre é propositado. Dentro de um quadro de valores específico, o jornalista pode nem se aperceber dos estereótipos que vai mantendo através das imagens negativas, uma vez que nasceu e cresceu com eles como “verdades”, muitas vezes inquestionáveis. Esse é um dos grandes desafios para a resolução dos conflitos enraizados; mudar a percepção dos grupos relativamente ao *Outro* e até a si mesmo, quebrando estereótipos e abrindo caminho ao diálogo.

“*Precisão e boa fé por parte do repórter é desejável*”⁴²², mas ele não age sozinho no uso de imagens negativas. As notícias fazem parte de uma cadeia de produção que se fundamenta numa cultura adversarial, de conflito. Os jornais reflectem os fenómenos, bem como as redacções. A análise de prática discursiva pretende observar os textos e discursos que compõem essas camadas da notícia. O facto de, como observámos, os jornais usarem vozes e testemunhos com os quais mais se identificam para construir a notícia – o *Irish News* usa essencialmente fontes republicanas e o

⁴²⁰ Extremistas (Tradução do autor)

⁴²¹ Máfias (Tradução do autor)

⁴²² Raphael Cohen-Almagor, *op cit*

Belfast Telegraph unionistas, nomeadamente a *Orange Order*, no que concerne as marchas – revela como, logo na selecção da informação, a primeira camada da notícia, a tendência acaba por se espelhar no texto. A forma como é construída a notícia, editada e revista mantém a linha de inclinação principal, próxima a uma ou outra facção.

Reconhecemos ainda os jornalistas como agentes de mudança e de formação de tendências, já que “os textos mediáticos são barómetros sensíveis de mudança cultural que manifestam na sua heterogeneidade e contraditoriedade a natureza tentadora, inacabada e confusa da mudança.”⁴²³ Assim, se, por um lado, o “remédio consiste num regresso voluntário à deontologia que sempre foi o orgulho do jornalista: a procura da verdade pelo rigor, o respeito pelos factos, a honestidade”⁴²⁴, por outro, acreditamos que a solução está muito mais além, tocando uma espécie de formação do profissional para os Direitos Humanos e a cidadania universal. Assim, dotar-se-iam os jornalistas de mecanismos de análise da sua própria função ou acção, tentando que os próprios entendam que a forma como se referem ao “*Outro*” pode, efectivamente, ter um peso negativo na opinião pública. A manutenção de estereótipos nos jornais acaba por significar, como observámos com a comparação empírica entre 1996 e 2009, a manutenção dessas imagens na sociedade, tendo uma relação dinâmica e bilateral. Não só o discurso jornalístico é influenciado pela sociedade como também a influencia.

Reconhecemos ainda que esta relação não depende única e exclusivamente do jornalista. O próprio contexto do leitor condiciona a forma como apreende o que está escrito desde logo, Por isso, minorando o negativismo na emissão, poderá diminuir o negativismo na recepção e contribuir para a atenuação da animosidade do conflito. E um texto jornalístico, isento, obedece por si só à neutralidade necessária. No seu discurso, o jornalista que seja rigoroso (desde a selecção das palavras e expressões à forma como estrutura e organiza as ideias e factos que pretende relatar), que obedeça à deontologia e ética da profissão, estará consciente para estes problemas identificados na tese.

Concluindo, encontrámos então nesta tese a formação identitária do jornalista no conflito no qual é sociabilizado como o grande desafio a um discurso isento e imparcial. É por isso a grande razão da parcialidade do profissional, mesmo que o faça

⁴²³ Norman Fairclough, *op cit*, 1995, p. 60

⁴²⁴ Alain Woodrow, *op cit*, p. 227

inconscientemente, sendo por isso necessária a consciencialização externa, da comunidade internacional, aos órgãos de comunicação de uma sociedade onde o conflito se institucionalizou.

Bibliografia

AKIN, Jennifer, “Mass Media”, *in* BeyondIntractability.org, disponível online em www.beyondintractability.com/action/essay.jsp?id=28180&nid=1248

ALLEN, Tim e SEATON, Jean (eds), The Media of Conflict: War Reporting and Representations of Ethnic Violence, Zed Books, Londres, 1999

ANDERSON, Alan B., “The Survival of Ethnolinguistic Minorities” *in* GILES, Howard e JACQUES, Bernard Saint (eds) *Language and Ethnic Relation*, Pergamon Press, Oxford, 1979,

BAUMAN, Zygmunt, Identidade: Entrevista a Benedetto Vecchi, Zahar, Rio de Janeiro, 2005

BURGESS, Heidi e BURGESS, Guy, “What are intractable conflicts?”, *in* Guy Burgess and Heidi Burgess (eds), *Beyond Intractability*, Conflict Research Consortium, University of Colorado, Boulder, disponível online em http://www.beyondintractability.org/essay/meaning_intractability/

CARRUTHERS, Susan L., The Media at War, Palgrave Macmillan, Nova Iorque, 2000

CASTRO, Lucia Rabello de, Otherness in me, Otherness in Others: Children’s and youth’s constructions, *in* *Childhood* 2004; 11; 469 disponível online em <http://chd.sagepub.com/cgi/content/abstract/11/4/469>

CHRIOST, Diarmait Mac Giolla, Language, Identity and Conflict: a comparative study of language in ethnic conflict in Europe and Eurasia, Routledge, Londres, 2003

CLAUSEWITZ, Carl von, Principes Fondamenteaux de Stratégie Militaire, Mille et une Nuits, (França ?), 2006

CLAUSEWITZ, Carl von, Da Natureza da Guerra, Coisas de Ler, Almagem do Bispo, 2006

COHEN-ALMAGOR, Raphael, Speech Media and Ethics: The Limits of Free Expression, Palgrave, Nova Iorque, 2001

-
- DIJK, Teun Van, News as Discourse, Lawrence Erlbaum Associates Inc, New Jersey, 1988
- DOW, James R. (ed), Language and Ethnicity, Focusshift in honor of Joshua A. Fishman, John Benjamin BV, Amesterdão, 1991
- FAIRCLOUGH, Norman, Discourse and Social Change, Polity Press, Cambridge, 1992
- FAIRCLOUGH, Norman, Media Discourse, Edward Arnold, Londres, 1995
- GARTZKE, Erik e GLEDITSCH, Kristian Skrede, “Identity and Conflict: Ties that Bind and Differences that Divide”, *in* European Journal of International Relations 2006; 12; 53, disponível online em <http://ejt.sagepub.com/cgi/content/abstract/12/1/53>
- GELBER, Katharine, Speaking Back: The Free Speech versus Hate Speech Debate, John Benjamins B.V., Amesterdão, 2002
- GRAY, Barbara, COLEMAN, Peter T. e PUTNAM, Linda L., “Introduction: Intractable Conflict: New Perspectives on the Causes and Conditions for Change”, *in* American Behavioral Scientist 2007; 50; 1415 disponível online em <http://abs.sagepub.com/cgi/content/abstract/50/11/1415>
- GUMPERZ, John J. (ed), Language and Social Identity, Cambridge University Press, Nova Iorque, 1982
- HUTCHINSON, Wesley, La question irlandaise, Ellipses Editions, Paris, 2001
- JAKOBSEN, Peter Viggo, Focus on the CNN effect Misses the Point: The Real Media Impact on Conflict Management is Invisible and Indirect, *in*, Journal of Peace Research 2000; 37; 131, disponível online em <http://jpr.sagepub.com/cgi/content/abstract/37/2/131>
- JOSEPH, John E., Language and Identity: national, ethnic, religious, Palgrave Macmillan, Nova Iorque 2004
- KNIGHTLEY, Philip, The First Casualty, Quartet Books Limited, Londres, 1982

KRIESBERG, Louis, “Factors Shaping the Course of Intractable Conflict”, *in* BeyondIntractability.org, disponível online em www.beyondintractability.com/essay/factors_shaping_intractable_conflict/?nid

MANOFF, Robert Karl, “The Media’s Role in Preventing and Moderating Conflict”, *in* United States Institute of Peace, disponível online em <http://www.usip.org/virtualdiplomacy/publications/papers/manoff.html>

MATTELART, Armand, La Mondialisation de la Communication, Presses Universitaires de France, Paris, 1996

MEGILL, Allan, “History, memory, identity”, *in* History of the Human Sciences 1998; 11; 37, disponível online em <http://hhs.sagepub.com/cgi/content/abstract/11/3/37>

MESQUITA, Mário, O Quarto Equívoco: O Poder dos Media na Sociedade Contemporânea, MinervaCoimbra, Coimbra, 2004

MORELLI, Anne, Princípios Elementares da Propaganda de Guerra: Utilizáveis em Caso de Guerra Fria, Quente ou Morna..., Editorial Avante!: Coleção Problemas do Mundo Contemporâneo, 2008, p32

MULHOLLAND, Marc, Northern Ireland: A Very Short Introduction, Oxford University Press, Nova Iorque, 2002

O’REILLY, Camille C., The Irish Language in Northern Ireland: The Politics of Culture and Identity, Palgrave, Nova Iorque, 1999

PEYRONEL, Valérie, Économie et Conflit en Irlande du Nord, Ellipses Editions, Paris, 2001

PEREIRA, Rui e REKALDE, Angel, O Novo Jornalismo Fardado: El País e o Nacionalismo Basco, Campo das Letras, Porto, 2003

ROBINSON, Piers, BROWN, Robin, GODDARD, Peter e PARRY, Katy, “War and media”, *in* Media Culture Society 2005; 27; 951, disponível online em <http://mcs.sagepub.com>

ROBINSON, Piers, “The Policy-Media Interaction Model: Measuring Media Power during Humanitarian Crisis, *Journal of Peace Research* 2000; 37; 613, disponível online em <http://jpr.sagepub.com/cgi/content/abstract/37/5/613>

ROBINSON, W. P. , Language and Social Behavior, Penguin Books, Londres, 1972

SADURSKI, Wojciech, Freedom of Speech and Its Limits, Kluwer Academic Publishers, Dordrecht, 1999

SEARLE, Expression and Meaning, Cambridge University Press, Nova Iorque, 1979

SILVEIRINHA, Maria João, Identidades, Media e Política: O espaço comunicacional nas democracias liberais, Livros Horizonte, Lisboa, 2004

SPANGLER, Brad e BURGESS, Heidi, “Conflicts and disputes”, in *BeyondIntractability.org*, disponível online em www.beyondintractability.com/essay/conflicts_disputes/?nid=1006

SPENCER, Graham, The Media and Peace : From Vietnam to the War on Terror, Palgrave Macmillan, Nova Iorque, 2008

SWAAN, Abram de, “Widening Circles of Disidentification: On the Psycho and Sociogenesis of the hatred of Distant Strangers”, in *Theory, Cultural and Society*, Vol 4, SagePublications, 1997

TRAQUINA, Nelson, A Tribo Jornalística: Uma Comunidade Transnacional, Notícias Editorial, Lisboa, 2004,

TZU, Sun, L’Art de la Guerre, Mille et une Nuits, Paris, 2000

VANDERVEKEN, Daniel, Meaning and Speech Acts:Vol I – Principles of Language Use, Cambridge University Press, Nova Iorque, 1990

WARBURTON, Nigel, Free Speech: A Very Short Introduction, Oxford University Press, Nova Iorque, 2009

WIEVIORKA, Michel, A Diferença (trad.), FENDA, Lisboa, 2002

WIEVIORKA, Michel, The Arena of Racism,

WOODROW, Alain, Informação, Manipulação, Publicações D. Quixote, Lisboa, 1996